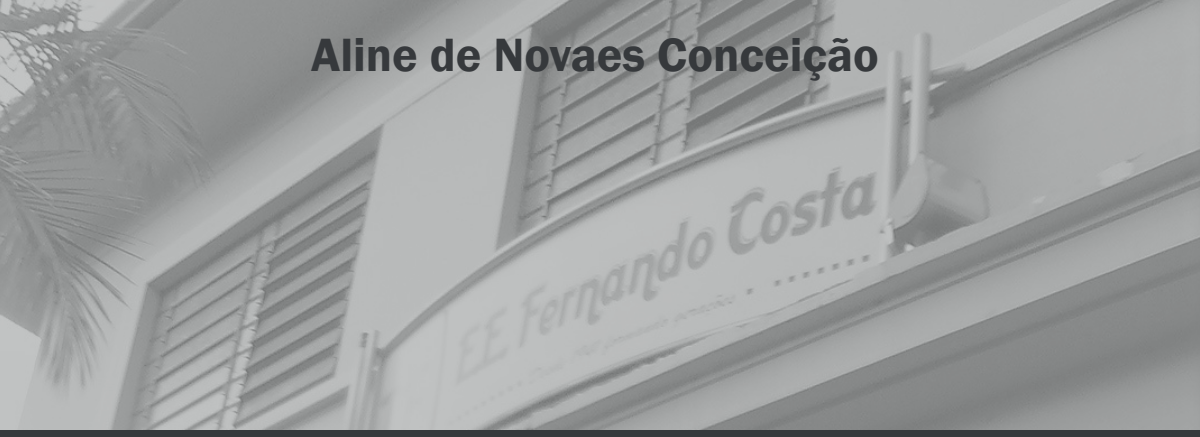
Aline de Novaes Conceição



ESPAÇO E LUGAR PRIVILEGIADO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA" (1953-1975)

OFICINA UNIVERSITÁRIA
CULTURA ACADÊMICA Editora
CAPES

Espaço e lugar privilegiado para formação de professores: Instituto de Educação “Fernando Costa” (1953-1975)

Aline de Novaes Conceição

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CONCEIÇÃO, A. N. *Espaço e lugar privilegiado para formação de professores*: Instituto de Educação “Fernando Costa” (1953-1975) [online]. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020, 227 p. ISBN: 978-65-86546-96-5. Available from: https://books.scielo.org/id/w4g4g. https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-96-5.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International license.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribição 4.0.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimento 4.0.

ESPAÇO E LUGAR PRIVILEGIADO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA" (1953-1975)

ALINE DE NOVAES CONCEIÇÃO

ALINE DE NOVAES CONCEIÇÃO

ESPAÇO E LUGAR PRIVILEGIADO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES:
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA" (1953-1975)

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica
2020

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
UNESP - campus de Marília

Diretor
Prof. Dr. Marcelo Tavella Navega
Vice-Diretor
Dr. Pedro Geraldo Aparecido Novelli

Conselho Editorial
Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)
Adrián Oscar Dongo Montoya
Célia Maria Giacheti
Cláudia Regina Mosca Giroto
Marcelo Fernandes de Oliveira
Marcos Antonio Alves
Neusa Maria Dal Ri
Renato Geraldi (Assessor Técnico)
Rosane Michelli de Castro

Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação - UNESP/Marília
Graziela Zambão Abdian
Patrícia Unger Raphael Bataglia
Pedro Angelo Pagni
Rodrigo Pelloso Gelamo
Maria do Rosário Longo Mortatti
Jáima Pinheiro Oliveira
Eduardo José Manzini
Cláudia Regina Mosca Giroto

Imagem de capa: fachada do Instituto de Educação "Fernando Costa" (foto da autora)

Auxílio Nº 0798/2018, Processo Nº 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES

Ficha catalográfica
Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC

Conceição, Aline de Novaes.
C744e Espaço e lugar privilegiado para formação de professores: Instituto de Educação "Fernando Costa" (1953-1975) / Aline de Novaes Conceição. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2020.

229 p. : il.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-86546-77-4 (Impresso)
ISBN: 978-65-86546-96-5 (Digital)
DOI: https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-96-5

1. Educação - História. 2. Professores - Formação. 3. Educação – São Paulo (Estado) – 1953-1975. I. Título.

CDD 370.109

Copyright © 2020, Faculdade de Filosofia e Ciências

Editora afiliada:

Associação Brasileira de Editoras Universitárias
Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

Para os meus pais, pois com eles
cresci vivenciando a união entre
Marília/SP e Prudente/SP.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sobretudo e acima de tudo ao onipotente Deus que com sua graça patrocinou e patrocina todos os meus sonhos, sem Deus eu nada seria e nada faria.

Também é necessário agradecer a participação de pessoas que contribuíram para os resultados do texto, que originalmente, foi apresentado sob a forma de dissertação do curso de mestrado, assim agradeço ao Dr. Macioniro Celeste Filho, meu orientador, pelo acompanhamento, convivência e orientações no processo da pesquisa.

Às professoras Dra. Rosa Fátima de Souza, Dra. Maria Angela Borges Salvadori e Dra. Rosane Michelli de Castro, agradeço por me auxiliarem a pensar sobre a história do Instituto de Educação "Fernando Costa", participando como examinadoras da pesquisa.

À Karina Silva Smerdel, que no momento da pesquisa era vice-diretora da Escola Estadual "Fernando Costa" localizada em Presidente Prudente/SP, agradeço por ter me recebido atenciosamente e possibilitado que eu tivesse acesso às fontes do extinto Instituto de Educação pesquisado.

Aos meus tios e primos que residem em Presidente Prudente/SP, agradeço pelo acolhimento nas visitas que fiz à cidade a fim de realizar a pesquisa. Aos meus pais, Ilsa e José Francisco, agradeço por possibilitarem que eu realizasse escolhas. Ao Pedro do meu caminho, por carinhosamente disponibilizar sua atenção e ouvir-me atentamente buscando compreender o que de fato eu estava realizando. À minha irmã Larissa e cunhado Victor,

pelos auxílios em todos os âmbitos da vida e aos meus amigos que me acompanharam nesse processo.

Ao Carlos Roberto Martins Toloi que foi meu professor quando cursei o Ensino Médio noturno em uma Escola Estadual. Além de me ensinar a descobrir a necessidade e os encantos de aprender história, nesses anos que leciono, esse professor, mesmo que distante fisicamente, tem sido inspiração sempre presente nas minhas memórias.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que concedeu bolsa para que fosse desenvolvida a pesquisa com maior dedicação e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista (Unesp) "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), *campus* de Marília/SP, que tornou possível a publicação deste livro.

[...] não existe história simples, nem mesmo história tranquila. Se o arquivo serve realmente de observatório social, é só por meio da desordem de informações aos pedaços, do quebra-cabeça imperfeitamente reconstituído de acontecimentos obscuros. Trilha-se uma leitura em meio a fraturas e dispersão, forjam-se perguntas a partir de silêncios e de balbucios

(Arlette Farge)

SUMÁRIO

Prefácio
Macioniro Celeste Filho.....13
Introdução.....17

1. Instituto de Educação "Fernando Costa".....27
1.1 Início do funcionamento 32
1.2 Institutos de Educação do estado de São Paulo 42
1.3 Encerramento 53

2. Elementos arquitetônicos e espaciais do Instituto de Educação "Fernando Costa".....61
2.1 Espaço exterior 62
2.2 Espaços internos 76
2.3 Arquitetura 91

3. Vivências dos membros do Instituto de Educação "Fernando Costa".....97
3.1 Diretores 99
3.2 Professores 110
3.3 Alunos 113
3.3.1 Casos conflituosos envolvendo alunos e as resoluções desses casos 126
3.3.2 Avaliação dos alunos 158
3.3.3 Alunos e professores: o Clube de Química 161
3.4 Os pais: Associação de Pais e Mestres do Curso Primário 179

Conclusão.....185
Referências.....191
Fontes utilizadas na pesquisa.....211
Instituições, acervos, arquivos e bases de dados *on-line* consultados.....223
Sobre a autora.....227

PREFÁCIO

Como se formam pesquisadores sérios em História da Educação? Foi o que aprendi acompanhando a trajetória de mestrado da Aline de Novaes Conceição. O conhecimento, nas Humanidades, raramente está onde supostamente acreditamos que deveria estar. Então, como encontrá-lo? Foi o que a autora do livro aprendeu, entre outros aspectos, em seu avanço como historiadora. Para tanto, em parte, o mestrado é também um aprender fazendo. Aprende-se a conhecer o objeto almejado. Contudo, mais do que isso, aprende-se recompor-se mentalmente a cada percalço, a cada lacuna, a cada inexistência de fontes documentais iluminadoras do conhecimento sobre algo parcialmente novo, velado. A luz da compreensão clareia o que se quer compreender, mas simultaneamente ilumina quem está paulatinamente entendendo o inédito. Foi com grande prazer que compartilhei o percurso da discente nestas descobertas, nesses lampejos de compreensão da instituição escolar por ela pesquisada e em suas mudanças mentais, acompanhadas da satisfação pelo seu simultâneo crescimento intelectual. O que pode mais almejar um historiador que foi também seu orientador?

Rimos muito em nossos contatos. Não foi pouco frequente desafogarmos a ansiedade constante com a pesquisa histórica com gargalhadas sobre as mazelas dos arquivos, da burocracia, da má vontade alheia, da incompreensão frente o novo, enfim, rimos com os percalços que acompanham a boa pesquisa histórica. A discente estranhou inicialmente esse bom humor mútuo, pois rindo, nos fragilizamos em nossas carapaças individuais. Rindo juntos, nos irmanamos. Isso não é comum na Pós-Graduação universitária. Portanto, foi grande descoberta

para mim também. É possível formar novos pesquisadores em Humanidades sem enlouquecê-los de ansiedade. Contudo, isso só ocorre se o jovem intelectual quer mesmo aprender a fazer algo bastante incompreensível à primeira vista. A autora aceitou essa possibilidade e esse desafio. O que isso proporciona? Confiança. Confiança em sua capacidade de compreensão. Confiança nas relações institucionais coletivas na universidade. Confiança em historiadores mais experientes. Confiança na vida. A autora confiou em muitas dessas coisas e não foi completamente desapontada. Quando isso ocorria, ríamos.

Quais foram meus principais conselhos a essa jovem pesquisadora? Ir mais devagar. Dar tempo de avanço às ideias. Ter paciência com as impossibilidades de pesquisa. Tirar férias. Como orientador, nunca pensei que tivesse que pedir isso a uma pesquisadora. Contudo, eram também sugestões utópicas dentro da linha de montagem intelectual da Pós-Graduação universitária, pois o que menos se tem no mestrado é tempo. Aline conseguiu um equilíbrio notável entre as múltiplas pressões temporais a impactá-la, que se constituiu em outra formação nova conquistada por ela, a de lidar com as multiplicidades de tempos. Um historiador que não sabe lidar com o tempo está no caminho errado. Foi estudando os tempos escolares da instituição por ela pesquisada, que também compreendeu as temporalidades contemporâneas de nossa atuação intelectual, profissional e social. Novamente, compreensão do objeto estudado e autoconhecimento.

Apresentar a história de uma instituição importante localizada no interior de um estado, nesse caso, do Estado de São Paulo, o denominado Instituto de Educação "Fernando Costa", em Presidente Prudente/SP, foi o desafio proposto pela autora. Aline de Novaes Conceição como todo historiador na área educacional, teve muitíssimas dificuldades com a

desorganização documental dessa instituição. Assim, após elaborar o arcabouço documental de forma sistematizada, a autora do atual livro teve que desvendar o que essas fontes informavam de maneira significativa sobre a vida dessa instituição. Isso pode parecer simples. Certamente não é. O que significava para os sujeitos envolvidos na socialização escolar do Instituto de Educação "Fernando Costa"? Como isso exemplificava os valores sociais e culturais do período pesquisado? A autora saiu-se muito bem em explicar ao leitor tais facetas históricas, a partir do funcionamento concreto de um Instituto de Educação. Este é o principal mérito do livro que aqui se apresenta. A contextualização legislativa, econômica, das normas administrativas da educação, da instituição do período, entre outros fatores, estão todos presentes no texto do livro, mas tendo os agentes internos da escola, seus professores, alunos e administradores como protagonistas dos acontecimentos narrados. Tal diálogo entre o interno e o externo à instituição escolar está bem tramado no presente livro. Essa maturidade é rara. Começou assim? Certamente não. Mas desabrochou, cresceu, na trajetória da pesquisa. Quem quiser entender como esses passos são dados, recomendo a leitura atenta deste livro. Aline além de analisar a educação no interior paulista na segunda metade do século passado, também apresenta como o conhecimento histórico pode ser significativo aos sujeitos envolvidos em processos educacionais. É, portanto, ótima referência de produção acadêmica em História da Educação. Constituir-se como autor de um livro é construir a si mesmo como um intelectual. A autora conseguiu as duas coisas de maneira brilhante. Coisa rara.

Espero que o leitor perceba no texto vislumbres do que aqui apresento, pois, esses bastidores quase nunca são destacados quando lemos um livro. Para tanto, não há segredo: boa leitura!

Macioniro Celeste Filho

INTRODUÇÃO

No Brasil, a primeira instituição denominada de Instituto de Educação, teve a instalação em 1932 no Distrito Federal e, no ano seguinte, em 1933, iniciaram as atividades no primeiro Instituto de Educação do estado de São Paulo. Os Institutos de Educação, eram instituições escolares complexas, cujo principal eixo, era a formação docente articulada com vários níveis de ensino.

Assim, havia a Escola Normal (Curso Normal e Curso de Aperfeiçoamento), o Curso Colegial que se dividia em científico (formava na área das Ciências Exatas) e clássico (formava na área das Ciências Humanas e Línguas), o Curso Ginasial e a Escola Primária Anexa.

A pesquisa bibliográfica, previamente realizada, indicou que há uma baixa quantidade de pesquisas sobre os Institutos de Educação e essas abrangem aspectos diversos como: Filosofia Pedagógica, patrono, formação do professor primário e secundário, trajetória do Instituto de Educação à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, práticas pedagógicas, descrição do acervo de uma biblioteca, educação feminina, educação do movimento dos sem-terra, escola de professores, gênero, curso de Pedagogia e Curso Normal, curso de Administração Escolar, memórias e narrativas de professoras normalistas e História da Disciplina Didática.

Essas pesquisas foram realizadas sobre os institutos do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Amapá, Paraíba Pernambuco e São Paulo. Os resultados foram apresentados em dissertações de mestrado, livros, artigos, teses de doutorado e Trabalhos de Conclusão de Curso.

No estado de São Paulo, foram pesquisadas; as seguintes cidades: São Paulo (seis pesquisas), Piracicaba (duas), Rio Claro (duas), Adamantina (uma), Birigui (uma), Itapetininga (uma), Presidente Prudente (uma), Santa Cruz do Rio Pardo (uma), São Carlos (uma), além de uma pesquisa realizada no âmbito geral dos Institutos de Educação do estado.

Dentre essas pesquisas sobre os Institutos de Educação do estado de São Paulo, destacam-se: Nadai (1994), Camargo (1997), Pirolla (1988), Ribeiro (1999), Pinheiro (2000), Evangelista (1997, 2002), Tofoli (2003), Serra (2004), Bontempi Júnior (2011), Reis (2015) e Labegalini (2005). Nessas pesquisas foram utilizadas como fonte, principalmente: números de jornais (oito pesquisas), entrevistas (cinco), periódicos (cinco), legislação (três), fontes localizas no arquivo permanente da instituição (três) e fontes localizadas com ex-professores e ex-alunos da instituição (duas).

No âmbito das pesquisas sobre Instituições Escolares[1], parece relevante considerar a cultura de cada instituição para buscar a sua identidade, realizando uma pesquisa com abordagem histórica que se inicie na própria instituição, utilizando, principalmente, as fontes primárias do arquivo permanente do local pesquisado.

Dos autores que trabalham com o tema Instituições Escolares têm-se recorrentes textos, de Paolo Nosella e Ester Buffa, que trabalham na perspectiva do método dialético marxista. Apesar disso, Magalhães (2004) é um autor citado recorrentemente nos textos sobre Instituições Escolares e aproxima as suas reflexões com as influências da História Cultural, compreendendo que a História das Instituições Educativas é uma história

[1] Há duas maneiras de se referir a essas pesquisas, a saber, "Instituição Escolar" e "Instituição Educativa", "[...] entende-se instituição escolar em um sentido estrito e instituição educativa em um sentido amplo, como, por exemplo, igrejas, clubes, presídios, sindicatos, partidos políticos etc." (SANFELICE, 2007, p. 76).

social/cultural; institucional/pedagógica e antropológica, centrada no local relacionando com o universal representado e substantivado na fundamentação, legitimação e projeção da ação educacional. Inclui a materialidade e a ação; a explicação das decisões; as relações de comunicação e o enquadramento da comunidade envolvente.

Há várias possibilidades para realização de uma pesquisa sobre as Instituições Escolares. Entretanto, atualmente, nas diversas tendências há a valorização da preservação do patrimônio escolar e a preservação do arquivo permanente da instituição, além da defesa da utilização de diversas fontes (não somente as legislativas) e da realização de uma pesquisa que seja interpretativa e não somente descritiva.

A pesquisa, cujos resultados estão apresentados neste livro, está no âmbito das Instituições Escolares, especificamente dos Institutos de Educação, tendo como problema norteador: como o Instituto de Educação "Fernando Costa", instalado em Presidente Prudente/SP, desenvolveu suas atividades, sobretudo, as finalidades previstas no *Código de Educação do Estado de São Paulo*?

Segundo esse código, em relação aos objetivos de um Instituto de Educação, havia elementos relacionados com o ato de formar docentes que atendiam os cursos primários, formar inspetores e diretores, oferecer cursos que eram de divulgação, aperfeiçoamento e oferecer cursos secundário e primário, sendo que esses cursos deveriam possibilitar aos professorandos a prática do ensino e também o ato de experimentar o magistério (SÃO PAULO, 1933).

A escolha do Instituto de Educação de Presidente Prudente/SP ocorreu por ter sido um dos primeiros instalados no interior de São Paulo, especificamente o 17º de um total de 120 e a sua instalação teve um sentido "desbravador" para os habitantes da cidade como afirmou o paraninfo

Mário Junqueira da Silva, na formatura do Curso de Administração Escolar do Instituto de Educação "Fernando Costa" (SOLENIDADE..., 1955).

Com isso, os objetivos da pesquisa que estão apresentadas neste livro, consistem em reconstituir elementos de uma história do Instituto de Educação "Fernando Costa" de Presidente Prudente/SP, que funcionou entre 1953 e 1975. Especificamente elementos referentes a instalação e encerramento dessa instituição e elementos das vivências dos sujeitos na instituição.

O ano de 1953 é o ano de início do funcionamento do Instituto de Educação "Fernando Costa" e 1975, consiste no ano que antecede a implementação da Reforma do Ensino que envolveu os 1º e 2º Graus em todo o estado de São Paulo. Essa reforma foi baseada na Lei n. 5692/71 e, a partir dessa legislação, os Institutos de Educação foram extintos.

Para a pergunta inicialmente levantada sobre o modo que, naquele período histórico, o Instituto de Educação "Fernando Costa" desenvolveu suas atividades, sobretudo, as finalidades previstas no *Código de Educação do Estado de São Paulo*, a hipótese que conduziu a pesquisa é a de que o Instituto de Educação "Fernando Costa" buscava um diálogo com a comunidade.

Com a opção pela abordagem histórica do tema, consultou-se o arquivo permanente da Escola Estadual em que no passado abrigou o funcionamento o Instituto de Educação "Fernando Costa", ou seja, atualmente, uma escola que atende do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio.

Foram localizadas fontes primárias sobre o tema, especificamente atas, diplomas, certificados, inscrições (em exames de admissão, em órgãos

do instituto, entre outras), inventários, livros caixa, livros ponto, livros de chamada, atestado de frequência, livros de matrícula, mapas de movimento, livro de correspondência, livro de compromisso, registro de punições, recibos de transferências, termo de visita do Inspetor Estadual, papeletas de notas, exames, dicionários, enciclopédias, dicionários, enciclopédias, livros entre outras.

As referências; fotografias das capas e informações das fontes localizadas estão contidas no instrumento de pesquisa intitulado *Instituto de Educação "Fernando Costa" (1953- 1975): um instrumento de pesquisa* (CONCEIÇÃO, 2014).

Integraram o *corpus* documental[2] da investigação, as atas; exames realizados pelos alunos; livro de correspondência; livro de compromisso; registro de punições; termo de visita do Inspetor Estadual; inventário; livros de matrícula e planta da instituição. Além dessas fontes do arquivo permanente da instituição, foram utilizadas figuras do Instituto de Educação "Fernando Costa"; legislação educacional orientadora e normatizadora desse instituto e números de jornais prudentinos.

Ao tratar dos jornais, é importante considerar o mencionado por Farge (2009) ao registrar que o impresso tem uma intenção, sendo publicado para que seja lido pelo maior número de pessoas, buscando a divulgação de notícias e a criação e/ou modificação de um pensamento.

Há necessidade de pesquisas sobre Instituições Escolares em que há o cruzamento das fontes internas e externas da instituição com a legislação, a fim de reconstituir reais indícios das histórias dessas instituições. Dessa forma, essas pesquisas com abordagem histórica devem ser realizadas como

[2] Ressalta-se que na utilização dos textos foi mantida a ortografia do período, pois esse elemento também é indício do tempo.

"[...] história problematizante, integrando as dimensões normativas e teóricas e as práticas educativas, focalizada na relação entre cada instituição educativa [...]" (MAGALHÃES, 2004, p. 152).

Ressalto que, para a realização da pesquisa cujos resultados estão sintetizados neste livro, considerou-se a História Cultural que, segundo Diniz (2012), esse tipo de investigação se utiliza da cultura como significados construídos pela humanidade, buscando explicar o mundo, tendo como base, fontes diversas, representações, simbolismos, práticas, mentalidades, entre outros aspectos. Realidade que se relaciona com o interior da instituição.

Por cultura escolar, compreende-se a definição emitida por António Viñao Frago, considerando que "[...] recobre as diferentes manifestações das práticas instauradas no interior das escolas, transitando de alunos a professores, de normas a teorias. [englobando] [...] tudo o que acontecia no interior da escola." (FARIA FILHO; VIDAL, 2004, p. 147). Para o autor, em cada instituição há uma cultura o que ressalta a singularidade de cada instituição e a existência de culturas escolares.

Assim,

> Olhar a escola pelas lentes da cultura escolar permite não apenas ampliar nosso entendimento sobre o funcionamento interno da instituição como nos provoca a rever as relações estabelecidas historicamente entre escola, sociedade e cultura [...] Nessa medida, a cultura escolar não deixa de ser uma importante ferramenta teórica para explorar o passado e o presente da escola na sua relação com a sociedade e a cultura, no jogo tenso das lutas de poder que perpassam o escolar e expressam nele as contradições sociais. (VIDAL, 2009, p. 39).

Com a busca da realização de pesquisas sobre cultura escolar houve uma renovação da história que emergiu em novos temas, dentre eles, a história das instituições

> [...] mobilizada tanto pelo estudo da cultura escolar quanto pela exigência metodológica de uma historiografia comprometida com a evidência documental, ancorada na exploração rigorosa de fontes de pesquisa e no escrutínio dos arquivos, propiciando, assim, a redescoberta dos arquivos escolares. (SOUZA, 2014, p. 5).

A história das instituições pode ser considerada como vertente da denominada História Cultural, que possibilita a compreensão de várias temáticas a partir das vivências escolares, relacionando as interações no espaço com as relações entre escola e sociedade (DINIZ, 2012).

Por sua vez, cabe ressaltar que, na História da Educação, é importante buscar compreender os elementos internos da Instituição Escolar e não somente a legislação educacional, pois na busca de execução das normas encontram-se resistências, tensões e apoios, assim é necessário voltar-se para o que ocorreu no interior da escola não nos deixando "[...] enganar inteiramente pelas fontes, mais freqüentemente normativas, que lemos." (JULIA, 2001, p. 15).

Além disso, é importante compreender que nas pesquisas e estudos baseados na História da Educação, a "[...] incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente." (BLOCH, 2001, p. 65). Assim, para interpretar as fontes "[...] uma primeira condição deve ser cumprida: observar, analisar a paisagem de hoje [...]" (BLOCH, 2001, p. 67).

As Histórias das Instituições Escolares não se confinam às análises por setores e nem a uma abordagem estritamente interna, mas a "[...] proposta de uma abordagem simultaneamente interna e de relação com a comunidade envolvente confere uma identidade histórica, de construção, à ação educativa. Toda a relação educativa é de natureza instituinte e reflexiva." (MAGALHÃES, 2004, p. 165), pois a instituição é afetada pela sociedade e também pela cultura.

Além disso, a história, como afirmou Dióres S. Abreu[3] (1997, p. 86) contribui

> [...] para resolvermos os problemas que nos cercam [...]. Para entendermos o que está acontecendo à nossa volta, para sermos lúcidos diante da complexidade da sociedade atual, para nos posicionarmos diante das exigências do momento atual brasileiro e internacional é que precisamos conhecer História. [...] Porque os problemas têm suas raízes presas em acontecimentos ocorridos no passado. [...] o estudo do passado deve ser um instrumento para superá-lo e não perpetuá-lo. Assim, História não é saudosismo, conservantismo, simples passa-tempo ou curiosidade, mas instrumento de conscientização [...]

Ao mencionar todos esses aspectos, justifica-se a importância de um livro cuja pesquisa foi realizada com abordagem histórica sobre o Instituto de Educação "Fernando Costa", que funcionou de 1953 a 1975, considerando que era uma instituição em que se privilegiava a formação de professores, tendo para isso, vários níveis de ensino.

Assim, este livro está organizado em 3 partes: no Capítulo 1, são apresentados elementos do encerramento e, também, da instalação do Instituto de Educação "Fernando Costa". No Capítulo 2, são descritos

[3] Segundo Belieiro (2012), Dióres Santos Abreu foi professor da Unesp de Presidente Prudente/SP e naquele momento era quem mais tinha conhecimento da história dessa cidade.

elementos arquitetônicos e suas relações com os espaços internos e externos desse instituto. No Capítulo 3, são apresentados fragmentos das vivências dos membros da instituição em questão, especificamente dos diretores, professores, alunos e pais; e também elementos do Clube de Química e das excursões que realizava. Em seguida, nas considerações finais é encerrado o estudo apresentado neste texto com algumas relevantes conclusões para a compreensão do diferencial desse instituto para os estudos de História da Educação e formação de professores. Após as considerações finais, há as referências dos textos citados, as fontes utilizadas e os locais consultados.

1.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA"

Neste Capítulo, serão tratados sobre os elementos organizacionais do ensino no período em que funcionou o Instituto de Educação "Fernando Costa". Após isso, será relatada sobre a instalação desse instituto, relacionando com os Institutos de Educação do estado de São Paulo e finalizando com o momento em que esse instituto teve as atividades encerradas.

Desse modo, no período em que funcionou a instituição pesquisada, o ensino era composto pelos níveis: elementar, médio e superior. No Ensino Elementar havia os seguintes ensinos:

- Pré-primário: composto de escolas maternais (atendia crianças com dois a quatro anos) e de jardins de infância (atendia crianças com cinco anos);
- Primário: ensino obrigatório para crianças após os sete anos (PINTO, 1968).

O ensino Pré-primário poderia ser ministrado em escolas maternais e jardins de infância. Sendo que nos Instituto de Educação, essas escolas eram locais de observações para os alunos do Curso Normal e do Curso de Aperfeiçoamento que realizavam seus estágios obrigatórios (SÃO PAULO, 1947).

O Ensino Primário dos Institutos de Educação era experimental[4] e com ministração de educação primária aos meninos e meninas, concomitantemente ao período em que possibilitava que os professorandos para o Curso Primário, praticassem, experimentassem e observassem esse ensino (SÃO PAULO, 1947).

Após 1947, o Curso Primário que poderia ser ministrado nas escolas isoladas, grupos escolares, Cursos anexos às Escolas Normais e aos Institutos de Educação, passou a ter a duração de quatro ou cinco anos (SÃO PAULO, 1947).

O Curso Primário era composto com no mínimo quatro séries anuais, sendo que quando não houvesse o Ginásio Oficial na cidade, o Ensino Primário poderia estender-se para a 5ª e 6ª série do Instituto de Educação, ou seja, poderia ser estendido por mais dois anos (SÃO PAULO, 1968a).

Os professores dos cursos Pré-primários e Primários consistiam em professores que tivessem "aptidão" para essa educação e "[...] estudos especiais da matéria, indicadas pelo diretor do Instituto de Educação dentre professores do quadro do magistério primário." (SÃO PAULO, 1947, [p. 127]).

Em 1971, na legislação educacional, o Ensino Primário passaria a ter duração de oito anos recebendo a nomenclatura de ensino de 1º grau e o Ensino Médio passaria a ter a nomenclatura de ensino de 2º grau. Compreendendo que nesse primeiro grau estariam crianças a partir dos sete anos de idade (BRASIL, 1971). Todavia, no Instituto de Educação "Fernando Costa", essa legislação entrou em vigor a partir do ano de 1975.

[4] Em 1933, também é mencionado que o Ensino Primário era "[...] de carater acentuadamente experimental." (SÃO PAULO, 1933, [p. 130-131]).

O Ensino Médio compreendia o Curso Secundário, Técnico ou Ensino Profissional (também abrangia o ensino industrial, agrícola e comercial) (PINTO, 1968) e o curso que formava o professor Primário e Pré-primário (SÃO PAULO, 1968a).

O Curso Secundário poderia ser ministrado em dois ciclos: no ciclo ginasial (com duração de quatro séries anuais) e no ciclo colegial (com duração de três séries anuais), o objetivo desse ciclo era a "[...] formação profissional imediata ou mediata, preparando-o para os cursos de nível superior." (SÃO PAULO, 1968b, [p. 5]). Essa forma de organização do Ensino Secundário foi instalada com o Decreto nº 4224 do ano de 1942 e permaneceu até 1959, quando o Ensino Colegial passou a ser integrado (PIROLLA, 1988).

A idade mínima para ingressar no curso de grau médio era de 11 anos completos ou a completar até o final do ano letivo e era necessária a aprovação no exame de admissão (PINTO, 1968).

O Ensino Normal também era considerado de grau médio e em cada ciclo dos cursos desse grau haveria "[...] disciplinas e práticas educativas obrigatórias e optativas, sendo o currículo das duas primeiras séries do primeiro ciclo, comum a todos os cursos do ensino médio [...]" (PINTO, 1968, p. 60).

O Curso Normal correspondia ao grau médio, pois era um "ramo" do ciclo colegial; abrangia um curso de formação de professor, de dois anos, um curso Pré-normal, de um ano, e um Curso Primário, de quatro anos. (SÃO PAULO, 1947).

O Curso Normal era ministrado em dois modelos:

> I- [Na] Escola Normal, destinada a manter o curso de formação de professores primários de grau colegial, estruturado em quatro séries; [e no]
>
> II- [...] Instituto de Educação que além do curso de formação de professores primários de grau colegial, [...] [manteria] os seguintes cursos de pós-graduação:
>
> a) - administração escolar;
>
> b) - especialização;
>
> c) - orientação educacional;
> [...]. Os estabelecimentos de ensino normal [...] [manteriam] obrigatóriamente um curso primário de aplicação anexo, que, além de ministrar educação de grau primário, [...] [serviria] como campo de experiência e de aplicação de técnicas didáticas, para os alunos-mestres. (SÃO PAULO, 1968a, [p. 6-7]).

Assim, o Curso Normal dos Institutos de Educação, deveria:

> I - formar professores, orientadores, supervisores e administradores escolares, destinados ao ensino primário;
> II- aperfeiçoar a formação do professor primário e ensejar a sua especialização para o ensino pré-primário e o de excepcionais;
> III- desenvolver e difundir conhecimentos de técnicas relativas à educação da infância. (SÃO PAULO, 1968a, [p. 6]).

Em suma, nas Escolas Normais havia:

- Curso de formação profissional do professor primário com duração de dois anos;
- Curso Secundário fundamental de preparação para o Curso Profissional com duração de cinco anos; e
- Ensino Primário com duração de quatro anos.

No ciclo colegial, também havia o Colégio Secundário em que poderia haver uma ou mais orientação básica, a saber: eclética, clássica ou científica. Na terceira série do Instituto de Educação do colégio, havia a preocupação em preparar os alunos para os Cursos Superiores (SÃO PAULO, 1968a).

Havia também o Colégio Técnico que além "[...] dos fins gerais da educação de grau médio [...] [tinha] por objetivo preparar o jovem para o exercício de atividade especializada, de nível médio." (SÃO PAULO, 1968a, [p. 6]).

Dessa forma, a educação secundária poderia ser ministrada em Ginásios, Colégios e Institutos de Educação e o Ensino Normal poderia ser ministrado em Escolas Normais e Instituto de Educação (SÃO PAULO, 1947).

Buscando a normatização dos estabelecimentos de Ensino Primário e Médio, a partir de 1963, houve a criação do Conselho Estadual de Educação. Esse conselho deveria ser constituído de 24 "[...] membros nomeados pelo Governador do Estado e escolhidos dentre pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação [...]" (SÃO PAULO, 1967, [p. 2]). A partir disso, os cursos dos Institutos de Educação seriam regulamentados a esse conselho (SÃO PAULO, 1968a).

O Ensino Superior era realizado em nível universitário, em universidades ou institutos isolados, podendo ocorrer com a cooperação de institutos de pesquisa e centros de treinamento profissional (PINTO, 1968). Com o objetivo de formar culturalmente e profissionalmente o jovem "[...] através do ensino e da pesquisa, assim como o desenvolvimento das ciências, letras, artes e técnicas" (SÃO PAULO, 1968a, [p. 7-8]).

Na instituição pesquisada, não havia o Ensino Superior, mas havia o Ensino Pré-primário e Primário, ou seja, o Ensino Elementar e o Ensino Médio.

1.1 Início do funcionamento

Segundo Litholdo (1984), em Presidente Prudente/SP[5], no ano de 1939, havia um Ginásio que foi instalado no Colégio São Paulo. Essa Escola Secundária era particular e funcionava com cursos diurnos.

Nesses anos, segundo o autor mencionado, jovens da cidade pressionaram o prefeito local para criar um Ginásio público na cidade. Desse modo, em 1939, teve uma movimentação para criação dessa instituição em Presidente Prudente/SP, em que em uma reunião com o prefeito da cidade, Domingos Leonardo Ceravolo, foi instituída uma comissão que se preocupou com os elementos necessários para que fosse criado o Ginásio do Estado (DADOS..., 1957).

A Comissão Central era formada por cinquenta membros e dentre esses havia o Dr. Olimpio Ribeiro da Luz, presidente da comissão e o farmacêutico Luiz de Carvalho Gomes, que em 1954 se tornou diretor (DADOS..., 1957). Após dois anos, em abril de 1941, instalou-se um Ginásio do Estado em Presidente Prudente/SP (DINIZ, 2012).

Até o ano de 1940, no estado de São Paulo, havia 41 Ginásios Estaduais e no ano de 1962 esse número passou para 561 (BEISIEGEL, 1964). Compreende-se que o Ginásio do Estado de Presidente Prudente/SP teve a instalação realizada em um momento em que havia um

[5] Para informações sobre os primórdios de Presidente Prudente/SP e da educação dessa cidade, consultar Mariano (2011).

número reduzido de Ginásios no estado de São Paulo o que significou desenvolvimento e conquista para a cidade.

Para ser aluno desse Ginásio, era necessário ser aprovado no exame de admissão. Desse modo, o primeiro diretor do Ginásio Estadual de Presidente Prudente/SP, o professor João Miguel autorizou a realização do exame de admissão para o dia 29 de abril, dos quais compareceram 29 pessoas e foram aprovadas 20 (LITHOLDO, 1984).

O ensino do Ginásio do Estado era tido como de melhor qualidade que o ensino de instituições particulares. No ano de 1941, os alunos do Ginásio Particular da cidade fizeram a transferência dos estudos para o Ginásio do Estado. Essa instituição que estava com 20 alunos, passou a ter 45 alunos e para atender esses novos alunos, passou a funcionar duas classes que atendiam as primeiras séries dessa instituição, utilizando o edifício do Grupo Escolar denominado "Prof. Adolpho Arruda Mello" (LITHOLDO, 1984).

A instituição escolar Ginásio Estadual de Presidente Prudente/SP, ao ser instalada, passou a concorrer com o Ginásio São Paulo, tendo conflitos entre os diretores dessas instituições (LITHOLDO, 1984).

Em 1943, foi decretado que no Ginásio do Estado da cidade, seria criado o Colégio "Fernando Costa" e, em 1945, iniciou-se o funcionamento desse colégio. O Decreto da criação desse colégio é o nº 13.543, de nove de setembro de 1943, foi criado no governo Fernando Costa (LITHOLDO, 1984) que se tornou Interventor Federal do Estado de São Paulo e permaneceu de 1941 até 1945 (DINIZ, 2015). Segundo Abreu (1996), esse interventor esteve em Presidente Prudente/SP, entre 20 e 21 de março de 1943.

Em 1947, nessa instituição, houve a incorporação da Escola Normal Municipal da cidade, que passou a ser estadualizada e foi nomeada de Colégio Estadual e Escola Normal "Fernando Costa" (RIBEIRO, 1999).

Após isso, o Ensino Normal ficou subdividido em cursos de dois níveis sendo que no primeiro ciclo estava o curso de formação de professores denominado de regente do ensino primário que abrangia quatro anos e no segundo ciclo os cursos de formação de professores primários que duravam três anos (RIBEIRO, 1999).

No Colégio Estadual e Escola Normal "Fernando Costa", funcionava o curso Pré-normal, o Primário e o Profissional (COLÉGIO ESTADUAL E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA"[6], ata, 1953-1955).

No ano de 1952, nesse edifício, houve a criação do Curso Ginasial no período noturno que funcionou a partir de 1953. Ainda em 1953, especificamente em agosto, na imprensa prudentina, foi noticiado que na cidade, havia dois mil estudantes e o espaço físico do Colégio Estadual e Escola Normal "Dr. Fernando Costa", seria aumentado (CONCLUSÃO..., 1953).

Na mesma página desse número de jornal, foi mencionado que "Coincidindo com o início das obras do Colégio Estadual ou mesmo antepondo-se a elas, [...] [seria criado] o Instituto de Educação, uma das aspirações mais sentidas do nosso ensino." (INSTITUTO..., 1953, p. 1).

Esse Instituto de Educação foi instalado após a transformação desse Colégio Estadual, ou seja, do Colégio Estadual e Escola Normal "Fernando

[6] Nas demais citações dessa fonte serão inseridos apenas "COLÉGIO E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO".

Costa" no dia 20 de outubro de 1953, com a Lei nº 2.337 e foi intitulado de Instituto de Educação "Fernando Costa".

No ano de 1953, Lucas Nogueira Garcez, que era governador do estado de São Paulo solicitou à Assembleia Legislativa desse estado, que fosse criado um Instituto de Educação em Presidente Prudente/SP (COLÉGIO E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata 1953-1955). Também é possível constatar esse fato nos jornais quando é mencionado que o governador Lucas Garcez solicitou a transformação Colégio Estadual e Escola Normal "Dr. Fernando Costa" em Instituto de Educação (PEIXOTO, 1953).

A mudança do estabelecimento em Instituto de Educação ocorreu em 20 de outubro de 1953, como é possível constatar a seguir: "A Escola Normal 'Fernando Costa' de Presidente Prudente, fica transformada, nos têrmos do Decreto-Lei federal n. 8.530, de 2 de Janeiro de 1946, em Instituto de Educação 'Fernando Costa'". (SÃO PAULO, 1953 [p. 1]).

Ao ser transformado em Instituto de Educação, essa instituição, manteria as instalações, verbas e o Curso Colegial Clássico e Científico da instituição anterior (SÃO PAULO, 1953). Abrangendo também os seguintes cursos:

> a) - Curso Normal, de 3 (três) anos, destinado à formação de professores primários e pré-primários;
>
> b) - Curso Secundário (Ginasial), 1.º ciclo, de 4 (quatro) anos, com organização e finalidades estabelecidas pela legislação federal;
>
> c)-Curso Primário, de 5 (cinco) anos, subdividido em curso primário comum de 4 (quatro) anos, e complementar de 1 (um) ano;
>
> d)- Curso Pré-Primário (Jardim da Infância) de 3 (três) anos.
>
> [...] [com duração de dois anos, havia os seguintes cursos]

> a) Curso de Administradores Escolares de grau primário, para habilitação de diretores, orientadores de ensino, inspetores escolares, auxiliares de estatística e encarregados de provas e medidas escolares; e
> b) Cursos de Especialização: Educação Pré-Primária; Didática Especial de Curso Complementar Primário; Didática Especial de Ensino Supletivo; Desenho e Artes Aplicadas; Música e Canto. (SÃO PAULO, 1953, [p. 1]).

Para frequentarem o Curso de Formação de Professores Primários do Instituto de Educação "Fernando Costa", a matrícula se faria mediante exame vestibular, após apresentação de certificado de conclusão do Ensino Secundário (SÃO PAULO, 1953).

Para matrícula no curso de Administradores Escolares, era necessário ser normalista com no mínimo três anos de exercício como professor público primário (SÃO PAULO, 1958), esse curso possibilitava a atuação de diretores de escola e tinha a duração de dois anos (SERRA, 2004). Para participar da seleção dos cursos de especialização, era necessário apresentar o diploma do Curso Normal (SÃO PAULO, 1953).

Os Institutos de Educação poderiam ser compostos do Jardim da Infância, Escola Primária, Escola Secundária e Escola de Professores. A Escola de Professores do Instituto de Educação formava professores, diretores e inspetores e aperfeiçoava o conhecimento dos professores do magistério.

Os Cursos de Aperfeiçoamento tinham como finalidade "[...] elevar o nível de cultura dos professores primários diplomados." (SÃO PAULO, 1947, [p. 128]), era um curso prático com estágios obrigatórios e esses cursos ocorriam durante um ano.

Dessa forma, no Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação "Fernando Costa", era dada ênfase à prática e os alunos deveriam realizar estágios na Escola Primária Anexa e havia exame para selecionar os alunos desse curso (BARROS *et al.*, 2007).

Os Cursos de Aperfeiçoamento, Administração e Especialização eram denominados de cursos Pós-graduados e para realizá-los era necessário ter o diploma do Curso Normal (BARROS *et al.*, 2007).

Na Escola Primária Anexa aos Institutos de Educação e nos Grupos Escolares, os alunos do Curso Normal realizavam estágios obrigatórios como requisito da disciplina "Prática do Ensino" e o diretor do Curso Primário Anexo deveria se submeter ao diretor do Instituto de Educação. Para realizar a matrícula no Curso Normal, os alunos realizavam o exame vestibular e para a inscrição deveriam apresentar certificado de conclusão do Ensino Secundário (SÃO PAULO, 1947).

Destaca-se que formar professores era o principal eixo dos Institutos de Educação, ou seja, essas instituições eram locais privilegiados para a formação de professores. Com isso, havia os Cursos de Administradores Escolares, de Especialização, o Curso Normal, Colegial, Ginasial, Primário e Pré-primário. Sendo que o Curso Primário e Pré-Primário eram ministrados na Escola Primária Anexa, onde os alunos do Curso Normal realizavam estágio obrigatório para a disciplina "Prática do Ensino" (SÃO PAULO, 1953).

Em Presidente Prudente/SP, essa escola foi instalada em 1947, concomitantemente com o Curso Normal Municipal da cidade, era denominada de Escola de Aplicação e funcionou até 1975 (RIBEIRO, 1999).

No Curso Colegial, o número mínimo de alunos era 20 e nos demais cursos do Instituto de Educação "Fernando Costa" eram 15 alunos (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA"[7], ata, 1959-1966).

Em 1956, alunos que haviam concluído o Curso Ginasial, reivindicaram que houvesse um Curso Colegial Clássico no Instituto de Educação "Fernando Costa", pois somente 15 tinham manifestado interesse, não sendo um número suficiente para que se abrisse a matrícula. Dessa forma, esses alunos utilizaram a imprensa para solicitarem que pessoas interessadas nesse curso fossem até o Instituto de Educação em questão, a fim de que tivesse pelo menos 20 candidatos para cursarem o curso (PEIXOTO, 1956a).

No período em que se iniciaram as atividades no Instituto de Educação "Fernando Costa", especificamente na década de 1953, em Presidente Prudente/SP, não havia Curso Superior, todavia havia nove Grupos Escolares, 35 Escolas Isoladas Estaduais, 29 Escolas Municipais e duas Escolas Particulares. O Ensino médio era ministrado em três Ginásios, a saber, Ginásio da Escola Técnica de Comércio Dr. "Joaquim Murtinho", Ginásio do Instituto Cristo Rei e Ginásio do Colégio São Paulo (IBGE, 1957).

Havia dois estabelecimentos que ministravam o Curso Normal e o Curso Colegial, a saber, Colégio São Paulo e o Colégio e a Escola Normal "Fernando Costa". Havia também o Ensino Comercial da Escola Técnica de Comércio "Dr. Joaquim Murtinho" e do Colégio São Paulo e havia a escola artesanal que era de formação profissional (IBGE, 1957).

[7] A fim de evitar repetições, nas demais fontes do Instituto de Educação "Fernando Costa", contidas no arquivo permanente da Escola Estadual "Fernando Costa", será utilizado doravante "INSTITUTO DE EDUCAÇÃO" ao invés de "INSTITUTO DE EDUCAÇÃO 'FERNANDO COSTA'".

É importante destacar que Presidente Prudente/SP, a cidade em que se teve a instalação do Instituto de Educação "Fernando Costa", teve a fundação em 12 de setembro de 1917, e em 2015, ano da pesquisa, estava com 207.610 habitantes (IBGE, 2015). Com, aproximadamente, 558 quilômetros da capital do estado (São Paulo), está próxima do estado de Mato Grosso do Sul/MS e do Paraná/PR (IBGE, 1957), como pode-se verificar com o mapa da Figura 1:

Figura 1- Mapa das microrregiões[8] do estado de São Paulo

Fonte: adaptado de Nunes e Nascimento (2012).

A cidade em questão era denominada popularmente de Alta Sorocabana e foi "[...] resultado da expansão cafeeira pelo Extremo Oeste do Estado de São Paulo, amparada a cidade pelo prolongamento dos

[8] Destaca-se que no momento da escrita da dissertação que resultou neste livro, essa era a denominação correta, todavia a partir de 2017, a denominação mesorregiões e microrregiões geográficas passou a ser substituída por regiões imediatas e intermediárias. Atualmente, o estado de São Paulo está dividido em 645 municípios, sendo 53 regiões geográficas imediatas agrupadas em 11 regiões geográficas intermediárias.

trilhos das Estradas de Ferro Sorocabana em demanda ao Rio Paraná." (ABREU, 1997, p. 181).

Em 1950, década da instalação da instituição pesquisada, no município, havia 60.903 habitantes, sendo 31.727 homens e 29.176 mulheres. 53,4% da população habitava a zona rural e 50.507 pessoas estavam com idades de cinco anos ou mais, dessas, 51% eram alfabetizadas (IBGE, 1957).

Os diretores e os docentes do Colégio Estadual e Escola Normal "Fernando Costa", atribuíram a instalação do Instituto de Educação na cidade, ao governador do estado Lucas Nogueira Garcez e ao deputado Péricles Rolim. Como se verifica em uma ata da instituição em que em uma reunião com professores e o diretor do Instituto de Educação, registrou-se o seguinte: "[...] nota de louvor ao governador professor Lucas Nogueira Garcez e deputado Pericles Rolim pela transformação do nosso Estabelecimento em Instituto de Educação." (COLÉGIO E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1953-1955, p. 17).

Resende (2012, p. 65) destaca que o Instituto de Educação "Fernando Costa" tinha um ensino que era artístico, científico e literário, sendo um centro de educação de Presidente Prudente/SP de 1940, 1950 e início de 1960. Ribeiro (1999, p. 119) afirma que esse instituto, centralizava "[...] quase que toda a vida educacional e cultural da cidade [...]".

Em 1954, após a transformação da instituição em questão, os professores tiveram dúvidas sobre os programas de conteúdos das disciplinas. Diante disso, um professor dessa instituição, que estava em São Paulo, procurou os professores do Instituto de Educação "Caetano Campos", todavia como eram férias escolares não conseguiu localizá-los, mas soube que havia programas que eram elaborados pelos professores e

com isso, conseguiu recuperar "[...] apenas do Departamento de instruções sobre questões administrativas. Ficou então, deliberado que os professores, na próxima reunião [...] deveriam apresentar os programas [...]" (COLÉGIO E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1953-1955, p. 18).

A afirmação mencionada está de acordo com Labegalini (2005), ao concluir que o Instituto de Educação "Caetano de Campos" se tornou modelo para os demais Instituto de Educação. Acrescenta-se, inclusive para o Instituto de Educação "Fernando Costa".

A transformação da instituição em Instituto de Educação "Fernando Costa" foi tida como possibilidade do ato de desenvolvimento pelos habitantes, que foi possível a verificação em um dos números da imprensa prudentina, em que ao tratar disso, foi relatado que engrandeceria a cidade (PEIXOTO, 1953).

Nesse contexto de instalação da instituição em questão, metade da população da cidade que estava com cinco anos ou mais, era alfabetizada, sendo necessário que se buscasse a realização da alfabetização da outra metade. Para isso, importava a instalação de uma instituição, com objetivo central de formar professores que era realizada considerando a prática possibilitada pela vivência em uma escola anexa ao próprio instituto.

Portanto, era necessário um Instituto de Educação em Presidente Prudente/SP e para a sua instalação foi escolhido o Colégio Estadual e Escola Normal da cidade, ou seja, uma instituição que também formava professores.

Além dessa instituição, havia somente mais uma instituição (particular) que realizava a formação mencionada, o que demonstra ainda mais a importância do Instituto de Educação na cidade, que além de

continuar com o Curso Colegial, Normal e com a Escola Primária Anexa, passaria a ter cursos relacionados à formação continuada de professores.

1.2 Institutos de Educação do estado de São Paulo

O Instituto de Educação "Fernando Costa" em um total de 120 localizados no estado de São Paulo, foi o 17º instituto, 17 foram instalados na capital e os demais no interior e no litoral desse estado (LABEGALINI, 2005). No Quadro 1, há o registro dos Institutos de Educação criados em um período anterior ao do Instituto de Educação "Fernando Costa":

Quadro 1 – Institutos de Educação do estado de São Paulo criados antes do Instituto de Educação de Presidente Prudente/SP

ORDEM DE CRIAÇÃO/ TRANSFORMAÇÃO	CIDADE	DATA DA CRIAÇÃO/ TRANSFORMAÇÃO
1º	São Paulo	21/02/1933 e 2/12/1946
2º	Campinas	21/12/1951
3º	São Paulo	28/12/1951
4º	Ribeirão Preto	7/8/1953
5º	Bauru	7/8/1953
6º	São José do Rio Preto	7/8/1953
7º	Botucatu	7/8/1953
8º	Itapetininga	7/8/1953
9º	Franca	7/8/1953
10º	Pirassununga	7/8/1953
11º	São Carlos	7/8/1953
12º	Guaratinguetá	7/8/1953
13º	Tatuí	7/8/1953
14º	Piracicaba	7/8/1953
15º	Santa Cruz do Rio Pardo	14/8/1953
16º	Jaú	20/10/1953
17º	Presidente Prudente	20/10/1953

Fonte: adaptado de Labegalini (2005, p. 77-78).

Além do Instituto de Educação "Fernando Costa", em 1953, foram criados Institutos de Educação nas seguintes cidades paulistas: Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Botucatu, Itapetininga, Franca, Pirassununga, São Carlos, Guaratinguetá, Tatuí, Piracicaba, Santa Cruz do Rio Pardo e Jaú. Além desses, nesse ano de 1953, após a criação do Instituto de Educação "Fernando Costa", houve a criação de um instituto em Casa Branca e em Jundiaí (LABEGALINI, 2005).

A partir do Quadro 1, é possível constatar que o primeiro Instituto de Educação foi criado na década de 1930 e os 15 institutos posteriores criados em um período anterior à criação do "Fernando Costa" foram criados na década de 1950.

Com a *Lei Orgânica do Ensino Normal*, a partir de 1946, os institutos foram expandidos para o interior do estado de São Paulo e a década de 1960, foi o período em que foram criados mais Institutos de Educação no estado de São Paulo (LABEGALINI, 2005).

O Instituto de Educação "Fernando Costa", foi criado na década anterior à década de maior expansão dos Institutos de Educação, o que ratifica a importância desse estabelecimento e a indicação de avanço e desenvolvimento para Presidente Prudente/SP.

O Instituto de Educação "Fernando Costa" foi instalado, em 1932, após 21 anos da instalação do primeiro Instituto de Educação do Brasil, por Anísio Teixeira Anísio Teixeira no Rio de Janeiro que no período era o Distrito Federal. Anísio Teixeira, era diretor da Instrução Pública.

Em 1933, instalou-se o primeiro do Instituto de Educação do estado de São Paulo que foi promulgado na "Reforma Fernando de Azevedo" cuja síntese está no *Código da Educação do Estado de São Paulo*. Esse primeiro Instituto de Educação foi denominado "Caetano de Campos

e ocorreu a partir da transformação da Escola Normal da Praça da República (LABEGALINI, 2005).

Em 1934, após um ano de sua criação, o Instituto de Educação "Caetano de Campos" incorporou-se a Universidade de São Paulo (Usp) e esteve em funcionamento até 1938, no ano em que o Interventor Federal Adhemar de Barros extinguiu esse Instituto de Educação, alegando que os custos financeiros para o funcionamento eram altos. Além disso, foi defendido que o Instituto de Educação estava dificultando a formação docente que estava relacionada com o nível universitário nessa instituição (EVANGELISTA, 2002).

Na extinção dessa instituição, houve a presença de religiosos católicos, pois de acordo com as buscas religiosas que tinham, interessaram-se em formar professores no nível superior (EVANGELISTA, 2002).

No Distrito Federal, a universidade também estava relacionada com a formação de professores. Destaca-se que a finalização do instituto em questão, fez com que no Brasil as duas primeiras ações relacionadas com a formação de professores em um nível superior, não tivesse prosseguimento (EVANGELISTA, 2002).

Nos Institutos de Educação, havia o pensamento escolanovista, esse ideário norteou os estudos dos professores no Brasil, aproximadamente até a década de 1970 (LABEGALINI, 2005). Nesse ideário, o aluno é visto como ativo em sua aprendizagem, tendo a valorização da ciência na instituição escolar.

O que era contrário a essa ideia era intitulado de ensino tradicional, ou seja, um ensino que desconsiderava a experiência (BUFFA; PINTO, 2002). Dessa forma, no contexto escolonavista surgiu o Instituto de

Educação do estado de São Paulo no ano de 1933, e posteriormente, os demais 119 institutos, cujo encerramento ocorreu em 1975, quando o escolanovismo cedeu espaço para o tecnicismo, tendência que organizava racionalmente os meios do ensino, fazendo com que o papel do aluno e do professor fosse secundarizado. (LABEGALINI, 2005).

Assim, as instalações dos Institutos de Educação se relacionavam com o ideário do movimento Escola Nova, pois com os Institutos de Educação buscavam-se transformações na educação do Brasil (SERRA, 2004).

Antônio D'Ávila era um dos pensadores que fazia a defesa pela Escola Nova, ele ingressou na Escola Normal "Caetano de Campos", contatou Lourenço Filho, substituiu a cadeira de "Prática de Ensino", "Pedagogia" e "Psicologia". Professorou e foi diretor do Departamento de Educação de São Paulo, diretor de instituições escolares, do Serviço de Orientação Pedagógica e chefiou o Serviço Nacional de Aprendizagem (Senac). Trevisan (2007) mencionou que ele também palestrou e ministrou conferências na capital e no interior do estado de São Paulo, escrevendo 11 manuais de ensino que foram lidos nos cursos que formavam professores primários.

Um mês antes da transformação da instituição em Instituto de Educação "Fernando Costa", ou seja, em setembro de 1953, Antônio D'Ávila realizou uma palestra em Presidente Prudente/SP, para o comitê do Centro de Estudos Pedagógicos e para o Clube de Sociologia dessa futura instituição (COLÉGIO E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1953-1955). Segundo Trevisan (2007), essa palestra foi sobre *Grandes figuras do magistério feminino*.

Na instalação oficial do Instituto de Educação de Birigui/SP, em março de 1963, no salão nobre do Institutos de Educação "Prof. Stélio

Machado Loureiro", Antônio D'Ávila também participou ministrando uma aula de abertura, cuja presença dos alunos foi obrigatória e a dos professores foi considerada "ponto de honra" (SERRA, 2004).

Houve a criação dos Institutos de Educação até o ano de 1967, e a expansão dos Instituto de Educação do estado de São Paulo, para o interior desse estado, nas décadas seguintes à criação do *Código de Educação do Estado de São Paulo* de 1933 ocorreu pela transformação em Institutos de Educação, das Escolas Normais, Escolas Normais e Colégios Estaduais ou Ginásios Estaduais. A criação dessas instituições em São Paulo foi até o ano de 1967, persistindo até 1975 (LABEGALINI, 2005).

Como registrado anteriormente, não há muitos estudos sobre os Institutos de Educação do estado de São Paulo, os que há são: Ribeiro (1999), Labegalini (2005), Pirolla (1988), Camargo (1997), Tofoli (2003), Serra (2004), Reis (2015), Bontempi Júnior (2011), Nadai (1994), Pinheiro (2000) e Evangelista (2002).

Nas pesquisas sobre os Institutos de Educação que foram instalados no estado de São Paulo, destaca-se a pesquisa de Evangelista (2002) que buscou a reconstituição do início da formação de professores que ocorria em nível universitário, enfocando o encerramento do Instituto de Educação da Universidade de São Paulo de 1934 a 1938. Com Evangelista (2002) verifica-se que, no ano de 1933, foi criado o primeiro Instituto de Educação do estado de São Paulo localizado em São Paulo cuja nomenclatura era "Caetano de Campos".

No Institutos de Educação "Caetano de Campos" havia a denominada Escola de Professores, nesse âmbito, eram formados técnicos de ensino, abrangendo Cursos Livres, Extensão Universitária, Especialização, Aperfeiçoamento e Administradores Escolares. Além disso, havia a formação de professores primários e secundários. Na formação, havia a

experimentação, a observação e a prática de ensino (EVANGELISTA, 2002).

Segundo Evangelista (2002), essas ações ocorriam nas Escolas de Aplicação, instituições que continham o Jardim de Infância, a Escola Primária e a Escola Secundária. No Institutos de Educação "Caetano de Campos", além disso, havia também a biblioteca e um espaço em que ocorria muitas pesquisas desse instituto, o denominado Centro de Psicologia Aplicada e o laboratório (EVANGELISTA, 2002).

Em 1934, após um ano em que foi criado o Instituto de Educação "Caetano de Campos", foi criada na capital, a Usp sem o curso de Pedagogia, que funcionou a partir de 1939 (VIDAL; BONTEMPI JÚNIOR; SALVADORI, 2016).

Para realizar a formação de professores, o Instituto de Educação "Caetano de Campos" foi incorporado a Usp, com isso houve a primeira formação de professor no nível universitário (EVANGELISTA, 2002). Essa experiência, ocorreu até o ano 1938, quando esse Instituto de Educação, tornou-se Escola Normal, sendo excluído da Usp.

A pesquisadora Pinheiro (2004) objetiva realizar a compreensão dos elementos internos de uma escola e também elementos das práticas que estavam nos discursos dos alunos que frequentavam o Curso Primário da Escola de Aplicação do Instituto de Educação "Caetano de Campos" de São Paulo, a autora focalizou o período de 1936 a 1939, que foi, respectivamente o ano em que foi publicado o número inicial jornal *Nosso Esforço* e o ano em que a instituição foi denominada de Escola "Caetano de Campos" e isso ocorreu após extinção do Instituto de Educação.

O jornal *Nosso Esforço* teve a circulação realizada entre os anos e 1936 a 1967 e era produzido e também entregue por alunos do Curso

Primário com idade entre 7 a 12 anos, tendo os professores como censuradores da escrita do jornal e também dos conteúdos selecionados. Com essas limitações, os temas publicados no jornal em questão, consistiam em entretimento, notícias da escola, datas comemorativas, biografias e discursos nacionalistas e higienistas (PINHEIRO, 2004).

Pinheiro (2004) selecionou para analisar, três temáticas recorrentemente mencionadas no jornal *Nosso Esforço*, a saber: grandes homens e a nacionalidade do Brasil; a criança que estuda e ignorância que escraviza. Verificou que as publicações eram otimistas, valorizando os atos cívicos, a disciplina, a história da nação, da escola, tendo como pano de fundo a visão de uma escola para a civilidade e para a transformação da sociedade.

A implantação do Instituto de Educação "Caetano de Campos", estava vinculada com Fernando de Azevedo que mencionava essa instituição utilizando diversas nomenclaturas, a saber: laboratório do Ensino Paulista e Faculdade de Letras e Escola Superior de Pedagogia. A instalação ocorreu como anseio ao texto documental intitulado *Pioneiro da Escola Nova* e para Fernando de Azevedo, esse Instituto de Educação deveria constituir-se enquanto espaço de estudos experimentais e investigação sobre educação, além da preparação de professores e administradores escolares (NADAI, 1994).

No Instituto de Educação "Caetano de Campos", havia um diferencial, pois além da comum formação de docentes primários que ocorriam nos Institutos de Educação, que também teve a formação de professores no nível secundário, essa formação ocorreu até a instalação da Faculdade de Educação Ciências e Letras na Usp. A pesquisadora Nadai (1994) investigou essa formação de nível secundário e concluiu que

ocorreu de maneira similar com a formação do professor primário, tendo destaque para a prática nessa formação.

Ao ser instalada a Faculdade de Educação Ciências e Letras, o Instituto de Educação foi excluído e os professores do Instituto de Educação "Caetano de Campos" tornaram-se corpo docente da faculdade em questão, ministrando as disciplinas que eram pedagógicas.

Ao objetivar compreender o período anterior dessa transferência, Bontempi Júnior (2011) mencionou que os professores da Usp tinham desacordo com as transferências desses professores.

Constata-se que a característica principal do Instituto de Educação era a formação de professores que deveria estar relacionada com a prática e com a experimentação do próprio ato de professorar, todavia, os professores da Usp desconsideravam as disciplinas que estavam relacionadas com a formação pedagógica e consideravam que bastava uma formação mais relacionada com a teoria, ou seja, uma formação mais científica. Buscando que o futuro professor operasse na transformação do conteúdo aprendido em conteúdo para ser ensinado em escolas normais e secundárias. Na faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, havia o curso de pedagogia, que era organizado da mesma forma que os demais cursos dessa instituição. No curso de pedagogia, ocorria reflexão e conhecimento sobre o ensino (BONTEMPI JÚNIOR, 2011).

Ao objetivar a compreensão de aspectos que constituíram a Didática, Reis (2015) enfoca o Instituto de Educação "Leônidas do Amaral" que foi instalado em Santa Cruz do Rio Pardo/SP, cidade que pertence à administração de Marília/SP. A pesquisadora enfocou o ano de 1953 a 1975.

A pesquisa de Reis (2015), foi realizada com orientação do referencial da História Cultural e está vinculada ao campo das disciplinas escolares, verificando que a Didática estava relacionada com Cursos Normais e no Instituto de Educação "Leônidas do Amaral". Importante mencionar que esses cursos se centravam a atenção na formação de professores para o trabalho na escola primária.

A pesquisadora Serra (2004), realizou a investigação de elementos do modelo de formação de professores realizado no Instituto de Educação "Prof. Stélio Machado Loureiro" que funcionou em Birigui/SP, entre os anos de 1961 a 1976. Concluiu que no terceiro ano do Curso Normal, havia uma ênfase para que fosse formado o professor para alfabetizar. A pesquisa apresenta informações sobre uma organização do instituto em questão e sobre a biblioteca dessa instituição, afirmando que os institutos eram aspirações dos denominados reformadores que atuaram na década de 1920, que buscavam uma resposta para a questão de formar professores em uma época marcada pela expansão de matrículas, pela indústria e pela urbanização (SERRA, 2004).

Ao investigar a educação feminina no Colégio e depois, no Instituto de Educação "Madre Clélia", instalado na cidade de Adamantina/SP entre 1950 a 1978, Tofoli (2003) evidencia a internalidade do colégio, especificamente planejamento, organização, currículo, estrutura, regimentos, aulas, entre outros aspectos. Conclui-se que a educação realizada no Colégio e posteriormente, no Instituto de Educação "Madre Clélia", realizava a preparação para que a aluna fosse esposa, dona de casa e atuante no magistério.

Em outra pesquisa, Camargo (1997) objetiva registrar uma história de práticas realizadas na cidade de Rio Claro/SP, no Instituto de Educação

dessa cidade. São enfocados os anos de 1928 a 1958 e há uma busca de abordar a Cultura Escolar desse instituto.

Ao tratar da busca em registrar memórias de um Instituto de Educação, Pirolla (1988) enfoca o "Dr. Álvaro Guião" que funcionou em São Carlos/SP. Nessa pesquisa, são apresentados os aspectos realizados antes, durante e após o funcionamento da instituição em questão. Ressalta-se que Pirolla estudou nessa instituição, enquanto era Colégio Estadual e Escola Normal e por isso, diferentemente das outras pesquisas mencionadas, também apresenta relatos próprios sobre o período.

Há o destaque de que nessa instituição, havia vários laboratórios para o trabalho com história natural, química e física, havia também sala de desenho, sala trabalhos manuais, de educação física e um local para realizar psicologia experimental (PIROLLA, 1988).

A pesquisadora Labegalini (2005), apresenta uma pesquisa mais abrangente, selecionando como objeto de estudo os Institutos de Educação do estado de São Paulo, enfocando como se realizava a formação do professor para realizar a alfabetização nesses locais de 1933 a 1975. Com isso, dessa pesquisa, é realizado um mapeamento dos Institutos de Educação que funcionaram em todo o estado de São Paulo e em seguida, a autora seleciona 12 institutos para enfocar a pesquisa.

Na tese de Labegalini (2005), há apêndices que são caracterizados como instrumentos de pesquisa, abrangendo as fontes que ela localizou. Destaca-se que essa ação de registro facilita a vias de acesso do historiador para as fontes, possibilitando o auxílio em futuras pesquisas sobre o tema. O primeiro instrumento de pesquisa contém Leis sobre os Institutos de Educação do estado de São Paulo publicadas de 1933 a 1975, e o segundo instrumento, contém referências dos documentos que localizou nos arquivos permanentes das instituições que consultou. No terceiro apêndice

são apresentadas referências de livros que integravam bibliotecas de Institutos de Educação e no quarto apêndice há um quadro de informações (autores, títulos dos livros e cidades dos acervos) sobre livros das escolas estaduais que antes eram Institutos de Educação.

Os 12 Institutos de Educação, são apresentados por Labegalini (2005) de forma breve, o que indica a necessidade e possibilidade de realização de pesquisas sobre cada instituto que ela apresenta no texto. Entre essas 12 instituições, há o Instituto de Educação da cidade de Presidente Prudente/SP, ou seja, o "Fernando Costa". Naquele momento, a autora explicita que sobre essa instituição, somente localizou um artigo escrito por Barros e Rodrigues (1981) que era professora dessa instituição.

O Instituto de Educação "Fernando Costa", também foi mencionado por Ribeiro (1999), quando buscou a preservação da memória da cidade em que essa instituição foi instalada, buscando registrar elementos do Colégio denominado de Cristo Rei, do Colégio denominado São Paulo, do Grupo Escolar "Adolpho Arruda Mello" e do Ginásio do Estado/Instituto de Educação "Fernando Costa", que foram as primeiras instituições relacionadas com a educação na cidade.

Ribeiro (1999) apresenta que o Instituto de Educação "Fernando Costa", era um centro intelectual e de educação da cidade de Presidente Prudente/SP, nas décadas de 1940 a 1960 e formava professores. Com isso, apresenta elementos inicias da educação de Presidente Prudente/SP, destacando que essa educação era ansiada pelos prudentinos que tinham um Grupo Escolar que era modelo para os municípios da região.

Com a apresentação desses textos, é possível compreender que nas pesquisas que enfocam os Institutos de Educação de todo o estado de São Paulo, são apresentados diversos elementos e duas dessas pesquisas mencionam o Instituto de Educação "Fernando Costa", que até dezembro

de 1975 permaneceu como instituto e após isso, decorrente da Lei 5692 de 1972, passou a ser uma Escola Estadual que atendia ao 2º grau.

1.3 Encerramento

Apesar de ser extinto em 1976, em julho de 1975, o Instituto de Educação "Fernando Costa", teve esse processo de extinção iniciado, cujo objetivo era a implementação da reforma do ensino no estado de São Paulo, implantando escolas de 1º e 2º graus, organizadas de outra forma (ESTADO..., 1975).

Isso ocorreu, ao verificarem que apesar de existir a Lei 5692 de 1971, que determinava a implantação da Reforma do Ensino, essa Lei não estava sendo cumprida (SÃO PAULO..., 1975). Com essa Lei eram fixadas as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e caracterizou-se como o marco principal da Reforma da Educação brasileira para o ensino primário e médio que passou a ser denominado de 1º e 2º graus.

Com isso, houve a extensão do grau de escolaridade obrigatória que compreenderia o ensino de 1º grau com o Ginásio e o ensino primário, além da profissionalização que seria realizada em nível médio ou em nível de 2º grau (GERMANO, 2000).

Assim, o ensino de 1º grau passou a ter a duração obrigatória de oito anos, houve a extinção do exame de admissão que era realizado no Ginásio. Segundo Germano (2000), a Lei nº 5692/71 estava relacionada com a teoria do capital humano, em que o investimento na educação visava à mão-de-obra para o trabalho.

Para ocorrer essa Reforma Educacional a partir da Lei nº 5692 de 171, era necessário que tivesse a redistribuição da rede física escolar, separando o ensino de 1º grau do ensino de 2º grau. A imprensa

prudentina publicou que a justificativa para essa reforma era que o ensino de 1º grau se destinava à criança e ao pré-adolescente, enquanto que o de 2º grau destinava-se ao adolescente, pois visava a qualificação profissional (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975c).

A partir da reforma, a prefeitura de Presidente Prudente/SP, se responsabilizaria pela educação pré-escolar enquanto que o ensino de 2º grau seria responsabilidade do estado, pois um dos principais objetivos dessa reforma era o trabalho com a profissionalização do aluno, para isso, seriam elaborados currículos e o secretário da educação denominado de José Bonifácio tinha mencionado que para o aluno haveria muitos conhecimentos para que pudesse se adaptar a qualquer profissão (SÃO PAULO..., 1975).

No mês de setembro de 1975, Presidente Prudente/SP, recebeu a visita do Secretário da Educação juntamente com a responsável ao projeto que culminou na implantação da Reforma de Ensino de 1º grau (PRUDENTE..., 1975), para tratarem da Redistribuição da Rede Física (SECRETARIO..., 1975).

Na imprensa prudentina, é registrado que para que ocorresse a reforma do Ensino no Estado em questão, a Secretaria da Educação estava tornando a merenda diária, que antes ocorria três vezes na semana, além disso, estava selecionando professores com provas, fazendo a reformulação dos currículos e incentivando a educação pré-escolar (SÃO PAULO..., 1975).

Para que a Lei em questão fosse implementada, a Secretaria do Estado da Educação, fez a capacitação de mais de 150 mil professores, mais de 5.000 diretores, além de supervisores, delegados de ensino e técnicos da secretaria (SOUZA, 2008, p.277).

Em setembro de 1975, na cidade de Marília/SP, reuniram-se professores a fim de discutirem como o magistério atuaria e como ocorreria a implantação da reforma. Foi tratado também sobre o pagamento de salários que estavam atrasados, além da repetência (CONCENTRAÇÃO..., 1975, p. 7).

É importante considerar que historicamente o contexto da elaboração da Lei 5692/71 consistiu em um contexto ditatorial e ocorreu em um momento em que havia

> [...] uma combinação de medo e repressão do Estado e de euforia em decorrência do crescimento econômico. [...] boa parte das lideranças estudantes intelectuais de esquerda e, em escala bem menor das lideranças operárias e camponesas havia se engajado, notadamente no período 1969-1971, na luta armada contra a ditadura [...] (GERMANO, 2000, p. 160-161).

Assim, a elaboração da Lei em questão ocorreu em um período em que grande parte dos esforços estavam voltados contra a ditadura. Segundo a deputada Lygia Lessa Bastos, a posterior Reforma do Ensino, a partir dessa legislação, foi difícil devido à falta de recursos financeiros e a marginalização do professor (PROBLEMAS..., 1975).

Os familiares dos alunos matriculados na instituição pesquisada, em novembro de 1975, ao constatarem que teriam que realizar a matrícula dos seus filhos distantes das suas residências, foram contra a redistribuição. A partir disso, a Secretaria da Educação publicou na imprensa prudentina, esclarecimentos sobre a redistribuição que teria início em 1976 e em um desses esclarecimentos, havia que teria um ensino melhor e seria:

- Oferecida escolaridade de oito anos em uma mesma escola;

- Instituído um modelo pedagógico (35 alunos com quatro horas diárias); e
- Separado crianças e adolescentes, pois a junção dessas faixas etárias passou a ser considerada inconveniente (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975a).

José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Educação relatou que um dos requisitos para que houvesse a reforma implantada, era uma rede escolar que fosse ampla e estivesse conservada e com materiais necessários (SÃO PAULO..., 1975). Por isso, seria escolhido o Instituto de Educação "Fernando Costa".

Pais e professores de alunos dessa instituição foram contra a implantação dessa reforma que extinguiria o Instituto de Educação "Fernando Costa" e, em dezembro de 1975, teve início as manifestações contrárias, sendo que a primeira surgiu pela Associação de Pais e Mestres desse instituto (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975b).

A diretoria desse Instituto de Educação, também foi contra a implantação em questão e por isso encaminharam um ofício para o diretor da Divisão Regional, em que foi mencionado que a instituição em questão, naquele momento tinha cursos de 1º e 2º graus, além de ser a única instituição na cidade que tinha o Curso Normal de aplicação no 1º grau. Como argumento foi relatado também que os ex-alunos dos Institutos de Educação da cidade de Presidente Prudente/SP, na sociedade estava nos mais variados campos sociais, econômicos e políticos (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975b).

Além de pais, professores e a diretoria do Instituto de Educação "Fernando Costa" discordarem da reforma, um vereador da cidade, encaminhou para o Secretário da Educação e

Governador do Estado, uma solicitação para que o projeto da Redistribuição da Rede Física Escolar ocorresse apenas para a primeira série do Instituto de Educação. A fim de que os demais estudantes continuassem frequentando a instituição onde cursaram a série de educação anterior, pois a reorganização implicaria em remanejamento dos alunos (NOVOS..., 1975).

Apesar de serem contrários a extinção do Instituto de Educação "Fernando Costa", a preocupação principal dos pais dos alunos era a mudança de estabelecimento de estudo dos filhos, como é possível verificar em um texto publicado na imprensa prudentina em que um vereador menciona que era geral a insatisfação, principalmente entre os envolvidos diretamente, ou seja, diretores, professores, pais e alunos. Foi registrado que era injusto e desumano a obrigação de ter que mudar de estabelecimento para cursar o ano escolar, também foi destacado que o amor pela escola se firmava com tempo de convívio entre os envolvidos e com a mudança poderia ocorrer revolta entre os alunos (NOVOS..., 1975).

Mesmo com a demonstração de insatisfação, o diretor da Divisão Regional mencionou em 19 de dezembro de 1975, em Prudente/SP, que o atendimento aos alunos de 2º grau seria realizado no Instituto de Educação "Fernando Costa", que teria o funcionamento alterado para Escola Estadual de 2º grau (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975c).

Nesse número de jornal relatou-se que estava previsto para 1976 a alteração do Instituto de Educação para Escola Estadual de 2º grau e até aquele momento o local não considerava como possível essa alteração, apesar de ter sido considerado como um estabelecimento com ótima localização, tamanho favorável e adequado para a concentração de uma escola de 2º grau (A REDISTRIBUIÇÃO..., 1975c).

A localização e a dimensão do edifício da instituição em questão, foram tidas como favoráveis para a instalação de uma escola de 2º grau, todavia os envolvidos nas vivências internas da instituição, não viram possibilidades de transformação. Desse modo, a partir do ano de 1975, ou seja, a partir de dezembro, após o funcionamento por 22 anos, o Instituto de Educação "Fernando Costa" foi transformado em Escola Estadual de 2º grau.

Essa transformação ocorreu a partir da Lei 5692 de 1971 e segundo Pirolla (1988), foi negativa para o ensino, buscando que o colegial ocorresse com uma profissionalização, sem preparação para receberem pessoal, equipamento e as demais condições que eram necessárias para isso.

No dia 26 de janeiro de 1976, foi realizada reunião da Associação de Pais e Mestres do Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa", para tratar da extinção desse curso e da redistribuição de professores para outras instituições (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1971).

A diretora do Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa", Eluiza Rodrigues, na condição de presidente da Associação de Pais e Mestres da instituição em questão, fez uma escala dos 11 professores, para que ocorresse a redistribuição de acordo com os interesses deles, após isso, os professores foram sendo chamados para escolherem as escolas em ordem decrescente na escala (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1971).

Os professores e diretores escolheriam de acordo com o tempo de exercício, todavia caso houvesse inexistência de vagas, esses ficariam adidos à Delegacia de Ensino da cidade e realizariam serviços relacionados com a sua função até o surgimento de outra vaga (SÃO PAULO, 1975).

Desse modo, a partir da Lei 5692/71 houve a reformulação do ensino primário e o ensino médio, que passou a ser denominado de 1º e 2º graus, "[...] o 1º grau passou a ter duração de oito anos, reunindo os antigos ensinos primário e ginasial [...]" (LABEGALINI, 2005, p. 110).

Com essa Lei, ocorreu o fim dos Instituto de Educação, pois a formação para o exercício do magistério teria que acontecer como licenciatura plena em cursos superiores e como licenciatura curta em cursos de graduação e em habilitação do 2º grau, como é possível constatar a seguir:

> [...] Exigir-se-á como formação mínima para o exercício de magistério:
>
> a) No ensino de 1.º grau, de 1.ª a 4.ª séries, habilitação específica de 2.º grau;
>
> b) No ensino de 1.º grau, da 1.ª a 8.ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1.º grau, obtida em curso de curta duração;
>
> c) Em todo o ensino de 1.º e 2.º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena. (BRASIL, 1971, p. 134).

Com isso, em janeiro de 1976, a partir da Lei nº 5692/71 a denominação Instituto de Educação foi abolida[9] (LABEGALINI, 2005) e a "[...] formação de administradores, planejadores, orientadores, inspetores, supervisores e demais especialistas de educação [...] [deveria ser] feita em curso superior de graduação, com duração plena ou curta, ou de pós-graduação." (BRASIL, 1971, p. 134).

[9] Essa denominação somente foi abolida em 1976, pois a implantação da legislação de 1971, poderia ser realizada "[...] progressivamente, segundo as peculiaridades, possibilidades e legislação de cada sistema de ensino, com observância do Plano Estadual de Implantação, que [...] [deveria] seguir-se a um planejamento prévio elaborado para fixar as linhas gerais daquele e disciplinar o que deva ter a execução imediata" (BRASIL, 1971, p. 141).

No momento histórico de elaboração dessa Lei, a questão educacional passa a ser secundária, pois a Reforma da Educação realizada a partir dessa legislação foi elaborada "[...] em um ambiente em que o interesse é pelo fim da ditadura e não pela reforma." (GERMANO, 2000, p. 162).

Portanto, a elaboração da legislação em questão ocorreu em um momento em que não há mobilização em favor da educação e na reforma decorrente dessa Lei que culminou no encerramento do Instituto de Educação "Fernando Costa". A imprensa prudentina foi utilizada para informar aos pais, cuja preocupação principal estava relacionada com a mudança da escola que estudariam, pois poderiam ser instituições distantes de suas residências.

Esses pais se manifestaram contrários ao encerramento dessa instituição, juntamente com os professores e a diretoria, que discordaram da transformação de um Instituto de Educação, para uma Escola Estadual que teria a diminuição de cursos outrora oferecidos.

Dessa forma, é possível compreender que no Instituto de Educação "Fernando Costa" havia o ensino pré-primário, primário e o ensino médio e essa instituição foi instalada em um contexto que havia a necessidade para a alfabetização das crianças prudentinas, o que tornaria essencial uma instituição que formasse professores alfabetizadores e que alfabetizasse.

Assim, a instituição pesquisada foi recebida positivamente pela população prudentina em 1953, ao ser transformado em Instituto de Educação, após modificação do Colégio Estadual e Escola Normal da cidade, que ocorreu juntamente com reformas de ampliação dos espaços na instituição e em 1975 foi extinto e teve essa população reivindicando contrariamente.

2.

ELEMENTOS ARQUITETÔNICOS E ESPACIAIS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA"

O espaço de uma instituição escolar educa. Nessa perpectiva, neste Capítulo, realizam-se reflexões sobre os elementos espaciais e arquitetônicos do Instituto de Educação "Fernando Costa", focalizando o exterior do prédio e os espaços internos.

Arquitetura é definida no Dicionário de arquitetura (2015) como a arte de realizar a construção de edifícios que visam o conforto para a humanidade, considerando a realidade social e a época em que se vive, no sentido plástico.

Nas instituições, as atividades humanas são realizadas com espaços e tempos adequados. Nesse sentido, Frago (2001, p. 77) esclarece que a instituição escolar

> [...] é espaço e lugar. Algo físico, material, mas também uma construção cultural que gera 'fluxos' energéticos. A idéia da escola como construção cultural é também expressa por Agustín Escolano [...] a escola, enquanto lugar construído, é simultaneamente matéria organizada e energia que flui, que se decompõe e se recompõe [...].

Lugar é a construção em um espaço que é pensado, assim compreender um espaço está relacionado com a atividade humana. Com

essa compreensão, constata-se que como afirma Frago (2001), o espaço não é neutro, mas tem relação com simbolismos e indícios das condições sociais daqueles que frequetam ou frequetaram esses espaços. Assim, o espaço é um comunicador para quem consegue ler.

As instituições escolares, assim como os Institutos de Educação, tem um lugar histórico e um espaço planejado. O planejamento do local em que seriam instalados os edíficios escolares, era consequência do século XX e a escolha de um espaço e edíficio propriamente para uma escola é o resultado de tendências sociais, políticas e econômicas (FRAGO, 2001).

Historicamente, quando as habitantes compreendem a necessidade de que haja uma formação recebida para exercício do professorado, o espaço relacionado com o escolar também passa a ter particularidades. A partir disso, a escola deixa de ocupar qualquer lugar e passa a ocupar um lugar específico que seja adequado e que tenha arquitetura específica (FRAGO, 2001).

Com isso, a partir dessa compreensão, focalizou-se os elementos internos e externos do edíficio em que teve o funcionamento do Instituto de Educação "Fernando Costa".

2.1 Espaço exterior

Sobre as Instituições Educativas, o autor Magalhães (2004), menciona que a arquitetura e a ordem dos espaços, tem uma influência nas vivências educacionais, influenciando o funcionamento e as questões materiais, além disso, também influenciam as representações e as vivências. Há instituições que são instaladas em edifícios originais criados especificamente para a instituição e há outras que são instaladas em edifícios adaptados, como no caso relacionado ao Instituto de Educação

de Presidente Prudente/SP, que antes construído para atender adolescentes e adultos, passou a também receber crianças e uma quantidade maior de estudantes.

Desse modo, ao estudar essas instituições, é importante atentar-se para a projeção, a arquitetura, o local, a paisagem, a urbanização, a organização e a conservação, considerando que estimulam a comunidade. Pode-se também observar as questões relacionadas com ajustamento do prédio e também com as ampliações (MAGALHÃES, 2004).

O prédio do Instituto de Educação "Fernando Costa" teve sua construção iniciada no ano de 1940, para instalação de um Ginásio Estadual (LITHOLDO, 1984). Na criação do Ginásio do Estado de Presidente Prudente/SP, o interventor Adhemar de Barros propôs que a Prefeitura Municipal da cidade, "[...] construísse um prédio de acordo com planta oficial[10] e doasse ao Estado o material didático-pedagógico exigido pela divisão de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura e o seu custeio durante dois anos."[11] (ABREU, 1996, p. 95), o prefeito Cerávolo aceitou a proposta.

Segundo Diniz (2015, p. 5)

> Nesse cenário de disputas políticas e de intermitência dos interventores no poder, a criação de escolas secundárias se tornou mais um elemento no jogo político. A implantação de estabelecimento de ensino secundário, especialmente nos municípios do interior paulista, era vista como algo prodigioso, uma conquista para a cidade, se considerarmos

[10] De acordo com Litholdo (1984) essa planta era da secretaria da viação e obras públicas.

[11] "[...] no governo de Adhemar Pereira de Barros, houve uma mudança nas exigências feitas pelo Estado aos municípios no que se refere à sua contrapartida na criação de Ginásios: o governo estadual, logo no momento da criação da escola, assumiria os gastos com os vencimentos dos docentes e funcionários administrativos, ficando a cargo dos municípios a responsabilidade de prover o prédio, as instalações e o material didático, representando dessa forma, uma evolução da ação desse governo se comparado aos anos anteriores" (DINIZ, 2015, p. 6).

> o reduzido número de Ginásios e colégios públicos existentes, além de alguns outros estabelecimentos privados ou municipais subvencionados pelo Estado, reforçando assim o caráter de distinção social impregnado a esse nível de ensino à época em todo o território nacional.

Para tratar da criação do Ginásio público, ou seja, do Ginásio do Estado de Presidente Prudente/SP, o prefeito da cidade, convocou uma reunião no Paço Municipal da cidade, em 29 de outubro de 1939 com a Comissão Pró Ginásio do Estado. Nesse mesmo mês, houve outra reunião com essa comissão para tratar desse assunto, nela, o coronel Goulart, um dos fundadores de Prudente/SP, propôs a compra do terreno para ser construído o Ginásio.

A escolha estava na atual Avenida Washington Luíz que, naquele momento era denominada de Avenida Antônio Prado. O espaço era de 88 metros por 110 de fundo (LITHOLDO, 1984).

Assim, teve início na cidade uma campanha para solicitar auxílios a empresas comerciais de Presidente Prudente/SP e em Presidente Wenceslau/SP (LITHOLDO, 1984). Em 1940, a Comissão Pró Ginásio do Estado, especificamente os membros Joaquim Ferreira, Celso Assumpção e Abertino Sobrado adquiriram o terreno para construção do estabelecimento que passou a pertencer à prefeitura de Presidente de Prudente/SP (LITHOLDO, 1984).

Após o terreno ser adquirido, para arrecadar verba para a construção do Ginásio, foram realizadas atividades na cidade, dentre essas, um baile de carnaval em que foram arrecadados 70 contos de réis, com isso, "[...] no dia 15 de setembro de 1940, foi lançada a pedra fundamental em solenidade à qual compareceram o Dr. Ademar de Barros, Interventor Federal em São Paulo e o Romano Barreto, secretário da educação."

(LITHOLDO, 1984, p. 44), entretanto, o prédio construído nesse terreno, foi inaugurado em 1942 (ABREU, 1996).

A construção do Ginásio foi realizada pelo engenheiro da prefeitura da cidade Hélio Ayres (LITHOLDO, 1984). Resende (2012) afirma que mesmo sem ter sido finalizada a construção, foi instalado o Ginásio do Estado em Presidente Prudente/SP em 1941.

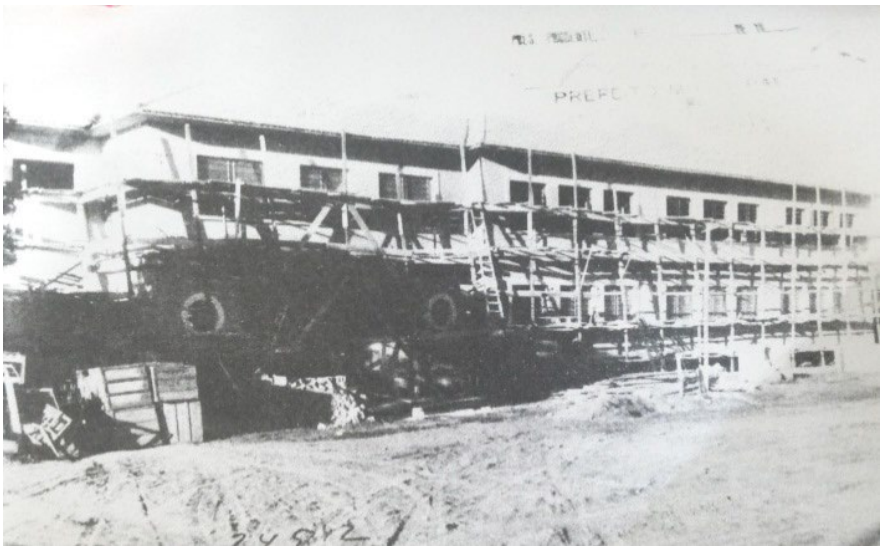
A instalação ocorreu pelo Decreto 11.864 de 23 de abril de 1941, Litholdo (1984) menciona que a instalação ocorreu com esforço e com iniciativa dos moradores de Presidente Prudente/SP. Nesse ano de 1941, o Ginásio Estadual funcionava em prédio que não era próprio, desse modo, inicialmente, o Ginásio Estadual funcionava no prédio do Grupo Escolar "Prof. Adolpho Arruda Mello" (LITHOLDO, 1984).

Em julho de 1941, com a mudança do interventor federal para Fernando de Souza Costa, o edifício que abrigava o Ginásio Estadual teve o encerramento de suas atividades cogitado, pelo fato das instalações estarem precárias. Todavia, o funcionamento continuou e em março de 1942, o Ginásio funcionou em prédio próprio (LITHOLDO, 1984).

É importante ressaltar que a instalação do Ginásio do Estado foi realizada antes da construção do prédio específico para esse edifício, pois somente em 1942, havia uma parte do Ginásio construída podendo realizar a inauguração (LITHOLDO, 1984).

Na Figura 2, é possível visualizar a construção desse Ginásio nesse ano de inauguração:

Figura 2 - Construção do Ginásio do Estado de Presidente Prudente/SP, em 1942



Fonte: Abreu (1996, p. 201).

Esse Ginásio, conforme mencionado, se tornou Colégio Estadual e Escola Normal e em outubro de 1953, tornou-se Instituto de Educação "Fernando Costa" e atualmente, está instalada uma Escola Estadual que atende do sexto ano do Ensino Fundamental II, ao último ano do Ensino Médio (terceiro ano).

O terreno em que foi instalado o Instituto de Educação "Fernando Costa", como afirma Litholdo (1984, p. 61) tinha a área física com aproximadamente 9.680 m², em que a prefeitura doou pela Lei 2.032 de 24 de dezembro de 1952. Nesse período, o terreno foi avaliado em 6 milhões e 500 mil cruzeiros.

Segundo a Lei 2.032 de 1952, é possível constatar que Lucas Garcez, que era governador do estado de São Paulo, publicou que a Prefeitura de Presidente Prudente/SP, tinha adquirido com doação o

edifício que funcionava o Colégio Estadual e Escola Normal "Dr. Fernando Costa" (SÃO PAULO, 1952).

De acordo com as medidas e ruas mencionadas, considerando que a Avenida Antônio Prado, consiste na atual Avenida Washington Luís, é possível constatar que esse terreno doado pela prefeitura é o mesmo que em 1939, Goulart propôs a compra, ou seja, era o terreno em que teve funcionamento o Ginásio Estadual de Presidente Prudente/SP.

No ano da instalação do Instituto de Educação "Fernando Costa", 1953, houve a solicitação de alterações nesse prédio, como é possível constatar em uma ata de reunião de professores com o diretor dessa instituição, em que é mencionado a necessidade de enviar um telegrama para o governados estadual, a fim de solicitar a construção de entrada e salão nobre no edifício (COLÉGIO E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1953-1955).

Assim, para ocorrer à instalação do Instituto de Educação, o edifício utilizado teve que ser ampliado, pois passaria a abranger mais cursos. Com isso, em 1953, no ano de transformação do edifício, o diretor que era Waldemir de Carvalho comunicou que somente faltava o governador fazer a promulgação da transformação do estabelecimento em Instituto de Educação e com o esforço do deputado Péricles Rolim, teria início em janeiro a ampliação do estabelecimento (COLÉGIO E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1953-1955).

A imprensa também noticiou o fato mencionando que essa instituição teria uma ampliação de mais de dois terços, com construção de salas de aulas, entrada principal e o salão nobre (O COLEGIO..., 1953, p. 2).

Para a instalação do Instituto de Educação "Fernando Costa", houve a ampliação da instituição e houve a preocupação com a entrada e com o salão nobre. Segundo Frago (2001) o espaço é um elemento significativo do currículo e a extensão da área educativa está relacionada com o tipo de ensino, sendo os de níveis universitários maiores que os de Educação Infantil.

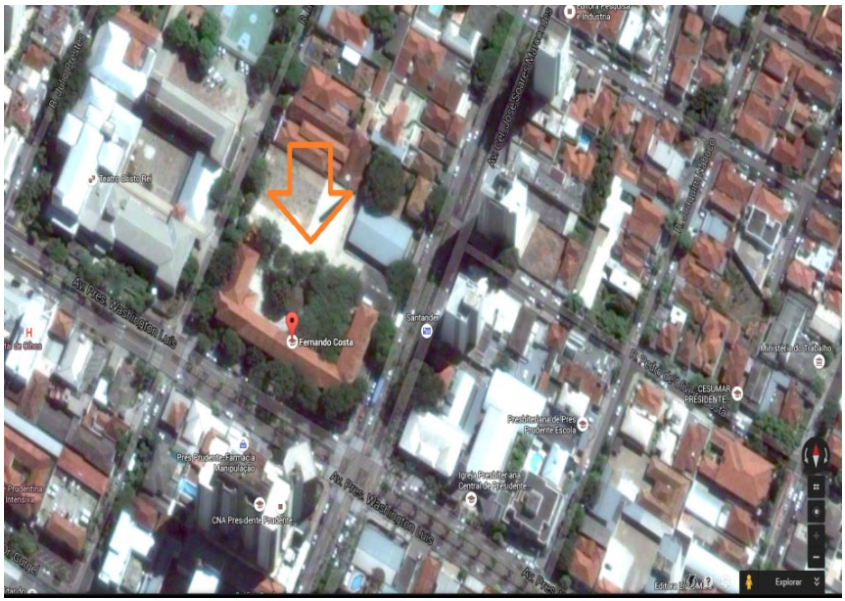
Em 1954, teve início a construção da segunda parte do prédio (LITHOLDO, 1984). A partir disso, o diretor do Instituto de Educação "Fernando Costa" enviou um ofício, assinado por alunos e professores da instituição, agradecendo ao Péricles Rolim, deputado da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, pelas providências da criação do Instituto de Educação e pelo término das obras da instituição (COLÉGIO E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1953-1955).

Em 1962, esse prédio estava em reforma e ampliação, todavia o inspetor de ensino afirmou que apesar da reforma, o estabelecimento estava funcionando com regularidade (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, têrmo de visita do inspetor estadual, 1960-1983). Contudo, em 1963, essa reforma ainda não havia sido finalizada e não havia sido construído o salão nobre (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1959-1966).

Ao visitar esse edíficio para consultar o arquivo permanente do local em que funcionou o Instituto de Educação "Fernando Costa", constatou-se que está localizado em área urbana central de Presidente Prudente/SP, ao lado da secretaria municipal da saúde, próximo a prefeitura municipal, ao teatro, às casas bancárias, a praça central, ao correio, a Igreja Matriz e ao centro da cidade que era comercial, demonstrando que o prédio foi construído em área de destaque, pois está localizado entre as principais ruas traçadas por um dos fundadores da cidade denominado de coronel Goulart.

Além de estar em local de destaque, o prédio em que foi instalado o Instituto de Educação "Fernando Costa" tem a ocupação de um quarteirão inteiro da avenida Washington Luís, conforme é possível visualizar com as Figuras 3a e 3b, a seguir:

Figura 3a - Instituto de Educação "Fernando Costa": imagem panorâmica



Fonte: Imagem do Instituto de Educação "Fernando Costa" de Presidente Prudente/SP (2015a). Google Maps.

Figura 3b - Imagem panorâmica do Instituto de Educação “Fernando Costa”

Fonte: Imagem do Instituto de Educação “Fernando Costa” de Presidente Prudente/SP (2015b). Google Maps.

A ocupação de um quarteirão em uma área central da cidade, demonstra que o edífício em que houve a instalação da instituição pesquisada, ocupa um grande espaço. Verifica-se que o edífício ocupa a frente e as lateriais do terreno, desse modo, são ocupadas apenas as partes que demonstram a visualização externa da instituição.

Como mencionado, esse prédio foi construído na década de 40 para ocupar o Ginásio Estadual de Prudente/SP, e a fachada dessa instituição é similar a fachada atual, como se pode visualizar com as Figuras 4, 5a e 5b:

Figura 4 - Edifício do Instituto de Educação
"Fernando Costa", na década de 1940

Fonte: Resende (2012, p.65).

Figura 5a – Edifício em que funcionou o Instituto de Educação"Fernando Costa"

Fonte: Imagem do Instituto de Educação "Fernando Costa" de Presidente Prudente/SP (2015c). Google Maps.

Figura 5b- Edifício em que funcionou o Instituto de Educação"Fernando Costa"

Fonte: acervo da autora (2015).

É importante considerar que "[...] por se tratar de um item pertencente ao espaço interno, não se pode confundir a fachada como inerente ao espaço exterior, pois este é referente à rua, à praça etc." (BENCOSTTA, 2001, p. 117).

Em relação as alterações da fachada da instituição em questão, houve alteração com a nomenclatura atual da instituição, a inserção na entrada de uma grade diferente da antiga e a inserção de árvores na frente da escola. No geral, o elemento decorativo da fachada do Instituto de Educação "Fernando Costa" consiste na porta e em duas janelas com

formatos circulares, sendo essa fachada composta de formas geométricas simples.

A estrutura inicial do Ginásio Estadual construída, foi mantida, ou seja, uma estrutura espaçosa, com a predominância de espaços retílineos.

Destaca-se que há diversos modelos arquitêtonicos das Instituições Escolares e o modelo que está mais relacionado ao Instituto de Educação "Fernando Costa", é o modelo em **U** em que predomina a fachada da instituição, ao contrário desse modelo, no em **U** invertido predomina o pátio ou o jardim da institituição e "[...] acolhe e protege o visitante, recebendo-o entre suas duas asas como se fossem braços." (FRAGO, 2001, p. 97).

É possível observar ao visualizar a fachada do prédio do Instituto de Educação "Fernando Costa", que aparentemente, é constituída de dois andares, entretanto, ao visualizar a escola em diagonal, como na Figura 4, visualiza-se três janelas que possibilitam considerar a existência de três andares nesse prédio.

Realmente, há três andares no prédio do Instituto de Educação "Fernando Costa", todavia, a porta que possibilita o acesso para que se entre no prédio, está no segundo andar do edíficio.

A partir da Figura 5b, é possível verificar que para o acesso a entrada do prédio, passa-se por uma escada, possibilitando a impressão de estar subindo ao entrar na escola. Em 1956, no Instituto de Educação "Fernando Costa" em relação aos espaços físicos, os sujeitos sentiam a necessidade de terem muros na frente do edifício, de construírem mais salas de aula no piso superior para centralizar todo o Curso Primário, de construírem um auditório que traria "[...] inúmeros benefícios ao Instituto

de Educação, pois [...] [se realizariam] conferências, audições e festividades da Escola." (ORGÃO..., 1956b, p. 3).

Para isso, havia a colaboração do Órgão de Cooperação Escolar do Instituto de Educação em questão, que em 1956, iniciou uma campanha para a construção dos muros da instituição, com isso, esse órgão comprou os materiais para a construção e a prefeitura forneceu mão de obra (PEIXOTO, 1956c)[12].

O Órgão de Cooperação Escolar iniciou-se em abril de 1954, com os professores e o diretor do Instituto de Educação "Fernando Costa" (COLÉGIO E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1953-1955). Esse órgão era composto do diretor presidente, vice-diretor, 1º e 2º tesoureiro, 1º e 2º secretário, procurador, conselho de mestres (formado por oito professores), conselho de pais (formado por quatro pais) e conselho de alunos (formado por dois alunos e um membro "Honoris Cause") (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1964).

Era mantido com contribuições dos pais dos alunos que pagavam mensalidade decidida pelo diretor do estabelecimento e com isso, ganhavam cadernetas escolares e os blocos de sabatinas para os alunos. Caso tivesse mais de um filho, o pai pagaria apenas uma mensalidade e esse dinheiro pago destinava-se "[...] aos melhoramentos a serem objetivados nas escolas secundarias." (PEIXOTO,1957a, p. 1).

Com isso, o Órgão de Cooperação Escolar realizava as seguintes compras: material de limpeza e escritório, máquina de escrever para cursos noturnos, armários, aparelhos para o laboratório de química, papel para o mimeógrafo a fim de fornecer apostilas gratuitas aos alunos, material para

[12] Todavia, somente no ano seguinte os muros foram construídos juntamente com as calçadas e mais duas classes (PEIXOTO, 1956c). Em relação aos muros, é possível constatar o defendido por Frago (2001) que a arquitetura escolar combina clausura com um muro que assinala e reserva limites.

a secretaria, reforma das carteiras, lâmpadas, máquinas de escrever, pagamento de funcionários, livros para a biblioteca. Além da aquisição de material para alunos como é possível constatar ao se mencionar sobre a aplicação dos fundos financeiros desse órgão que seria aplicado "[...] a assistência material dos alunos carentes, aquisição do material didático, de livros para a biblioteca, conservação do prédio e equipamentos." (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1959-1966, p. 47).

No ano de 1956, esse órgão entregou prêmios aos alunos que tiveram os primeiros lugares nas avaliações realizadas nas quartas séries. Além disso, entregaram cadernetas gratuitas para alunos de diversos cursos, compraram papéis para as provas, melhoraram a instalação de aparelhos escolares, aperfeiçoaram a biblioteca, instituíram café gratuito à professores e funcionários com verba da cantina escolar.

Apesar de no Instituto de Educação "Fernando Costa", esse órgão existir desde 1954, em 1957, o governo ordenou que para diminuir os gastos dos Ginásios estaduais era necessário que se "[...] fundassem nas escolas o Orgão de Cooperação Escolar do qual seriam sócios os pais dos alunos." (PEIXOTO, 1957a, p. 1) e o dinheiro obtido com esse órgão seria para melhorar a instituição.

Como planos do Órgão de Cooperação Escolar do Instituto de Educação em questão, para o ano de 1964, havia: ampliação da biblioteca (que foi ampliada em 1967), instalação de uma sala de leitura com jornais e revistas nacionais e estrangeiras, jardinagem do pátio (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1964).

Em outros Institutos de Educação também é possível verificar a participação desse órgão, como no Instituto de Educação "Prof. Stélio Machado Loureiro" em que havia uma festa junina anual que era conhecida como a tradicional festa caipira denominada "Brasil Caboclo",

organizada pelos docentes e discentes, com a colaboração do Órgão de Cooperação Escolar, que cuidava da parte financeira da escola (SERRA, 2004).

Dessa maneira, no Instituto de Educação "Fernando Costa" havia um órgão que se preocupava com os elementos físicos do edíficio construído, para ocupar um querteirão de um terreno que estava localizado na região central de Presidente Prudente/SP. O edíficio estava dividido em três andares, sendo a entrada pertenecente ao segundo andar.

2.2 Espaços internos

Os espaços interiores do Instituto de Educação"Fernando Costa", podem ser observados com uma planta dessa instituição. Segundo Bencostta (2001, p. 116) a planta é uma fonte para se examinar a arquitetura de uma obra.

Na planta localizada há o Pavimento Térreo, o Pavimento Superior e o Pavimento superior do laboratório de química como é possível visualizar com a Figura 6:

Figura 6 - Instituto de Educação “Fernando Costa”: planta

Fonte: arquivo permanente da Escola Estadual “Fernando Costa”.

A partir da fonte contida na Figura 6, a planta do Instituto de Educação “Fernando Costa”, constata-se que o edifício dessa instituição é constituído por dois braços assimétricos partindo do centro. Apesar de no prédio do Instituto de Educação em questão haver três andares, na planta, somente é indicado dois andares e com essa planta, verifica-se que se refere ao 3º e 2º andar do atual prédio que ocupa a Escola Estadual “Fernando Costa”.

Entretanto, visualiza-se que o atual 2º andar desse prédio, na planta do Instituto de Educação é o térreo, o que nos faz ter a inferência que no Instituto de Educação, somente eram utilizados dois andares do prédio e

de maneira eventual utilizavam o andar que ficava no subsolo e tinha a denominação de “porão”.

Do mesmo modo que, em 1962, a partir das fontes primárias relacionadas a essa instituição, é possível constatar que a professora “[...] solicitou ao Diretor para trocar a classe do primário que está funcionando no porão, dizendo que o ambiente dificulta o aprendizado e seria melhor que todo o primário ficasse junto, o senhor Diretor prometeu atender fazendo a mudança de classe.” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1959-1966, p. 31).

Na Figura 7, a seguir, é apresentada a planta (I.E. FERNANDO COSTA, planta, [19--]) do térreo do Instituto de Educação “Fernando Costa”

Figura 7 - Pavimento térreo do Instituto de Educação “Fernando Costa”: planta

Fonte: arquivo permanente da Escola Estadual “Fernando Costa”.

Magalhães (2004) afirma que nas Instituições Educativas há dois tipos de área organizacional: a área pedagógica e a didática (em que há a relação entre professor e aluno); e a área relacionada à direção e a gestão (em que os professores ocupam um lugar secundário).

A partir disso e da apresentação da Figura 7, verifica-se que o intitulado pavimento térreo do Instituto de Educação "Fernando Costa" é composto de uma forma retangular com braços fechados, tendo a "portaria" à esquerda do edifício.

O projeto arquitetônico apresentado, resguarda a parte interna da instituição, ou seja, resguarda a área destinada especificamente ao aspecto pedagógico.

Na entrada do edifício que abrigou das atividades do Instituto de Educação "Fernando Costa", há um corredor que perpassa duas salas e três banheiros, do lado esquerdo dessa entrada tem-se um *hall* e do lado direito tem-se a sala dos professores.

O corredor é, como se visualiza com a Figura 8:

Figura 8 - Corredor do 2º andar da atual Escola Estadual “Fernando Costa”

Fonte: acervo da autora (2015).

Esse corredor possibilita que as atividades sejam vigiadas, como afirma Frago (2001). Outro elemento que favorecia o vigiar é a porta que como na Figura 9 a seguir, era composta de um retângulo transparente que favorecia a visualização:

Figura 9 - Porta da sala do Instituto de Educação “Fernando Costa”

Fonte: acervo da autora (2015).

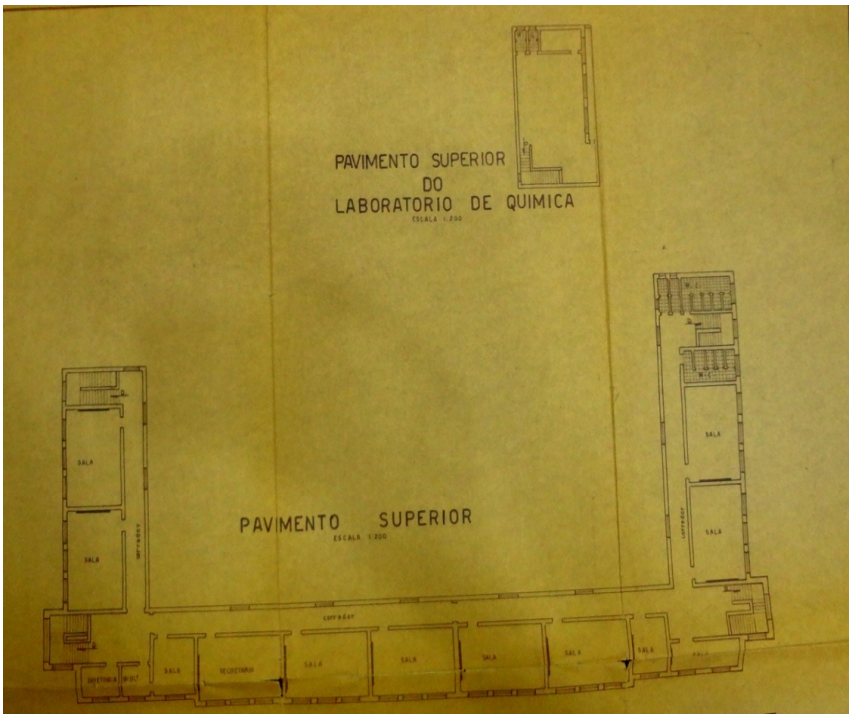
Ao lado da sala que era utilizada pelos professores do Instituto de Educação “Fernando Costa”, em momentos de intervalos entre as aulas, havia seis salas, sendo que uma, a sexta, era de tamanho menor que as demais.

O acesso para essas salas, ocorria com um corredor. Ao lado da sexta sala havia um outro *hall* direcionado por um corredor, com dois banheiros e duas salas. Desse modo, no Pavimento térreo do Instituto de Educação “Fernando Costa” havia 10 salas que possivelmente eram salas de aula.

Com o Instituto de Educação “Fernando Costa”, verifica-se o que foi defendido pelo pesquisador Frago (2001) ao tratar das instituições escolares, em que menciona que o retilíneo predominou sobre o curvilíneo e sobre as elipses, espirais e círculos.

A seguir, com a Figura 10, tem-se como fonte, a planta do pavimento denominado de superior da instituição:

Figura 10 - Planta do Pavimento superior do Instituto de Educação “Fernando Costa”



Fonte: arquivo permanente da Escola Estadual “Fernando Costa”.

O pavimento denominado de superior da instituição pesquisada, também era formado por um retângulo com braços fechados e do lado

esquerdo do edifício, havia salas, diretoria, biblioteca e ao lado da secretaria tinha seis salas, considerando que as duas últimas salas são constituídas de espaços menores que as demais. Seguindo do lado esquerdo há a presença de duas salas e de dois banheiros.

Assim, no Pavimento superior do Instituto de Educação "Fernando Costa" havia 11 salas que possivelmente eram salas de aula. Em 1963, a biblioteca estava sendo mudada para uma sala do primeiro andar e funcionava em três períodos (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1959-1966).

Na sala da diretoria do Instituto de Educação "Fernando Costa" em questão, havia um de cada objeto a seguir: ditafone, porta-chapéus, mesa com gavetas, cadeira giratória, terno pano, Coletor de papeis, aparelho texto (cinematógrafo), toca discos *philips* e gravador *gruding* (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, inventário, 1965).

Esses objetos não estavam presentes nos outros espaços da instituição, dentre os objetos mencionados, destaca-se o ditafone e o cinematógrafo, sendo que o primeiro mencionado consiste em um aparelho fonográfico que grava "[...] em tubos de cera o ditado de cartas, que devem ser reproduzidas por datilógrafas." (DITAFONE, 1998, [p. 1]). O cinematógrafo consiste em um aparelho "[...] que permite projetar em uma tela imagens ou cenas em movimento." (CINEMATÓGRAFO, 1998, [p. 1]).

Dessa forma, na sala da diretoria havia materiais modernos para o período, que possivelmente eram de alto valor financeiro e por esse motivo essa sala deveria ser a de maior confiança da instituição.

Tratando-se da planta da instituição, é possível visualizar que a diretoria se localizava no último andar do edifício, com proximidade ao

acesso para a biblioteca e para o andar inferior, o que se compreende que a sala relacionada com a direção estava distante das demais salas que eram de aulas.

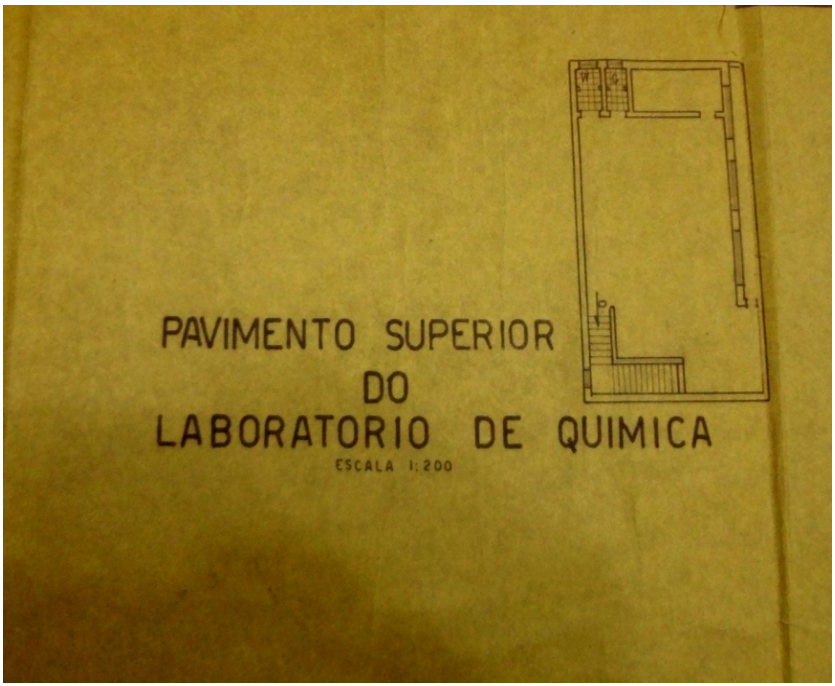
Frago (2001) menciona que a sala do diretor central, ou seja, entre as salas, possibilitava uma facilitação da inspeção do onipresente vigilante e o local em que há a sala da direção pode refletir a função dessa figura e a forma que se relaciona com a escola.

A sala da direção localizada no centro do edifício apresenta a função de vigiar os professores, ao contrário de quando o diretor representa a equipe e comunidade escolar, sendo responsável por serviços pedagógicos e administrativos, ficando a sala dele na entrada ou próximo a secretaria (FRAGO, 2001). No Instituto de Educação "Fernando Costa", o diretor tinha uma sala próxima à secretaria, o que pode ser indício do destaque do trabalho dessa função, com a parte administrativa.

Sobre as salas de aula da instituição pesquisada em Presidente Prudente/SP, comprova-se que é similar ao relatado por Frago (2001), uma sala retangular em que há o favorecimento do ensino frontal e isso também demonstra o método de ensino.

Assim, as salas do Instituto de Educação "Fernando Costa" favoreciam o ensino frontal. Para além das salas de aula, na planta do Instituto de Educação "Fernando Costa", no pavimento superior também havia o laboratório de química, como é possível visualizar com a Figura 11 a seguir:

Figura 11 - Planta do Laboratório de Química do Instituto de Educação "Fernando Costa"



Fonte: arquivo permanente da Escola Estadual "Fernando Costa".

No Curso Secundário havia uma valorização da prática de ensino que visava a observação, experimentação e a participação. O laboratório, favorecia isso. Nadai (1994) apresenta que desde o primeiro Instituto de Educação do estado de São Paulo havia a valorização da formação prática tida como investigação científica, visando o aperfeiçoamento profissional.

Assim, Fernando de Azevedo pensava nos Institutos de Educação como local de investigação e por isso nos Institutos de Educação havia laboratórios

> [...] das diversas cadeiras – Psicologia Aplicada, Biologia e de Pesquisas Sociais e Institucionais – deveriam funcionar como espaços interdisciplinares e de investigação de temas que interessassem à sociedade civil, visando fornecer, aos políticos, sugestões práticas de encaminhamentos de soluções aos problemas e aos estudantes, um arcabouço teórico e metodológico. Portanto, os Laboratórios deveriam ocupar um espaço de mediação no projeto de modernização da sociedade. Em última instância, eles deveriam garantir suprimento de soluções e encaminhamentos técnicos aos responsáveis pela tomada de decisões (NADAI, 1994, p. 163).

Segundo Evangelista (2002, p. 81) os laboratórios expressavam uma concepção de ensino e pesquisa. No Instituto de Educação "Fernando Costa" o laboratório de química era composto de formato retangular e dois banheiros.

Dentre os espaços do Instituto de Educação "Fernando Costa", o laboratório era o segundo espaço em que havia mais materiais, como é possível visualizar com o Quadro 2:

Quadro 2- Quantidade de materiais dos espaços do Instituto de Educação "Fernando Costa"

ESPAÇOS	MATERIAIS
Diretoria	9
Secretaria	58
Saguão superior	7
Saguão inferior	17
Biblioteca	41
Sala de Educação Física	70
Sala dos professores	21
Salas de aula	980
Salas de trabalhos manuais	7

Continua

Cantina	35
Laboratório	218
Jardim de infância	50
Fanfarra	64
Espaços diversos	32
Total	**1609**

Fonte: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, inventário (1965).

De acordo com o Quadro 2, as salas de aula do Instituto de Educação "Fernando Costa" eram os locais em que havia mais materiais (980), que se justifica pela necessidade de carteiras dessa sala, pois a maioria dos materiais desse espaço consistem em carteiras.

Seguido das salas de aula, há o laboratório (218), que era o espaço com mais diversidade de materiais o que demonstra o valor desse espaço e o valor da experiência com o ensino.

Segundo Evangelista (2002, p. 81-82), os laboratórios eram "[...] fundamentais na vida da instituição porque expressavam praticamente uma concepção pedagógica e científica de ensino e pesquisa [...] [para] Azevedo estava presente uma concepção de ciência diretamente articulada às práticas laboratoriais.". Portanto, no Instituto de Educação "Fernando Costa", era valorizado o laboratório e os materiais dessa instituição expressavam a modernidade.

Além desses elementos internos, na instituição, havia uma escada que possibilitava o acesso para os outros andares. Ao final do lado direito e esquerdo desse edifício, as escadas estavam restritas ao acesso para os terceiros e segundos andares, sendo que as acessíveis para o primeiro andar estavam em uma região central do edifício, de uma forma menos visível que as demais.

Com a Figura 12, pode-se visualizar a escada no final do corredor direito:

Figuras 12 - Escada do 3º andar com acesso ao segundo andar da atual Escola Estadual "Fernando Costa"

Fonte: acervo da autora (2015).

As escadas demonstram a falta de acessibilidade do prédio para pessoas com mobilidades físicas, acessibilidade que no período não era discutida e se torna uma discussão recente.

No *Inventário Geral dos bens móveis do Instituto de Educação Fernando Costa Presidente Prudente* (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, inventário, 1965) o *hall* é denominado de "saguão superior" e "saguão inferior", nesses espaços, tinham respectivamente: quatro Armários com portas de vidro e um sofá canela, enquanto que no saguão inferior havia um: relógio ponto, relógio de parede, porta-chapéus, sineta de metal, mesa,

armário para bandeiras, Cristo crucificado e seis quadros de avisos e três cadeiras. Esse Cristo crucificado é indício de que a instituição na sua entrada declarava que não era laica e professava uma fé com símbolos visíveis no acesso ao Instituto de Educação em questão.

Retomando os espaços do Instituto de Educação "Fernando Costa" que foram apresentados neste Capítulo, compreende-se que no pavimento superior dessa instituição era composto pela secretaria, biblioteca, diretoria e 11 salas que possivelmente eram de aulas. No piso inferior, ou seja, no pavimento térreo havia a portaria da instituição, a sala dos professores e 10 salas que também possivelmente eram de aulas.

A sala dos professores, no saguão inferior, justifica o relógio de ponto, o relógio de parede, o quadro de avisos e a sineta de metal nesse saguão, o que demonstra que possivelmente os professores eram controlados em relação ao tempo, preocupação que não se vê na diretoria e na secretaria da instituição em questão.

Comparando os dois saguões, é possível constatar que havia mais materiais no saguão em que reunia maior quantidade de professores, ou seja, no saguão ou *hall* inferior do Instituto de Educação "Fernando Costa" havia mais materiais do que no superior.

No ano de 1965, na instituição em questão, havia: o laboratório, a cantina, a sala para o jardim de infância"[13], a sala para trabalhos manuais, a sala dos professores, as salas de aula, a sala de educação física, a sala da biblioteca, o saguão inferior, o saguão superior, a secretaria e a diretoria.

Constata-se que nessa instituição, eram utilizados dois andares de maneira mais recorrente, ou seja, o saguão denominado de superior e o

[13] Optou-se por apresentar esses espaços na ordem em que foi localizado na fonte.

denominado de inferior (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, inventário, 1965).

Em suma, verifica-se que no edifício em que teve o funcionamento do Instituto de Educação "Fernando Costa", predominam escadas e uma arquitetura retílinea. Com salas de aula e com uma sala retangular para os professores, que ocupava o espaço próximo a entrada do edíficio, enquanto que a diretoria, a biblioteca e a secretaria estavam distantes da entrada.

Magalhães (2004) afirma sobre a análise do espaço da Instituição Educativa, que tem como realizá-la considerando, o desenho ou forma, acomodações, dimensões, valores, materiais, elementos simbólicos, referenciais incorporados ou percebidos nesse espaço.

A partir disso, constatou-se que o edíficio onde funcionou o extinto Instituto de Educação "Fernando Costa", teve a compra feita pela prefeitura de Presidente Prudente/SP, no ano de 1940, objetivando a construção do Ginásio do estado da cidade. Em 1953, ano em que foi instalado o Instituto de Educação"Fernando Costa", esse edíficio foi doado para o estado de São Paulo.

Apesar do edifício dessa instituição não ter sido construído para ocupar o Instituto de Educação "Fernando Costa", ele foi projetado para a ocupação de uma determinada Instituição Escolar. O edifício em que funcionou o instituto em questão é grande e proporciona a visibilidade, iniciando pelo elemanto da fachada escolar que ocupa um quarteirão inteiro de um terreno que se localiza no centro comercial da cidade de Presidente Prudente/SP e finaliza-se com andares, escadas e com o predomínio do retílineo.

É importante ressaltar que a instituição escolar é um espaço e um lugar, que é físico, material e permeado das questões culturais (FRAGO,

2001). No Instituto de Educação "Fernando Costa" essa "construção cultural" é possível de ser verificada com as diversas utilizações do mesmo espaço, pois enquanto no Instituto de Educação a secretaria e a diretoria estavam localizadas no último andar, atualmente, na Escola Estadual "Fernando Costa", a secretaria está localizada ao lado das salas dos coordenadores e diretores pedagógicos, na entrada do edíficio.

Dessa forma, apresentou-se que o Instituto de Educação "Fernando Costa", ocupava um quarteirão inteiro de um terreno localizado em uma região central da cidade e estava instalado em um prédio de três andares, prédio que não foi construído para ocupar esse Instituto de Educação, mas sim outra instituição escolar, com uma construção predominantemente retilínea.

2.3 Arquitetura

Após descrever o prédio do Instituto de Educação "Fernando Costa", buscou-se compreender a arquitetura relacionada a essa instituição, para isso, utilizou-se Buffa e Pinto (2002) que realizaram pesquisa sobre a arquitetura dos grupos escolares paulistas, entre 1893 e 1971.

Os autores organizam essa arquitetura em quatro momentos: o 1º momento consiste de 1890 a 1920 denominado de "um prestígio visível", o 2º momento consiste nos anos de 1930 denominado de "princípios de uma nova linguagem", o 3º momento consiste nos anos de 1950 denominado de "consolidação da linguagem moderna" e o 4º momento consiste nos anos de 1960 denominado de "diálogo interrompido".

Apesar de Buffa e Pinto (2002) tratarem dos grupos escolares e não buscarem diretamente uma pesquisa relacionada com a História Cultural,

é importante utilizar essa pesquisa, pois localizou-se características arquitetônicas similares a esses grupos no Instituto de Educação "Fernando Costa", especificamente, características do 1º e 2º momento.

No 1º momento, que abrange os anos de 1890 a 1920, as escolas deveriam ser monumentais e os edifícios dos grupos escolares comumente eram térreos e divididos por alas de meninos e de meninas, essa divisão era realizada por pavimentos em edificações simétricas. Segundo Buffa e Pinto (2002), nas Escolas Normais do período havia anfiteatro, laboratório e biblioteca.

Os prédios dos Grupos Escolares nas primeiras décadas do período Republicano eram edifícios imponentes e bem localizados

> [...] ao lado de importantes edifícios públicos, no centro da cidade, garantia sempre que os alunos percorressem e reconhecessem a cidade e suas instituições antes mesmo de chegarem à escola. [...] integrava o núcleo urbano composto pela Prefeitura, os correios casa bancária, praça central e Igreja Matriz. (BUFFA; PINTO, 2002, p. 43).

Para a construção do edifício escolar havia "[...] quadras inteiras ou grandes lotes de esquina que proporcionassem uma visualização completa dos edifícios [...]" (BUFFA; PINTO, 2002, p. 44).

No 2º momento que consiste nas décadas de 1930, o arquiteto José Maria da Silva Neves propôs edifício que utilizasse formas geométricas simples e várias aberturas com vidros. Havia também a construção de corredores longos com salas em ambos os lados, em que se buscava privilegiar a insolação e ventilação em um momento em que havia a preocupação higienistas devido epidemias que existia.

De 1936 a 1938, os projetos dos grupos escolares eram inovadores, aproximando do conceito de arquitetura moderna. Dessa forma, para o

Grupo Escolar Visconde de Cegonhas do Campo que foi concluído em 1937, foram elaborados dois projetos, no primeiro havia corredores longos em que ficavam as salas de aula e a área administrativa estava no centro desse corredor, havia uma entrada monumental, o pátio exterior com acesso à entrada da instituição, o *hall*[14] e a escadaria para o pavimento superior e o porão. O segundo projeto dessa instituição foi o definitivo e consistiu em um corredor com acesso para o pátio, para as salas da administração, além disso, havia um museu, uma biblioteca e um auditório que consistia no centro de vida cultural e artística da cidade.

Nesse momento, o arquiteto Silva Neves propôs que as salas de aulas fossem localizadas "[...] em apenas uma das faces dos corredores, aquela onde a incidência do sol é privilegiada, liberando as faces voltadas para um quadrante de insolação intensa apenas para circulação ou para aí localizar os blocos de sanitários." (BUFFA; PINTO, 2002, p. 82).

Destaca-se que essa solução "[...] se, por um lado, privilegiava as questões de insolação e salubridade, por outro, além de encarecer o custo do edifício, acabava por diminuir o número de salas de aula, problema grave face à demanda sempre crescente." (BUFFA; PINTO, 2002, p. 82).

Nos edifícios desse momento, o pavimento térreo abrigava espaços relacionados às atividades administrativas, assistenciais e educativas e nesse pavimento havia

> [...] um certo controle da presença de pessoas estranhas à escola e das atividades que aí são desenvolvidas, pois tais atividades implicam uma maior circulação de pessoas não necessariamente envolvidas com o ensino regular, como pais à procura de informações, possíveis usuários da biblioteca, visitantes. No pavimento superior, acontecem as

[14] No Grupo Escolar Godofredo Furtado o *hall* é deslocado para a lateral.

> atividades didáticas sujeitas a um maior controle, silêncio e disciplina necessários à aprendizagem. (BUFFA; PINTO, 2002, p. 84).

É importante destacar que nesse período, os prédios dos grupos escolares não tinham adornos ou outros elementos decorativos.

No 3º momento, em São Paulo, houve grande crescimento demográfico, essa cidade "[...] era o mais importante centro industrial, tornou-se, também, o mais importante centro financeiro do país. Em 1950, a cidade de São Paulo possuía mais de 2 milhões de habitantes."

(BUFFA; PINTO, 2002, p. 94). Dispositivos da constituição de 1946 obrigava a União, os Estados e os Municípios a investirem uma porcentagem mínima na educação primária.

As obras construídas entre 1949 e 1954 tinham princípios racionalistas e funcionalistas, Hélio Duarte arquiteto, refletia também sobre as questões pedagógicas, incorporando ideias do Anísio Teixeira.

Duarte defendia que a arquitetura deveria ter espaços flexíveis que atendessem "[...] a dinâmica do ensino sem a compartimentalização usual – salas de aula numeradas, laboratórios fechados, bibliotecas com acesso limitado." (BUFFA; PINTO, 2002, p. 113). Assim, foi proposto nesse período que o mobiliário da sala de aula fosse leve e de fácil mobilidade.

Havia a concepção de blocos distintos cada qual com uma função específica: ensino (salas de aula, museu e biblioteca), administração (secretaria, diretoria, arquivo, material escolar, sala e biblioteca para professores, gabinetes assistencialistas para o médico, dentistas, assistente social e zeladoria com apartamento) e recreação (galpão destinado ao recreio, ginástica, palco para dramatização). Havia o contraste entre linhas curvas e linhas retilíneas.

Nos anos de 1960, na construção dos prédios dos Grupos Escolares havia os blocos das salas de aula, o bloco administrativo e o galpão para atividades recreativas e socializantes. Havia uma ação moderna, com materiais contemporâneos "[...] que atendessem funcionalmente às atividades a serem desenvolvidas no edifício." (BUFFA; PINTO, 2002, p. 141). Exteriormente os edifícios eram imponentes e modernos, os prédios escolares eram confundidos com prédios de empresas.

Dessa forma, é possível constatar que no prédio do Instituto de Educação "Fernando Costa" construído em 1941, tinha a arquitetura relacionada com o 1º e 2º momento apresentados por Buffa e Pinto (2002) que ocorreu entre os anos de 1890 a 1939.

Especificamente no 1º momento, as semelhanças consistem nos espaços que havia no Instituto de Educação "Fernando Costa", ou seja, o laboratório, a biblioteca e o auditório, sendo que os dois primeiros espaços estavam no Instituto de Educação "Fernando Costa", enquanto que o terceiro foi requerido e era desejado pelos sujeitos da instituição.

Ainda nesse momento, em que a visibilidade era essencial, destaca-se a integração do Instituto de Educação "Fernando Costa" em questão como o núcleo urbano de Presidente Prudente/SP, localizado próximo a prefeitura, correios, casas bancárias, praça central e igreja matriz, ocupando uma quadra inteira que possibilitava visibilidade para essa instituição da cidade.

As semelhanças da instituição com o 2º momento estão relacionadas com as formas geométricas simples, ausências de adornos e elementos decorativos, porta da fachada com vidros, corredores longos, *hall* na lateral, escadaria para acesso ao pavimento superior, porão, salas de aula em apenas uma das faces dos corredores o que encarecia o custo dos edifícios.

Portanto, a arquitetura do Instituto de Educação "Fernando Costa" mistura características de dois momentos históricos da construção dos grupos escolares, tendo uma arquitetura que buscava a visibilidade, a grandiosidade física, a relação com o núcleo urbano de Presidente Prudente/SP, misturada com ornamentação simples, espaços retilíneos, assimetrias e escadarias.

Desse modo, a instituição pesquisada, apresenta caraterísticas semelhantes da arquitetura escolar recorrente até o ano de 1939, ano anterior ao início da construção do edifício do Instituto de Educação "Fernando Costa".

3.

VIVÊNCIAS DOS MEMBROS DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA"

O pesquisador Magalhães (2004) registra que as Instituições Educativas apresentam uma estrutura sociocultural, física e administrativa e o historiador precisa realizar a caracterização dos atores e dos sujeitos e inferir a sua forma de participação na instituição.

No Instituto de Educação "Fernando Costa", havia o convívio de diversos sujeitos, dentre esses, havia, serventes, inspetores de alunos, escriturários, bibliotecário, secretários, diretores, professores e alunos estudando em diversos níveis de ensino[15].

Na década de 1950, o corpo docente era composto então de professores efetivos, substitutos e contratados. Das primeiras categorias de professores mencionados, havia os seguintes professores[16] Benedicto Aparecido P. do Lago, David Fonseca Serra, Ede Di Tolla, Helena Faria, Homero Paes da Silva, Hugo Miele, João Ceribelli Pacca, Joaquim Antonio Pellegrini, Julieta Rufino, Krisan Martin, Leonor Adelaide C. Moutinho, Luiza Salvador Damato, Maria Apparecida Borelli, Lenita Crespo Ruis, Mirella Pesce, Neide Preste Cesar, Nelson Barros, Neusa Ribeiro L. Macuco, Rubens Correia Leite, Sinesia Martini, Sylvia Concato

[15] Neste Capítulo do texto, as informações apresentadas foram retiradas do jornal *O Imparcial* (DADOS..., 1957).
[16] Não foi possível identificar a disciplina lecionada.

e Thereza Penalva de Oliveira. Em relação aos professores substitutos havia Fioravante Colnago e Hellen de Oliveira Gonçalves e os professores contratados eram: Actos Tizziani, Aristeu Santos de Oliveira, Augusto Litholdo, Aurea Rodrigues do C. Camarini, Candida Alves Alvares, Carmen Altero Sampaio, Cleia de Araujo Jacomelli, Darwin Monteiro da Silva, João Ivair Disaró, José Carlos Camargo, Kyoko Setogutti, Luiz Gonzaga Camargo, Lidio Daleffi, Maria Theresa da M. Sampaio, Maria Therezinha P. M. Cogan, Luiz Gonzaga dos Santos, Norma Clarinda P. da Silva, Placidio Braga Nogueira, Rosário Ana Cerávolo A. Passos e Ulysses Demócrito H. Siqueira.

Em 1957, também havia Auxiliares de Ensino, a saber, o professor Inspetor Edyr Furtado de Resende que era preparador de "História Natural", Maria Aparecida Azaré do Passos, que era preparadora de Física e Química e Maria da Glória F. B. Alcântara que era preparadora de Ciências.

No Curso Primário, havia seis classes com a direção de Eloiza Rezende tendo como professoras: Adélia Martins da Rocha Neves, Eulália Gonçalves Gil de Oliveira, Victória Ventrella Duran, Geny Navarro, Nair Abbade Martins e Palmo Bortholo Costa.

A administração do Instituto de Educação "Fernando Costa" era composta do diretor Luiz Carvalho Gomes, do vice Lúcio Carvalho Gomes, da secretária Elisa Preste Cesar, da bibliotecária Maria Zélia Bertolucci, de duas escriturárias, a saber, Lucy Elias Kato e Ivone Aguiar, de oito inspetores de alunos, a saber, Ana Emilia Sandoval Tarabay, Antonio da Cruz Perina, Lydia Furtado Miranda, Delmina Cordeiro de Moura, João da Silva Espinhosa, Ludovico Balbo, Luiz Carlos Limede de Vivo e Maria de Lourdes Lopes Pinheiro. Por fim, havia sete serventes,

Aurora Lisboa, Elidia Urtado de Andrade Fouyer, Flávio Cacciatori, Joaquim Novo, Marta Aparecida Sales e Sebastião Miguel da Silva.

No ano de 1957, no Instituto de Educação "Fernando Costa" havia: 44 classes, sendo 15 no período da manhã, 13 no período da tarde e 16 no período da noite e em 1958, foram instalados o curso Pré-Primário com duas classes e o Curso de Especialização Pré-Primária com uma classe.

Neste Capítulo, serão apresentados determinados sujeitos do Instituto de Educação "Fernando Costa" e quais as vivências que tinham na instituição, mesmo que fragmentariamente. Apesar de haver diretores, professores, alunos, funcionários e familiares de alunos envolvidos no Instituto de Educação em questão, localizou-se maior quantidade de informações sobre os diretores, alunos, professores e pais de alunos.

3.1 Diretores

Localizou-se que no Instituto de Educação "Fernando Costa" entre 1953 e 1975 houve a presença de três diretores, que, permaneceram por no máximo, em torno de seis anos consecutivos. Nos demais anos houve troca entre eles mesmos. Localizou-se que, dentre os motivos dessa troca, estava a nomeação deles para serem inspetores regionais do Ensino Secundário Normal.

No Quadro 3 seguir, é possível verificar os nomes desses diretores e os anos que dirigiram a instituição pesquisada:

Quadro 3 - Diretores do Instituto de Educação "Fernando Costa"

DIRETOR	ANO	MOTIVOS PARA DEIXAREM O CARGO DE DIRETORES DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA"
Waldemir Bittencourt de Carvalho	1953-1954	Nomeado inspetor regional do Ensino Secundário Normal
Luiz de Carvalho Gomes	1954-1955	-
Waldemir Bittencourt de Carvalho	1955-1956	-
Luiz de Carvalho Gomes	1956-1962	Nomeado Inspetor de Ensino Secundário Normal
Krisan Martins	1963-1966	-
Luiz de Carvalho Gomes	1966	-
Não foi localizado	1967	-
	1968	-
Krisan Martins	1969-1975	-

Fonte: arquivo permanente da Escola Estadual "Fernando Costa" e jornal *O Imparcial*.

O Instituto de Educação "Fernando Costa" iniciou sendo dirigido pelo professor Waldemir e teve suas atividades encerradas em um momento em que o diretor era Krisan. O diretor Waldemir era admirado pelos alunos dessa instituição e pela imprensa prudentina que em abril de

1954, ao comemorar o aniversário da instituição o elogia mencionando, que dentre os dirigentes da instituição ele se destacava, por selecionar o corpo docente e imprimir diretrizes ao Instituto de Educação em questão (PEIXOTO, 1954c).

Waldemir também foi diretor do Colégio São Paulo e, em 1955, foi inaugurada a Galeria de ex-diretores desse Colégio na qual estava a foto dele (CONDIGNAMENTE...., 1955). Ainda sobre esse diretor, em 1955, uma aluna do Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação "Fernando Costa", oradora, na formatura mencionou que os alunos dedicavam gratidão e admiração ao diretor que "[...] tão bem é capaz de dirigir aquela casa de ensino [...]" (SOLENIDADE..., 1955, p. 1).

Waldemir se aposentou no ano de 1973, na ocasião recebeu uma homenagem com jantar para 200 pessoas na Associação prudentina de esportes atléticos, juntamente, com a também aposentada Martha Maria Sant'Anna Costa. Na homenagem, a professora Lyhia Pinheiro Arrais leu o *curriculum vitae* dos aposentados, depois eles fizeram o seu discurso agradecendo as homenagens.

Destaca-se o discurso de Waldemir:

> Sinto-me deveras penhorado, pela significativa expansão de vossa generosidade e nunca me encontrei numa situação de tão sincera e emocionante alegria, como a que domina o meu coração, no dia da nossa despedida. [....] Ao agradecer as homenagens desejosos de uma feliz e venturosa carreira, no magistério, pois, há entretanto, aqui na terra, uma felicidade relativa, ao alcance de todos nós; para conquistá-la porém, é indispensável não esquecer os vínculos indispensáveis do sangue, amar a Família, dedicar-se á Pátria e crer em Deus. (PROFESSORES...,1973, p. 6).

Para o diretor, a "feliz" carreira no magistério seria alcançada a partir do amor a família, a dedicação ao Brasil e a crença em Deus. Com a Figura 13, é possível visualizar esse dia do discurso:

Figura 13 - Diretor do Instituto de Educação "Fernando Costa", Waldemir Bittencourt de Carvalho, durante homenagem

Fonte: (PROFESSORES..., 1973, p. 6).

Constata-se que o primeiro diretor da instituição pesquisada, era visto pelos alunos, professores e pela imprensa prudentina como um bom administrador, sendo homenageado na sua saída da instituição.

O Instituto de Educação "Fernando Costa" recebia visitas de Inspetores Escolares Estaduais[17], localizou-se o registro dessas visitas a essa instituição a partir de 1960. É importante considerar que o cargo de Inspetor Escolar era ocupado por diretores dos Grupos Escolares com mais de seis anos de direção e segundo legislação de 1947, o inspetor deveria tornar efetiva a obrigatoriedade escolar (SÃO PAULO, 1947).

Todavia, em 1933, no *Código da Educação do Estado de São Paulo*, foi mencionada mais incumbências para essa função, como:

> 1- cumprir e fazer cumprir as leis e regulamentos, bem como as determinações de seus superiores hierarquicos;
>
> 2- visitar os estabelecimentos que lhe forem distribuídos, inspecionando-os no que concerne á técnica e á eficiência do ensino, á idoneidade e assiduidade dos docentes, e á disciplina e higiene dos alunos;
>
> 3- orientar os diretores e professores, no trabalho educativo, estimulando-os e assistindo-os na aplicação dos métodos e processos de ensino, bem como sugerindo ou efetuando demonstrações e experiências;
>
> 4- informar a respeito da dedicação e competência dos diretores e professores sob sua jurisdição;
>
> 5- presidir, ao menos duas vezes por ano, em cada município, a reunião mensal dos professores de escola isolada;
>
> 6- colaborar ativamente no desenvolvimento das instituições peri-escolares e post-escolares ou de extensão cultural;

[17]Além do Inspetor Escolar Estadual, havia também o regional a quem o Inspetor Escolar Estadual deveria se submeter (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, têrmo de visita do inspetor estadual, 1960-1983).

> 7- colaborar com as missões técnicas e culturais que vierem trabalhar em suas escolas, apoiando-as e auxiliando-as no desempenho de sua tarefa;
>
> 8- realizar os exames finais das escolas isoladas sob sua inspeção, convocando, para auxilio, os diretores de grupos escolares;
>
> 9- prestar contas ao delegado regional, cada semana, do trabalho realizado, com relatório minuciosos do roteiro seguido e dos gastos efetuados;
>
> 10- realizar sindicâncias, por determinação do delegado regional, ou, em casos excepcionais, por iniciativa própria;
>
> 11- aplicar ou propor a aplicação de penas;
>
> 12- substituir o delegado regional, quando para isso designado;
> 13- residir na sede da delegacia, podendo, porém, em caso de manifesta conveniência para o serviço, ser-lhe fixada para residência, outra cidade da região. (SÃO PAULO, 1933, [p. 62]).

É possível verificar que aos Inspetores Escolares incumbia primeiramente o "Fazer cumprir" as Leis e os regulamentos e o "inspecionar", ou seja, o inspetor realizava fiscalizações nas instituições.

Um Inspetor Escolar Estadual por vez realizava visitas ao Instituto de Educação "Fernando Costa" para verificar o trabalho realizado na instituição e realizar recomendações ao diretor, caso houvesse necessidades de modificações[18].

Destaca-se que entre 1960 e início do ano de 1976, ou seja, no período de 16 anos, os Inspetores Escolares Estaduais[19] realizaram 47

[18] Neste Capítulo do texto, as informações foram retiradas da fonte *Têrmo de visita do inspetor estadual* (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, têrmo de visita do inspetor estadual, 1960-1983).

[19] Ao final de cada registro do *Têrmo de visita do inspetor estadual* do Instituto de Educação "Fernando Costa", os inspetores assinaram, contudo nessas assinaturas não é possível reconhecer os nomes, mas é possível reconhecer que as visitas foram realizadas por diversos inspetores.

visitas no Instituto de Educação "Fernando Costa" e dentre essas visitas, em 11 ele elogiou e/ou relatou que o funcionamento desse Instituto de Educação estava regular, ou seja, em 23,40 % das visitas realizadas pelo Inspetor Escolar Estadual ao Instituto de Educação "Fernando Costa", ele não realizou apontamentos quanto à necessidade de alterar algum elemento dessa instituição.

Em relação aos elogios, dessas 11 visitas, em seis os inspetores mencionaram que o estabelecimento estava funcionando regularmente e/ou com organização e em uma completou:

> Esta inspetoria não pode deixar sem o seu pronunciamento em termos de elogio ao corpo Docente e discente da Escola no referente as campanhas filantrópicas em que a Escola se tem empenhado, sobressaindo-se a Tradicional arrecadação em prol do Asilo Vicentino e ainda a campanha do lar São Francisco da capital do Estado, incluindo logicamente neste termo todo o corpo administrativo da Escola. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, têrmo de visita do inspetor estadual, 1960-1983, p. 29).

Constata-se que dentre os elogios realizados pelo Inspetor Escolar Estadual ao Instituto de Educação "Fernando Costa", estava a valorização da filantropia realizada pela instituição, todavia fazer cumprir a filantropia não era função do inspetor.

Além desse elogio, em duas visitas realizadas na instituição pesquisada, o Inspetor Escolar Estadual relatou que o estabelecimento estava funcionando com regularidade e mencionou que a secretaria estava funcionando com ordem e também relatou sobre o trabalho de um diretor:

> [...] [o] trabalho eficiente da Direção [Krisan Martins] que tudo tem feito para a melhoria das condições de ensino em Presidente Prudente que tem encontrado nos professores e no pessoal administrativo toda a

> cooperação. [...] tem a Direção da Escola atendido todas as recomendações emanadas da d. Regional, estando seus trabalhos de secretaria em ordem. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, têrmo de visita do inspetor estadual, 1960-1983, p. 23).

Outro exemplo de elogio para esse diretor, foi quando o inspetor verificou as atividades promovidas por ele e disse que todas visavam "[...] o atendimento perfeito dos trabalhos escolares." (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, têrmo de visita do inspetor estadual, 1960-1983, p. 29) e em outra visita acrescentou "O planejamento foi bem feito. A tradicional linha de serviço dessa casa foi mantida pelo zelo do Sr. Diretor Prof. Krisan, pela fidelidade e capacidade de serviço de professores e funcionários." (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, têrmo de visita do inspetor estadual, 1960-1983, p. 41).

Como mencionado, em 23,40% das visitas realizadas pelo Inspetor Escolar Estadual ao Instituto de Educação "Fernando Costa" houve elogios relacionados a essa instituição, inclusive a direção.

Todavia e nas visitas em que não houveram elogios? Quais os aspectos tratados pelo inspetor? A partir desses questionamentos, é possível constatar que em uma das visitas que o Inspetor Escolar Estadual realizou ao Instituto de Educação pesquisado, ele mencionou que o diretor dessa instituição, Luiz de Carvalho Gomes, contratou seu filho para que ministrasse aulas de Matemática e o inspetor relatou que essa ação estava contrária ao estatuto dos servidores públicos. Todavia, o diretor argumentou que não, pois seu filho não era efetivo e, por isso, não haveria impedimento, com isso, esse caso foi encaminhando para que a consultoria jurídica pudesse resolver.

Ainda em 1960, o Inspetor Escolar Estadual visitou o Instituto de Educação "Fernando Costa" e a Escola Primária Anexa, verificando que as

serventes estavam organizando os serviços de limpeza e então, verificou irregularidades no serviço de secretaria que não se comunicava com os escriturários. A partir disso, o diretor passou a submeter os escriturários sob responsabilidade da secretária.

Após um ano, em 1961, em visita a instituição pesquisada, o inspetor localizou atas com rasuras e o diretor Luiz de Carvalho, solicitou a secretária tivesse mais zelo na confecção das atas. Em outra visita realizada nesse mesmo ano, o inspetor solicitou que o diretor organizasse melhor a distribuição do serviço da secretaria e alertou sobre as excursões que os alunos realizavam e que poderiam oferecer perigo. Ainda nesse ano, ele verificou trabalhos escolares e livros pontos, localizando rasuras nas assinaturas dos professores e, recomendou que o diretor não permitisse que isso ocorresse.

Em 1963, o inspetor em visita a instituição em questão, mencionou que houve destaque para a instituição na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Presidente Prudente/SP, especificamente na feira de ciências. Ainda em visita nesse ano, o diretor do Instituto de Educação "Fernando Costa", Krisan Martins, e o inspetor trataram dos detalhes da realização das provas parciais e da inscrição de alunos para o exame estadual que, segundo o inspetor, se desenvolvia "normalmente".

Em visita realizada em 1964, o Inspetor Escolar Estadual sugeriu modificações no Instituto de Educação "Fernando Costa" quanto aos assuntos administrativos.

Em 1965, o inspetor visitou o estabelecimento por determinação do Inspetor Regional e afirmou que os alunos não deveriam ser obrigados a pagarem a taxa de matrícula. Destaca-se que os alunos que pagavam essa matrícula recebiam uma carteira que possibilitava que tivessem 50% de descontos em estabelecimentos da cidade e região o que demonstra o

reconhecimento da cidade perante o Instituto de Educação "Fernando Costa".

Ainda nesse ano, o inspetor permitiu a matrícula de um aluno que havia sido reprovado e tinha sido impedido pela direção da instituição de realizar a matrícula. Nas férias do final do ano de 1965, o inspetor visitou a instituição em questão, especificamente, os trabalhos de secretaria, escrituração e as pautas escolares.

Em 1966, em visita ao inspetor em questão, foram sanadas dúvidas pelo diretor do Instituto de Educação "Fernando Costa" sobre o curso de aperfeiçoamento e foram entregues autorizações de funcionamento no período noturno desse curso. Ainda em 1966, os alunos do 3º ano do Curso Normal almejavam a realização de festas e por isso o inspetor orientou que solicitassem permissão à inspetoria regional.

Em 1975, o Inspetor Escolar Estadual orientou a maneira da realização do curso de datilógrafo que ocorreria em parceria com a instituição pesquisada, a Associação de Pais e Mestres do Instituto de Educação "Fernando Costa", a prefeitura municipal de Presidente Prudente/SP e o Senac. Sendo que no Instituto de Educação em questão, seria cedida uma sala com 20 máquinas de escrever para esse curso e a associação faria os cartazes de propaganda do curso[20].

Ainda nesse ano, o inspetor mencionou que faltavam funcionários e materiais, pois na secretaria estava faltando máquina de escrever e de calcular. Destaca-se que ainda em 1975, uma professora se caracterizou

[20] Em 1976, foi estabelecida a realização do curso de datilografia para 160 alunos que deveriam ter no mínimo 14 anos e deveriam ter terminado a 4ª série do 1º grau. Para a realização do curso os alunos deveriam pagar a taxa de 50 cruzeiros que seria recolhida pela Associação de Pais e Mestres e 50% dessa seria enviada ao Senac, o curso seria realizado em 1977 (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, têrmo de visita do inspetor estadual, 1960-1983).

como estudante do Curso Colegial para realizar os exames finais e o caso foi comunicado a polícia.

Dessa forma, entre 1960 a 1976, o Inspetor Escolar Estadual realizou 47 visitas ao Instituto de Educação "Fernando Costa" dessas, em 76,6 %, o inspetor, principalmente:

- Preocupou-se em fazer cumprir o estatuto dos funcionários públicos e a legislação vigente;
- Orientou a elaboração de documentos administrativos;
- Orientou a realização de trabalhos da secretaria buscando solucionar problemas desse setor; e
- Orientou os detalhes na realização das provas e dos exames de admissão.

Nas demais visitas, ou seja, em 23,40%, como mencionado, o inspetor elogiou a instituição, especificamente, a filantropia realizada, a ordem do Instituto de Educação, a ordem da secretaria e o diretor que cumpria as recomendações que recebia.

Assim, nas visitas do Inspetor Escolar Estadual realizadas na instituição pesquisada, ele fiscalizava os aspectos administrativos e pedagógicos dessa instituição, tendo contato direto com os diretores e elogiando o diretor Krisan Martins por cumprir as normas estabelecidas pela diretoria regional.

Portanto, constata-se que os diretores do Instituto de Educação "Fernando Costa", eram elogiados pelos alunos, professores e pelos Inspetores Escolares Estaduais, o que indicia que no Instituto de Educação

em questão, havia bons diretores, segundo avaliação dos envolvidos nessa instituição.

3.2 Professores

No Instituto de Educação "Fernando Costa", muitos foram os professores que influenciaram os alunos. Nessa instituição, havia um espaço reservado somente para os professores, uma sala que continha, mesa, cadeiras (12), armários (contendo 86 gavetas), estantes com duas portas de vidros (duas), porta-chapéus, globo, geladeira e relógio (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, inventário, 1965).

Dessa forma, há indícios de que a sala dos professores era o ambiente destinado, principalmente, para os períodos de intervalo das aulas, com apenas uma mesa e a geladeira, indicia que era um ambiente em que os professores também se alimentavam.

Dentre as professoras, havia Helena Lustri Peixoto que ministrava aulas no Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa" e passou a ser substituta dessa instituição em setembro de 1953 (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, livro de compromisso do Curso Primário, 1953). Helena escrevia na denominada "Coluna de Ensino" ou "Coluna do Ensino" do jornal *O Imparcial*, localizou-se textos dessa professora nessa coluna no período de 1953 a 1957, o que demonstra que era influente na sociedade.

Além disso, os professores do Instituto de Educação "Fernando Costa" tiveram seus nomes e acontecimentos publicados na imprensa prudentina o que demonstra que tinham respaldo social.

Para os alunos do Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação "Fernando Costa", os professores eram orientadores e amigos, como consta a seguir:

> [...] nos faz ver nos mestres amigos sinceros, autênticos orientadores, quando pacientemente guiaram nosso saber, a fim de possuirmos uma formação pedagógica e psicológica, bastante suficiente para quando nos dedicarmos capázes de não apenas conhecer as dificuldades, mas sabermos como afasta-las; dará à criança um ajustamento perfeito ao ambiente **em que vive capaz de torna-la feliz fazendo-a querer o que faz,** e não fazer o que quer, na expressão feliz do psicólogo DEWEY. (SOLENIDADE..., 1955, p. 1, grifo do autor).

Além das suas funções realizadas nas salas de aulas, os professores, realizavam exposições e concursos que eram publicados na imprensa prudentina. Dentre esses, destaca-se o professor catedrático de trabalhos manuais, Benedito A. Pereira do Lago que organizou uma exposição de aeromodelos elaborados por alunos do curso ginasial na biblioteca da instituição, como finalidade de comemorar o cinquentenário do primeiro voo e incentivar o desenvolvimento das vocações dos educandos da instituição em questão (EXPOSIÇÃO..., 1956).

Em relação a concursos, destaca-se a professora Luiza S. Damato que era professora de desenho do Instituto de Educação "Fernando Costa" e do Colégio São Paulo (instituição particular) e realizava concursos com os alunos dessas instituições. Assim, no instituto, em 1956, essa professora realizou um concurso para a escolha de uma bandeira para representar essa instituição, participaram 193 alunos e com 250 votos venceu a estudante Araripe Souza do 1º ano do Curso Colegial científico, em segundo lugar, recebeu 32 votos o aluno Celso Hiram, em terceiro lugar com 49 votos a aluna Ivete Pinheiro, em quarto lugar o aluno Antônio Donha Raine com

47 votos e em quinto lugar o aluno Eduardo Naufal com 38 votos (PEIXOTO, 1956e).

A bandeira vencedora era composta das cores preto, branco e vermelho, adaptando o brasão da cidade havia no centro uma pena sobre um livro aberto, uma floresta (simbolizando que a região estava próxima ao reflorestamento); uma cabeça de mercúrio (simbolizando o comércio) e um arado (simbolizando a agricultura) (PEIXOTO, 1956e).

A professora Luiza também elaborou a bandeira da cidade de Presidente Prudente/SP que foi oficializada em 1960, com inspiração na bandeira paulista e com as seguintes cores: vermelho, branco e preto (RESENDE, 2012)[21].

Em 1957, essa professora Luiza Damato, realizou um concurso para "embelezar a cidade" com cartazes, para isso, elegeu uma comissão para escolher entre os melhores trabalhos dos alunos, tendo ganhado em primeiro lugar o cartaz do estudante Nelson Ikoma da 2ª série do Instituto de Educação "Fernando Costa" que recebeu uma medalha de ouro (SELECIONADOS..., 1957).

Neste tópico, apresentou-se fragmentos das vivências dos professores no Instituto de Educação "Fernando Costa", que aponta que os professores, além de ensinar, preocupavam-se com atividades que pudessem oferecer visibilidade à instituição e ao seu trabalho e dentre o quadro de professores havia os influentes na sociedade, que escreviam na imprensa e decidiam aspectos importantes para a cidade. Portanto, professores influentes que realizavam além do trabalho de ensinar, deveria

[21] A elaboração da bandeira ocorreu após um dia de festejo no Colégio São Paulo, em que uma aluna dessa instituição solicitou ao professor Machado, a bandeira da cidade para decorar o salão em que haveria o festejo. Diante da falta de uma bandeira, o diretor, solicitou que a professora Luiza elaborasse uma bandeira que representasse a cidade (RESENDE, 2012).

ser característica do corpo constitutivo da comunidade escolar de um Instituto de Educação.

3.3 Alunos

No período de funcionamento do Instituto de Educação "Fernando Costa", o Ensino Secundário era praticamente terminal, ou seja, poucas pessoas conseguiam concluir os estudos e ingressar no Ensino Secundário, pois nos estabelecimentos públicos de Ensino Secundário havia mais alunos do que vagas disponíveis.

Assim, a fim de selecionar os alunos, havia exame de admissão, no Instituto de Educação "Fernando Costa" esse exame consistia em uma prova oral e escrita cujas inscrições e resultados eram publicados na imprensa prudentina.

Localizou-se que realizavam esse exame, o Curso Colegial, Ginasial, Normal e o Curso de Aperfeiçoamento da instituição pesquisada. Os exames de admissão eram tidos como desafiantes para os alunos o que exigia dedicação e preparação deles, como é possível constatar em um trecho da carta publicada na imprensa para a normalista Dirce Mascarenha ao formar-se na instituição:

> Sou testemunha do quanto de esforço e dedicação animou tua vontade para conseguires, naqueles poucos meses, menos de um ano o preparo suficiente para venceres os exames que te abrissem as portas do Instituto de Educação Dr. Fernando Costa. Sou testemunha de todos os teus esforços, de todas as tuas lutas, e agora de tua vitória que se concretiza entre as paredes deste Instituto com tua diplomação de professora. (SILVA, 1955b, p. 3).

Havia um grande esforço na realização dos exames e a entrada dos alunos na instituição, era motivo de parabenização e orgulho.

Para a inscrição na 1ª série ginasial no turno da noite o aluno deveria entregar os seguintes documentos:

> 1) Requerimento (modelo fornecido pelo estabelecimento);
>
> 2) Certidão de nascimento, em que se verifique ter o candidato 14 anos completos;
>
> 3) Atestado de sanidade física e mental e de imunização antivariólica, expedido pelo Serviço Médico Oficial;
>
> 4) Certificado de conclusão do Curso Primário oficial ou atestado idôneo de haver recebido satisfatória educação primária;
>
> 5) Duas fotografias 3x4;
> 6) Prova de estar em dia com as obrigações militares para os candidatos do sexo masculino maiores de 17 anos. (MARQUES, 1956, p. 3).

Os exames de admissão eram compostos de várias provas relacionadas com os conteúdos das seguintes disciplinas: Português, Matemática, História do Brasil e Geografia em que o aluno deveria atingir a nota cinco como média de todas as disciplinas, sendo que a prova de Português isoladamente era eliminatória e nessa prova o aluno deveria atingir a nota quatro (MARQUES, 1956).

No ano de 1954, no exame de admissão do Curso Ginasial diurno do Instituto de Educação "Fernando Costa", houve: 268 alunos inscritos, 71 aprovados, 194 reprovados e três ausentes e no curso noturno foram inscritos 33, aprovados oito e 25 reprovados (INSTITUTO..., 1954). Em 1955, para o período diurno foram inscritos 292 alunos, aprovados 104,

reprovados 188 e no período noturno foram inscritos 62, aprovados oito e reprovados 54 (SILVA, 1955a).

Para realizar a inscrição ao exame de admissão do Curso de Aperfeiçoamento, era necessário ter idade inferior a 45 anos. O exame consistia em uma prova de português e psicologia e para se inscrever o aluno deveria entregar certidão de nascimento ou casamento, atestado de sanidade física e mental e de imunização antivariólica, prova de estar em dia com as obrigações militares para os candidatos do sexo masculino, atestado de boas condutas passado por autoridade do Ensino Oficial e duas fotografias 3x4 (PEIXOTO, 1956b).

A partir de 1957, uma comissão de professores foi designada pelo diretor geral do Ensino Secundário e Normal para elaborar os exames aos candidatos ao ingresso nas escolas normais, com isso, os exames de admissão dos Institutos de Educação passaram a abranger os seguintes conteúdos:

> A- PORTUGUÊS
>
> I- Redação: 1) Narração de ocorrência da vida escolar e social; 2) cartas familiares; 3) Dissertação e dialogo; 4) Correspondência social; 5) Descrição de paisagens, cenas e tipos.
>
> I- Gramatica: 1) Ortografia; 2) Concordância verbal; 3) Sintaxe dos verbos haver, ser e estar; 4) Colocação dos pronomes átomos; 5) crase.
>
> B- MATEMÁTICA
>
> Aritmética: Razões e proporções-Regras de três-Porcentagem-Juros simples-Algebra: equações do 17º grau a uma incógnita. -Equações fracionárias redutíveis a 1º grau-Sistema de duas incógnitas.
>
> Problemas do 1º grau. Equações do 2º grau a uma incógnita. Equações fracionarias redutíveis a 2º grau-Problemas do 2º grau-Geometria:

> linhas proporcionais no triangulo. Semelhança de triângulos. Semelhanças de polígonos. Relações métricas no triangulo retângulo e num triangulo qualquer.- Relações métricas no circulo. Calculo do lado e do apótema do quadrado do hexágono regular e do triangulo equilatero em função do raio do circulo circunscrito. Comprimento da circunferência. Áreas das principais figuras plana (retângulo, quadrado, paralelogramo, triangulo, trapézio, losango, polígono regular, circulo).
>
> C-HISTORIA DO BRASIL
>
> 1-O descobrimento: Antecedentes históricos; 2) A formação étnica: o branco, o negro e o índio; 3) A obra da catequese; 4) Expedições exploradoras; 5) A colonização regime das capitanias:- 6 A centralização administrativa; o Governo Geral; 7) A expansão geográfica; 8 a defesa do território; 9) O despertar do sentimento nacional. A independência; 10) o primeiro reinado e o período regencial; 11) O segundo reinado; lutas internas; 12) o segundo reinado: lutas externas; 13) A evolução nacional no império. 14) A queda da Monarquia; a questão religiosa, a questão militar e a abolição da escravatura; 15) A Implantação e consolidação da República: 16) Governos republicanos até a Revolução de 1930; 17) Da Revolução de 1930 às condições atuais do Brasil; 18) As Constituições Politicas do Brasil. (PEIXOTO, 1957b, p. 3).

Após ser aprovado no exame de admissão do Instituto de Educação "Fernando Costa", o aluno deveria efetuar a matrícula, portando, o requerimento da escola, a quitação com o serviço militar para o sexo masculino acima de 17 anos, a prova de que era eleitor (para os acima dos 18 anos), além documentos gerais a todos dos cursos do Instituto de Educação, para cada curso havia especificidades (INSTITUTO..., 1956).

Assim, para matrícula no Curso Ginasial e Colegial diurno, era necessário entregar a ficha médico biométrica e o certificado de Educação Física e no noturno era necessário apresentar uma declaração do diretor do Curso Ginasial, tanto no diurno quanto no noturno os alunos deveriam

entregar o certificado de conclusão do Curso Ginasial e para os alunos de outros estabelecimentos também era necessário entregar a certidão de nascimento e o atestado de sanidade física e mental. Enquanto que para matrícula no Curso Normal o aluno deveria entregar a ficha da vida escolar (INSTITUTO..., 1956).

Além dos resultados serem publicados na imprensa prudentina, em outubro 1957, o jornal *O Imparcial* buscou compreender o motivo de não ter ocorrido o exame de admissão para o Curso Ginasial no período diurno e foi constatado que houve exames no início do ano em que foram aprovados 82 alunos preenchendo todas as vagas para esse período e por esse motivo não foi aberto mais exames. Todavia, posteriormente, o Instituto de Educação aceitou alunos dos Colégios particulares para o exame diurno. Ao averiguar as causas dessa aceitação, foi constatado que os alunos tinham pedido vagas ao prefeito para estudarem no Ginásio do Instituto de Educação "Fernando Costa", pois não podiam pagar os estudos, por isso, o prefeito autorizou a criação de duas classes nessa instituição. Como não havia salas físicas, a prefeitura construiu e inseriu carteiras escolares. Entretanto, como havia passado o período do exame de admissão, os alunos foram recebidos pela instituição, a partir de apresentação de "provas de pobreza" (SOBRE..., 1957).

Constata-se que a seleção dos alunos do Curso Ginasial, Colegial, Normal e de Aperfeiçoamento da instituição pesquisada, era realizada com exames de admissão em que eram aprovados os alunos com as melhores classificações, tendo tido uma exceção no ano de 1957, que ocorreu após intervenção do prefeito. Ser selecionado para estudar no Instituto de Educação "Fernando Costa" significava esforço e *status* e durante todo esse processo a imprensa prudentina era utilizada, para divulgação da abertura de vagas e do resultado final.

A instituição em questão, era uma instituição com grande número de alunos matriculados e em 1958, estava com 30 classes, havia os cursos Pré-primário, Primário, Ginasial, Colegial e Normal.

Como aumentava o número de alunos do Curso Ginasial nesse Instituto de Educação, em 1964, surgiu a primeira extensão no prédio do Grupo Escolar Marietta Ferraz de Assumpção". Houve também nesse ano, duas extensões no edifício da Academia "Joaquim Murtinho" e outra extensão no edifício do quarto grupo escolar coronel "José Soares Marcondes". Em 1965, foi instalada a extensão que teve funcionamento no prédio "João Francisco Godoy" (LITHOLDO, 1984).

Em 1966, havia mais de sete mil alunos no Instituto de Educação "Fernando Costa". Com isso, o diretor, professor Luiz Carvalho Gomes, implantou na instituição "Arruda Mello" as extensões do Instituto de Educação no período noturno, porém as atividades administrativas eram centralizadas no Instituto de Educação "Fernando Costa" (RIBEIRO, 1999).

Em 1962, o Ginásio Estadual "Comendador Tannel Abbud" em que havia uma seção do Instituto de Educação "Fernando Costa" foi transformado em Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Prudente/SP (SÃO PAULO, 1962a). Ao ser transformado, o Ginásio deixou a seção do Instituto de Educação "Fernando Costa" e deixou "[...] de integrar a rede de estabelecimentos oficiais de ensino secundário subordinados à Secretaria da Educação [...]" (SÃO PAULO, 1962b, [p. 1]).

Em 1968, as extensões da instituição pesquisada, instaladas no prédio do Grupo Escolar: "Franco Godoy", no "Marietta Ferraz de Assumpção", no "Cel. José Soares Marcondes", no "Antonio Fioravante de Menezes" e no Colégio "Joaquim Murtinho" foram extintas e com isso,

foram criados Ginásios que correspondiam às denominadas extensões (LITHOLDO, 1984).

Ainda em 1968, no estabelecimento em questão, houve a implantação do "[...] Ginásio Pluricurricular[22], que funcionou paralelamente ao curso ginasial tradicional. O Ginásio Pluricurricular apoiava-se em nível estadual, na resolução n. 763 do CEE, de 15 de fevereiro de 1968." (RIBEIRO, 1999, p. 121). Esse Ginásio teve as suas atividades encerradas em 1975.

Buscando reconstituir elementos sobre os alunos do Instituto de Educação "Fernando Costa", foram selecionados os livros de matrícula, para isso, utilizou-se o instrumento de pesquisa elaborado (CONCEIÇÃO, 2014). Na impossibilidade de selecionar todos os livros de matrícula, diante da enorme quantidade de fontes, selecionou os que começavam entre o ano de 1953 a 1957 (cinco primeiros anos de funcionamento) e entre os anos de 1971 a 1974 (cinco últimos anos de funcionamento).

Assim, foram selecionados 27 livros de matrículas[23] que abrangiam matrículas no Pré-primário, no Primário, no Ginasial, no Colegial, no Profissional, no Normal, no Curso de Aperfeiçoamento e no Curso de Administradores Escolares.

[22]Nesse ano de 1968, a partir da legislação é possível constatar que os "[...] Ginásios secundários, industriais, agrícolas e comerciais [...] [passaram] a denominar-se apenas Ginásios, e a Secretaria da Educação [...] [tomaria] as medidas necessárias a sua transformação no tipo único pluricurricular. " (SÃO PAULO, 1968c, [p. 1]). Esse Ginásio pluricurricular "[...] além do objetivo geral da educação em nível médio, visa [va] à exploração das tendências vocacionais do adolescente, mediante opções [...] oferecidas sob a assistência do serviço de orientação e em cooperação com a família.". (SÃO PAULO, 1968b, [p. 5]).

[23] Na primeira consulta realizada em que foi fotografada apenas a capa dos documentos localizou-se três livros de matrícula do ano de 1971, todavia, na visita realizada para fotografar os conteúdos dos livros de matrícula, localizou-se apenas um livro de matrícula do ano de 1971.

Destaca-se que tinham livros de matrícula que apesar de iniciarem na data selecionada, abrangiam anos seguintes e por esse motivo no Quadro 4 a seguir, há matrículas de 1958, 1959 e 1975:

Quadro 4 - Matrículas dos alunos do Instituto de Educação "Fernando Costa"[24]

ANO / ENSINO	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1971	1972	1973	1974	1975
Pré-primário	-	-	-	-	-	-	10	-	-	-	-	-
Primário	275	279	288	178	285	291	140	72	57	90	90	90
Ginasial	517	527	382	445	702	-	-	-	249	231	851	-
Colegial	465	551	741	409	470	28	-	-	787	717	1893	-
Profissional	-	45	-	-	-	-	-	-	135	-	-	-
Normal	262	159	67	82	94	123	114	-	-	-	46	-
Aperfeiçoamento	-	24	22	31	29	12	87	-	-	-	-	-
Administradores Escolares	-	-	-	-	8	-	71	-	-	-	-	-
Matrícula suplementar	-	-	-	3	-	-	2	-	-	-	-	-
Total	**1519**	**1585**	**1500**	**1148**	**1588**	**454**	**424**	**72**	**1228**	**1038**	**2880**	**90**

Fonte: "Livros de matrículas" contido em *Instituto de Educação "Fernando Costa" (1953-1975):* um instrumento de pesquisa (CONCEIÇÃO, 2014).

[24] Esse quadro apresenta dados brutos do período, por ser uma documentação fragmentada, não revela as reais matrículas nos períodos mencionados, mas fragmentos dessas matrículas.

De acordo com o Quadro 4, o número de matrículas no Curso Primário, diminuiu nos últimos anos de funcionamento do Instituto de Educação "Fernando Costa". Enquanto que o Curso Ginasial teve o maior número de matrículas em 1974, ano que também teve o maior número de matrículas o Curso Colegial.

Nos primeiros anos de funcionamento da instituição pesquisada, localizou-se 6.896 alunos que estavam matriculados e nos cinco anos finais houve o total de 5.308 alunos matriculados. Sendo que o ano em que teve mais matrículas foi 1974.

A partir dos números do jornal *O Imparcial* verifica-se que as formaturas dos alunos do Instituto de Educação "Fernando Costa" eram realizadas no final de dezembro ou no início de janeiro, nesse momento o paraninfo escolhido pela turma, discursava e entregava prêmios aos alunos que tivessem tido as notas mais altas.

Os espaços utilizados para a realização da cerimônia costumavam ser no Tênis Clube, no Cine Teatro Felix, no salão nobre da Câmara Municipal e no Instituto Toledo de Ensino, espaços localizados na cidade de Presidente Prudente/SP.

Em 1954, a formatura das normalistas do Instituto de Educação "Fernando Costa", ocorreu entre os dias 21 a 22 de dezembro, sendo no primeiro dia um "Culto de ação de graça" na Igreja Presbiteriana Independente, e no segundo dia de manhã uma missa na Matriz de São Sebastião e, à noite, entrega de diplomas seguido de um "baile de gala".

Nesse ano, formaram-se os seguintes professorandos: Alberto Barreira, Apudi de Barros, Elsio Vinicius M. de Assumpção, Izuma Nonaka, Jairo Roberto Tomaz, João Molina, Luicyl Santos Fernandes,

Marco Aurélio de Q. Cattony, Nathalino Honório Marques, Pedro Moraes Barboza, Ana Delmira Gomes da Silva, Cleusa da Silveira Lisbôa, Cresusa Maria G. de Oliveira, Darcy Barili, Diva Garib, Divanir Jianete Marinelli, Diza Inague, Dolores Malury Dora Lúcia Franco de Godoy, Elza Becker, Elza de Oliveira, Eunice Gomes Patto, Evelyn Wilma Bandle, Genny da Costa Ferreira, Gláucia de Lourdes Gomes, Hilda Affonso, Hisako Nozaki, Irene Caseiro Fattoni, Ivonette A. de Almeida, Janette Mendonça, Júlia MInstituto de Educaçãoli Camargo, Katuko Ono, Kiyoko Setogutti, Laura Inague, Léa Menegasso, Lúcia Fumiko Takata, Mafalda Ramalho, Maria Aparecida Ferreira, Maria A. Dias, Maria Girotto, Maria Jose, Maria L., Maria Ferreira, Maria José Rodrigues, Mercedes Meyre de Camargo, Nilza Chrisóstomo Galvão, Norma Audi, Odette Pereira Telles, Olga Miglioli Novaes, Olivia Pardo Stábile, Orminda Elide Alessí, Sada Umeizawa, Sízuco Shimoe, Shideo Akaki, Sizui Arakaki, Sônia Sanches Machado, Tamico Ioa, Tereza Rosa de Campos, Teruco Fujihara, Wanda Alves Coelho, Wanda Calabretta, Wilma Shizuka Ban e como oradora teve Maria José Rodrigues (PEIXOTO, 1954d).

Ainda nesse ano de 1954, se formaram 100 alunos do curso ginasial, o paraninfo foi o professor Luiz Gonzaga Boldrini, lente da cadeira de latim do estabelecimento. Nessa cerimônia também houve a participação do prefeito e vereadores da cidade (ENTREGA..., 1954). Nesse ano de 1954, alunos do Curso de Aperfeiçoamento escolheram como paraninfa a professora Lina Cesar Doll Morais, pois ela iria se mudar para São Paulo (OS PROFESSORANDOS..., 1954).

Em 1955, na formatura dos alunos do Curso de Aperfeiçoamento, o paraninfo foi o professor Mário Junqueira da Silva que entregou os prêmios instituídos pelo Clube de Estudos Pedagógicos e denominados de

"professor Wladimir Bitencourt de Carvalho" e "professor Ulysses Lombardi", para as alunas classificadas em 1º e 2º lugar, a saber, Marílis dos Santos e Reika Watanabe (SOLENIDADE..., 1955).

Nessa ocasião, houve duas oradoras alunas do curso, dentre essas, Cândia Alves Alvares, que elogiou o diretor, o estabelecimento, os professores e lamentou por ter que deixar o estabelecimento, como se pode verificar com a citação a seguir:

> TANTO **estimamos nossos mestres** e tanto é a vacuidade que sentimos em nosso coração por termos que nos distanciar deste convívio escolar onde anos demorados vivemos envolvidos em momentos aléres, nervosos e mesmo até tristes, que **se assemelham às historias de fadas que eram concluidas** com um retoque dourado onde o contentamento, o nervoso, e a tristeza, confundem-se para dar lugar a uma alegria fraternal [...] (SOLENIDADE..., 1955, p.1, grifo do autor).

A aluna enfatizou a distância com a instituição que ocorreria a partir da formatura enquanto que o paraninfo professor Mário Junqueira da Silva enfatizou as expectativas que tinham com os formandos do Curso de Aperfeiçoamento:

> Dos Institutos de Educação esperamos o aparecimento de uma nova mentalidade, mais sadia, pois acreditamos, êles injetarão sangue novo na profissão e acreditamos, mais ainda, que êsse sangue novo e forte irá restabelecer e oferecer a sua cota de sacrifício para sanar o atual mal estar de nossa Pátria. Sabemos que a grandeza de uma pátria se constrói nos bancos escolares. A missão de nossos colegas é grandiosa e sinto que todos estão a altura de tão nobre causa. Não lhes falta boa vontade, energia e dedicação [...] (SOLENIDADE..., 1955, p.1).

Havia uma expectativa que a partir dos estudos realizados nos Institutos de Educação, os alunos trariam mudanças para o ensino, ou seja, os alunos eram vistos como transformadores.

Os alunos da instituição pesquisada, contribuíram com a formatura e também com a construção de aspectos físicos da instituição e uma das formas de fazerem isso era promovendo festas juninas. Em 1956, os formandos desse Instituto de Educação em questão, promoveram uma festa junina com duração de três dias com comidas típicas, brincadeiras e quadrilha. A renda seria entregue ao Órgão de Cooperação Escolar da instituição, para a formatura e para que fossem adquiridos instrumentos para a fanfarra da instituição, assim, a imprensa prudentina mencionou que os alunos estavam melhorando "[...] seu patrimônio com empreendimentos magníficos como o Clube de Química, fanfarra, construção de calçada e muro, mercê de iniciativas de elevado padrão das festividades juninas [....]" (PROMOTORES..., 1956, p. 1).

Apesar de terem realizado essa festa em 1956 para arrecadarem dinheiro para a formatura, em setembro desse ano, os alunos do Ginásio da instituição pesquisada, utilizaram a imprensa prudentina para protestarem o fato de que não teriam festa de formatura naquele ano (ESTE ANO..., 1956). Enquanto que os alunos Curso Primário teriam (FESTA..., 1956).

Destaca-se que não eram todos os anos que ocorriam formaturas no Instituto de Educação "Fernando Costa", todavia, quando ocorriam, ocupavam lugares de destaque na cidade, o que demonstra novamente o *status* dessa instituição. Nessa ocasião, havia destaque para os alunos que tivessem tido as melhores notas o que demonstra como esses alunos eram incentivados a se destacarem perante os demais.

3.3.1 Casos conflituosos envolvendo alunos e as resoluções desses casos

No Instituto de Educação "Fernando Costa" havia conflitos que envolviam professores; diretor e professores; diretor e alunos; professores e alunos. Esses conflitos eram tratados na reunião da congregação.

A congregação era composta pelo Conselho de Professores que realizava reuniões com o objetivo de cooperar com a diretoria do Instituto de Educação "Fernando Costa"[25] (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ata, 1959-1966). Ao Conselho de Professores competia principalmente "[...] prestar toda colaboração ao diretor para a ordem na escola e o renome no estabelecimento no meio social." (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ata, 1959-1966, p. 46) e fazer cumprir na escola a legislação.

Em uma das reuniões da congregação da instituição em questão, mencionou-se que:

> [...] são atribuições da congregação, de acordo com o artigo 189, do ato 10 [...] que dispõe sobre o Regimento Interno dos Institutos de Educação: 1- Cooperar com a diretoria em tudo quanto diz respeito à disciplina do Estabelecimento, à regularidade e eficiência dos trabalhos escolares, ao aperfeiçoamento das técnicas didáticas e ao aperfeiçoamento por parte dos alunos; 2- Estudar e discutir as propostas de caráter pedagógico ou cultural, apresentadas por qualquer de seus participantes, e deliberar a convivência de pô-los em prática no Estabelecimento ou de encaminhá-las a administração da Escola; 3- Opinar a respeito dos assuntos de interesse de Ensino e que forem submetidos [...] (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1959-1966, p. 24-25).

[25] Neste Capítulo do texto, as informações foram retiradas da fonte *Livro de ata das reuniões "conselho de professores" (congregação)* (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1959-1966).

Além disso, ao conselho cabia também a aprovação do estatuto do Órgão de Cooperação Escolar, da Associação de Pais e Mestres, da associação estudantil ou qualquer entidade vinculada ao estabelecimento, competia também a aprovação dos débitos financeiros do Órgão de Cooperação e da Associação de Pais e Mestres (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1959-1966).

Dentre os temas das reuniões do "conselho de professores", em 1958, o Inspetor Escolar Regional solicitou que houvesse uma sindicância para um determinado caso em que a filha de uma professora do Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa", aluna matriculada no segundo ano do Curso Normal dessa instituição, teve reclamado pela mãe que a nota atribuída à filha na disciplina "Desenho Pedagógico" não estava correta. O diretor recebeu as reclamações da professora, averiguou e não localizou elementos para alterar a nota da aluna.

Por isso, a professora enviou uma carta para o Inspetor Escolar Regional informando que o diretor não havia adotado providência. Com isso, o inspetor participou dos próximos exames finais da instituição e consultou assinando os cadernos dos alunos.

Segundo esse inspetor, os professores não deveriam ter filhos matriculados no mesmo estabelecimento. Entretanto, o diretor da instituição em questão discordou e mencionou que sua filha estava matriculada e ele a tratava com imparcialidade. O inspetor averiguou o caso e descobriu que a aluna tirou seis e a professora da aluna havia alterado a nota para quatro, o inspetor atribuiu nota maior, a aluna obteve promoção e o inspetor mencionou que a aluna realmente era indisciplinada e indagou "[...] por que esta direção não lhe aplicou a

necessária penalidade? (admoestação, repreensão ou suspensão até 8 dias)." (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1959-1966, p. 5).

A partir do relato descrito, é possível compreender que, insatisfeita com a ação do diretor da instituição pesquisada, a mãe de uma das alunas e professora dessa instituição, solicitou a ação do Inspetor Escolar Regional que solucionou o problema da mãe, possibilitando que sua filha obtivesse a promoção para o próximo ano.

Celeste Filho (2016), no texto, "Os conflitos na Escola Normal de Piracicaba em meados da década de 1930" também relata sobre um conflito em que houve a solicitação de um mediador externo a instituição para resolver o conflito. O autor ao buscar compreender aspectos internos e da organização da Escola Normal de Piracicaba/SP, uma instituição "exemplar", constatou, dentre outros aspectos, "[...] as disparidades de ação frente à norma [...]" (CELESTE FILHO, 2016, p. 215).

Nessa instituição de Piracicaba/SP, havia discordâncias entre o diretor e os professores quanto aos aspectos relacionados às normas avaliativas da instituição, especificamente, a tentativa do diretor de encerrar as fraudes de exames realizados. Assim, para resolver esse conflito, houve a necessidade da participação de um mediador externo, resultando em uma sindicância governamental (CELESTE FILHO, 2016).

Dessa forma, a resolução do conflito da Escola Normal de Piracicaba/SP, como no Instituto de Educação "Fernando Costa", ocorreu com a participação de uma pessoa que não convivia diariamente na instituição, ou seja, os envolvidos diretamente com os conflitos em questão, não conseguiram resolvê-los e precisaram de um mediador externo.

Ainda sobre a participação de um mediador externo na instituição, no ano de 1959, os professores, o diretor do Instituto de Educação "Fernando Costa" e o Inspetor Regional de Ensino, reuniram-se para julgar o pedido de uma professora da instituição em questão, também mãe de uma aluna dessa instituição. Esse pedido consistia na anulação da transferência da aluna. Para isso, o diretor leu um apelo realizado pelos alunos da turma dessa aluna solicitando que ela permanecesse na escola. Por meio de votação foi decidido que a aluna permaneceria na instituição.

A partir do relato registrado, é possível constatar que os alunos do Instituto de Educação "Fernando Costa", em 1959, tinham a oportunidade de se pronunciarem e interferirem nas decisões realizadas no âmbito da congregação dessa instituição.

Localizou-se figuras de alunos que abrangem esse período, essas figuras são apresentadas a seguir, com as Figuras 14 e 15:

Figura 14- Alunas do Instituto de Educação "Fernando Costa"

Fonte: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, álbum de fotos ([1966]).

Figura 15- Alunos do Instituto de Educação “Fernando Costa”

Fonte: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, álbum de fotos ([1966]).

Ressalta-se que não foi possível identificar com qual nível de ensino essas figuras estavam relacionadas, mas provavelmente a Figura 14, referia-se ao Curso Normal, enquanto que a Figura 15, possivelmente referia-se a desfile dos alunos e segundo a imprensa prudentina, os alunos desfilavam em setembro e no aniversário da cidade (VISITA..., 1954).

Pinheiro (2004) destaca que o “bom aluno” do Curso Primário do Instituto de Educação “Caetano de Campos” estava relacionado com aquele que se envolvia com atividades cívicas e práticas de higiene. Atividade cívica que também estava presente no Instituto de Educação “Fernando Costa”.

Destaca-se que a oportunidade de os alunos participarem nas decisões realizadas no Instituto de Educação "Fernando Costa" poderia contribuir para a formação de uma instituição democrática. No entanto, em 1966, um professor dessa instituição, mencionou que a direção estava tendo uma bondade excessiva, incutindo sentimento de democracia que os alunos não estavam preparados.

Essa afirmação ocorreu, em uma reunião em que foi tratada da transferência de um aluno de 22 anos do Curso Normal que explodiu uma bomba no banheiro, os professores mencionaram que esse aluno sempre teve "bom" comportamento e aproveitamento, um professor solicitou que o diretor desse um voto de confiança, pois havia no estabelecimento uma campanha de desmoralização à diretoria da escola. Ao perguntarem o motivo ao aluno ele respondeu que atirou a bomba para retirar o mau cheiro do banheiro.

Com isso, o professor Dióres Santos Abreu disse:

> A escola tem que mostrar que um ato mal feito tem que ter uma sanção [...] se não agirmos dessa maneira nós seremos considerados fracos, se absolvermos esse elemento [...]. Devemos estabelecer daqui em diante, não só baseado no Regimento Interno, mas na conduta para que o aluno saiba o que aconteceu. Apelo para que vote para exclusão do aluno. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1959-1966, p. 51).

Após isso, outro professor mencionou que se o aluno fosse transferido para outra escola, ele serviria de exemplo, assim, os professores votaram entre a transferência ou permanência do aluno e foi decidido que ele seria transferido.

A transferência do aluno ocorreu a fim de puni-lo pelo ato tido como incorreto e prevenir outros atos semelhantes. Cabral (2002), apesar

de não tratar do Instituto de Educação "Fernando Costa", menciona que as punições eram mecanismos utilizados nas Instituições Escolares para controlar as ações dos alunos e regular as suas práticas buscando organizar a instituição, o que também foi possível localizar no Instituto de Educação "Fernando Costa".

Cabral (2002, p. 94), complementa que o professor vigia as ações para

> [...] tentar evitar atitudes de desrespeitos às regras escolares por parte dos alunos; e, segundo, ao provocar nesses uma atitude de apreensão, medo. Nesse processo, a vigilância assume a finalidade sobretudo, de produzir uma série de condutas adequadas relacionadas à submissão, à autoridade dos professores.

Segundo Souza (2010, p. 199), mudanças no século XIX, devido a psicologia, alterou o modelo punitivo para o modelo disciplinar nas Instituições Educativas Escolares. Todavia, a punição continuou a existir, pois a própria "[...] punição pode servir, em algum momento, como mecanismo disciplinar, quando é aplicada na frente de outras pessoas, levando seus expectadores a saber, de antemão, as consequências, caso pretendesse cometer aquele mesmo ato.".

Assim, a Instituição Educativa Escolar nos fins do século XIX, passou a constituir-se de importantes espaços de disciplinamento dos cidadãos. Cabral (2002), afirma que no disciplinamento há os castigos ou as recompensas.

A partir dos casos apresentados é possível constatar que a congregação do Instituto de Educação "Fernando Costa", lidou com o conflito com os alunos de três maneiras: no primeiro caso que envolvia

uma professora defendendo uma aluna, sua filha, foi solicitada a visita do Inspetor Regional, ou seja, de um sujeito externo ao Instituto de Educação, pois foi considerado que o diretor do instituto não estava resolvendo a situação.

No segundo caso em que estava sendo discutida a transferência da aluna, a decisão foi realizada, após votação entre os professores, considerando a opinião dos alunos da turma da aluna a ser transferida.

No terceiro caso o conflito gerado pela explosão da bomba pelo aluno foi resolvido com a transferência desse, retirando-o para que os demais se sentissem intimidados com a punição aplicada ao colega a partir da realização de ações contrárias as normas do Instituto de Educação.

Portanto, é possível constatar que nas reuniões da congregação da instituição pesquisada, eram tratados de casos conflituosos que ocorriam nessa instituição e que envolviam diretores, professores e alunos. Casos que eram resolvidos de maneiras diversas, tendo também a punição como resolução.

No Instituto de Educação "Fernando Costa" as punições eram utilizadas na busca da mudança dos comportamentos dos alunos que eram indesejados em comportamentos desejados, considerando que os alunos matriculados na instituição eram punidos em situações relacionadas com comportamentos desviantes que atrapalhavam o trabalho realizado na instituição. Cabral (2002), ao mencionar as ações relacionadas com punições na instituição que pesquisou, aponta que estavam vinculadas às situações tidas como problemas para o andamento dos trabalhos que eram realizados.

A punição para Cabral (2002), é utilizada como corretivo para que hajam alterações nos comportamentos dos alunos, tidos como impróprios

para o espaço. Ao relacionar as punições com o Instituto de Educação "Fernando Costa", há o evidenciamento das normas que não estavam sendo cumpridas na instituição e Farge (2009) menciona que o desvio da norma diz muito sobre a norma e sobre o contexto político, assim cada delito diz muito sobre a sociedade.

A partir disso, pretendeu-se averiguar se no período da ditadura militar houve mais ações indesejadas no Instituto de Educação "Fernando Costa", a partir das punições sofridas pelos alunos do Curso Profissional, Ginasial, científico, Clássico e Normal. Todavia, localizou-se esses registros de 1953 a 1963 e no ano de 1976[26]. Compreende-se que tiveram os registros até o ano antecedente ao golpe que decorreu a ditadura militar, assim, não há registros entre os anos de 1964 a 1975.

As punições que os alunos que tinham suas matrículas no Instituto de Educação "Fernando Costa" sofreram, consistiam em: exclusão definitiva da escola, transferência compulsória, suspensão de até oito dias, repreensão escrita e repreensão verbal (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ata, 1959-1966).

A seguir, no Quadro 5, estão registradas punições, especificamente 177, que os alunos do instituto em questão sofreram. Na fonte localizada, somente eventualmente, havia o curso que o aluno frequentava o que não possibilitou a inclusão dessa informação a seguir:

[26]Neste Capítulo do texto, as informações foram retiradas da fonte *Registro de penalidades* (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, registro de penalidades, 1953-1976).

Quadro 5 - Punições para os alunos do Instituto de Educação "Fernando Costa"

TIPOS DE PUNIÇÕES	ANOS	QUANTIDADE DE CASOS
Advertências ou repreensões	1953	4
	1954	9
	1955	3
	1956	6
	1957	8
	1958	20
	1959	16
	1960	15
	1961	13
	1962	2
	1963	11
	Total 107	
Suspensões	1953	4
	1954	1
	1955	3
	1956	3
	1957	8
	1958	7
	1959	9
	1960	4
	1961	7

Continua

	1962	7
	1963	14
	Total 67	
Perda do ano	1960	1
Impossibilitados de realizarem a matrícula	1961	1
Expulsão	1963	1
Total de punições	**177**	

Fonte: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, registro de penalidades (1953-1976).

Constantemente, na instituição pesquisada, os alunos matriculados eram advertidos ou repreendidos, e a cada ação dessa, eram informados que na próxima ação relacionada seriam expulsos. Verificou-se que como punições iniciais, os alunos primeiramente eram repreendidos ou advertidos e depois recebiam suspensão, para em um momento posterior, perderem o ano, serem transferidos ou expulsos.

Em 1958, foi o ano em que houve o maior número de advertências ou repreensões aos alunos matriculados no Instituto de Educação "Fernando Costa" e o ano de 1959, foi o ano em que houve menos dessas punições.

Em relação as advertências dos alunos do Instituto de Educação "Fernando Costa", há um caso que merece destaque, tendo sido classificado como indisciplina "generalizada", em que as alunas do curso colegial tiveram que entregar uma caixa de giz para suprir a falta de material para a escola.

Além do mencionado, no Quadro 6, há os principais motivos de advertência ou repreensão aos alunos, por ordem de localização na fonte:

Quadro 6 - Repreensões ou advertências sofridas pelos alunos do Instituto de Educação "Fernando Costa": motivos

MOTIVOS DA ADVERTÊNCIA OU REPREENSÃO AOS ALUNOS	**QUANTIDADE DE CASOS**
Indisciplina em classe	24
Desrespeito ao professor, ou funcionário, ou diretor	13
Apagar as luzes do corredor	1
Agressão física ou verbal	3
Grupo de alunos arremessaram bolinhas de papel nos colegas da classe	1
Elaboração de charge que ofendia ao colega	1
Publicação nos jornais sobre a instituição sem autorização do diretor	2
Realização de "desordem" no interior da classe	1
Saída do estabelecimento sem autorização do diretor	19
Não comparecimento ao desfile	1
Falta coletiva	7
Conversa durante as aulas e rabisco no livro de latim	1
Permanência fora da sala de aula durante as aulas	6
Desatenção	5
Ausência	3
Falta de uniforme	2
Utilização de termos impróprios	1
Desacato às ordens	1

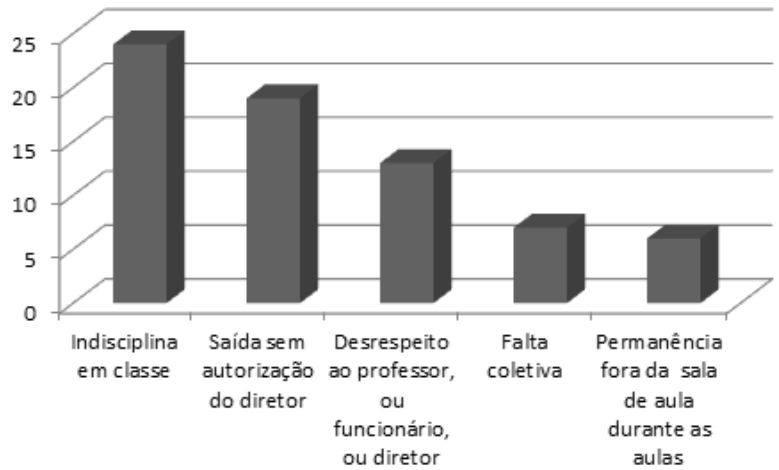
Continua

Desatenção ao sinal	4
Outros	11
Total	**107**

Fonte: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, registro de penalidades (1953-1976).

A seguir, no Gráfico 1, há os cinco motivos mais recorrentes:

Gráfico 1 - Repreensões ou advertências pelos alunos do Instituto de Educação "Fernando Costa": motivos recorrentes



Fonte: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, registro de penalidades (1953-1976).

Com o Gráfico 1, verifica-se os motivos predominantes de repreensões ou advertências que os alunos do instituto em questão sofreram, ou seja, "Desrespeito ao professor, ou funcionário, ou diretor" (13 casos); "Saída do estabelecimento sem autorização do diretor" (19 casos) e "Indisciplina em classe" (24 casos).

Sobre a indisciplina, pode-se considerar o mencionado por Cabral (2002) que menciona que é a oposição a norma, a disciplina que objetiva o funcionamento tido como bom na instituição

Sobre a saída dos alunos realizadas sem autorização, pode ser que ocorreu devido a maneira que funcionava o prédio da instituição, pois no ano de 1965, o Inspetor Escolar Estadual, solicitou o fechamento da saída localizada nos fundos do Colégio, pois essa ação impediria que os alunos fugissem (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, têrmo de visita do inspetor estadual, 1960-1983).

Acima da punição de advertência e repreensão estava a suspensão, segundo informações contidas na fonte *Registro de penalidades*, as suspensões ocorriam na instituição como medida "preventiva e educacional" (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, registro de penalidades, 1953-1976, p. 51).

No Quadro 7, inseriu-se os motivos de suspensão por ordem de localização na fonte:

Quadro 7[27]- Suspensões para os alunos do
Instituto de Educação "Fernando Costa": motivos

MOTIVOS DA SUSPENSÃO DOS ALUNOS	**QUANTIDADE DE DIAS DE SUSPENSÃO**	**QUANTIDADE DE CASOS**
Indisciplina	3 dias (4 alunos) - (4) 8 dias (2)	10
Saída do estabelecimento sem autorização do diretor	8 dias (1) 3 dias (3) - (1) 5 dias (1) 1 dias (1)	7
Indisciplina e desrespeito ao professor	8	3

Continua

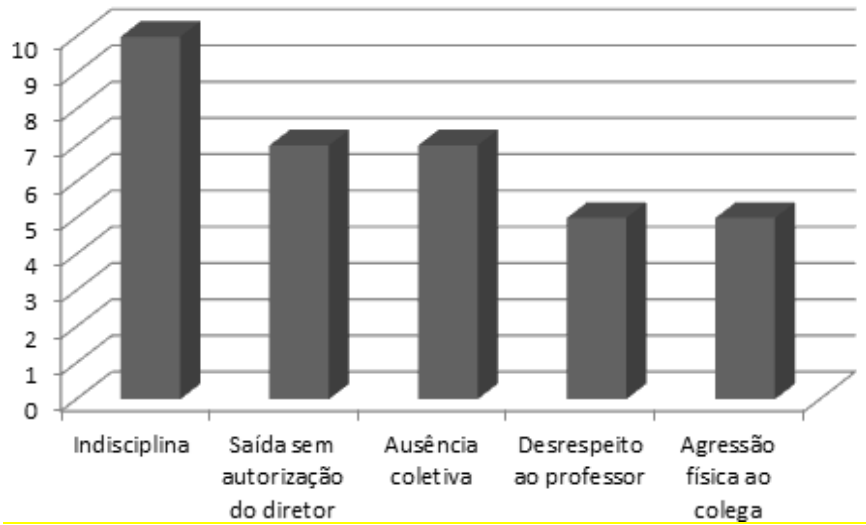
[27] Neste quadro, inseriu-se entre parêntesis a quantidade de alunos e antes dessa informação, inseriu a quantidade de dias de suspensão, todavia quando não houve essa quantidade descrita na fonte optou-se por inserir o hífen.

Desatenção	4 dias (1) 8 dias (2) 3 dias (1)	4
Não assistia aula	-	1
Desrespeito ao professor	3 dias (3) 8 dias (1) - (1)	5
Ausência coletiva	3 dias (2) 2 dias (2) - (2) 6 dias (1)	7
Desrespeito ao funcionário	- (1) 3 dias (1) 1 dias (1) 8 dias (1)	4
Agressão física ao colega	3 dias (3) 1 dias (2)	5
Ausência	- (1) 1 dias (1) 3 dias (1)	3
Desacato e ameaça de agressão ao professor de educação física	-	1
Não comparecimento ao desfile de sete de setembro	8	1
Desrespeito ao regimento da escola	3	1
Desrespeito ao diretor	8 (2) 3 (1)	3
Desrespeito ao colega	3 (2)	2
Danificação da escola	8	1
Desrespeito à escola	3	1
Lançamento de bombas pela janela	1 (1) - (1)	2
Inserção de rádio na tomada da classe	1 (1)	1
Outros	3(2) - (3)	5
Total	**67**	**67**

Fonte: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, registro de penalidades (1953-1976).

No Gráfico 2, localizado a seguir, há os cinco motivos mais mencionados, apresentados no Quadro 7:

Gráfico 2 - Motivos mais recorrentes de suspensões sofridas pelos alunos do Instituto de Educação "Fernando Costa"



Fonte: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, registro de penalidades (1953-1976).

Os motivos mais predominantes de suspensões sofridas pelos alunos do instituto de Presidente Prudente/SP, foram: "ausência coletiva" (sete), "Saída do estabelecimento sem autorização do diretor" (sete) e "Indisciplina" (10). Constata-se que os dois motivos mais recorrentes de suspensões são idênticos aos motivos de advertências ou repreensões.

Sobre a indisciplina, verifica-se que no ano de 1965, após mais um caso com essa temática, o diretor do Instituto de Educação "Fernando Costa", fez a sugestão para que fosse criada a Associação de Pais e Mestres, para realizar o esclarecimento aos familiares relacionados as atividades das

crianças e adolescentes na escola (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1959-1966).

Sobre a denominada "ausência coletiva", é importante mencionar que a turma que faltava às aulas recebia suspensões coletivas, para isso, havia rodízios de dias em que os alunos frequentariam a instituição.

Em 1954, alunos da instituição pesquisada, realizaram uma excursão para São Paulo, ao retornarem dessa viagem, determinadas alunas foram repreendidas e determinadas alunas foram suspensas como é possível constatar na citação a seguir:

> [...] desobediência e falta de interesse durante o passeio, a pena de repreensão às alunas[28] [...] três dias de suspensão à aluna [...] por pernoite fora do alojamento sem permissão [...] oito dias de suspensão para a aluna [...] por desobediência e desacato às determinações. (COLÉGIO E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1953-1955, p. 25).

Aqueles alunos que não cumpriam ordens, eram ameaçados com afirmações que não iriam poder continuar no mesmo ano letivo escolar. Como um caso em que após desrespeito à direção da instituição, foi mencionado que o aluno não poderia efetuar a matrícula no ano seguinte, devendo permanecer no mesmo ano escolar.

Mais grave que a punição relacionada com a suspensão, estava a transferência e a exclusão, foi localizado um caso desse no instituto em questão, em que o aluno matriculado foi expulso por ter desacatado autoridades da escola com ameaça e agressão (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, registro de penalidades, 1953-1976) e teve-se um recado do ano 1966, em que o diretor da instituição fez uma solicitação que os

[28] Optou-se por não inserir os nomes das alunas substituindo por "[...]".

professores avisassem os alunos da possibilidade de transferência compulsória por estarem realizando "cola"[29] (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1959-1966).

No Instituto de Educação "Fernando Costa", havia a interferência dos pais nas punições que os alunos sofriam e assim essas punições eram amenizadas, como no caso em que o aluno teve suspensão pelo fato de desrespeitar um professor, todavia com a intervenção de um pai a punição para o aluno foi realizada apenas como uma advertência.

Em um outro momento registrado, o aluno teve uma suspensão de oito dias, sendo que poderia ser alterada com a presença do pai na escola, sendo diminuída por três dias. Em outro caso o aluno seria transferido e, os familiares desse aluno, relatou que ele estava em tratamento médico, assim transferi-lo para realizar os estudos em outro local, faria com que o ano letivo do aluno fosse perdido. Com isso, a transferência desse aluno foi dita que ocorreria no próximo ano letivo do curso e naquele ano o aluno somente receberia suspensão (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, registro de penalidades, 1953-1976, p. 80).

Portanto, o Instituto de Educação "Fernando Costa" era uma instituição em que havia um prestígio social e também tinha a composição de resistências e transgressões às normas por parte dos alunos matriculados o que geravam punições a fim de que esse comportamento tido como inadequado fosse transformado.

As punições também revelam que a escola tem um papel para intervir nos comportamentos tidos como inadequados e para isso apresentam vários mecanismos (CABRAL, 2002).

[29] É um ato de copiar respostas para a realização de atividades pedidas pelo professor.

De maneira mais recorrente, ocorreu as punições por indisciplina, para solucionar essa ação, houve a criação de uma comissão com quatro alunos que relatavam para a direção os nomes dos alunos que cometiam indisciplinas, posteriormente esses alunos eram punidos. Desse modo, os alunos também recebiam o ato de serem vigiados pelos colegas (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, registro de penalidades, 1953-1976).

Para Dominique Julia (2001) historiador da França, em cada instituição escolar, há uma cultura escolar, que se relaciona com normas de ensino e conduta e práticas que possibilitam transmissão de conhecimentos e permite o ato de incorporar comportamentos.

Na instituição escolar em questão, em relação às condutas de incorporar nos alunos matriculados algum comportamento, ao realizar as análises dos motivos de suspensões, advertências etc., verifica-se que havia uma diretiva no sentido de se submeterem à direção, aos docentes e aos funcionários, fazendo o cumprimento das normas.

Além disso, conclui-se que os alunos deveriam solicitar autorização para saírem da instituição, deveriam comparecer em desfiles cívicos da cidade, deveriam permanecer em silêncio durante as aulas e deveriam usar o uniforme da instituição.

Para a ocorrência da incorporação desses comportamentos que eram almejados, no Instituto de Educação "Fernando Costa", haviam as advertências também denominadas de repreensões, as suspensões e as transferências também denominadas de expulsões. Assim, alunos com comportamentos indesejados eram punidos com o fim de que os seus comportamentos se tornarem comportamentos desejados, que eram tidos como adequados para bom o funcionamento da instituição. É importante destacar que a escola trabalha com conhecimentos científicos,

conhecimentos úteis e também com a formação de hábitos, costumes e comportamentos tidos como bons (SOUZA, 1998).

Portanto, dentre as ações realizadas internamente no Instituto de Educação "Fernando Costa" estava a fiscalização da instituição por um Inspetor Escolar Estadual, conflitos envolvendo diretores, professores e alunos, e por fim, aplicação de punições para os alunos a fim de que alterassem o comportamento que não estava de acordo com as normas utilizadas na instituição. É importante considerar que os apontamentos realizados pelo Inspetor Escolar Estadual nas visitas que fez para a instituição, não estavam relacionados com os motivos das punições que os alunos sofreram.

No Instituto de Educação "Fernando Costa", havia o Curso Normal que formava professores e em uma formatura do Curso de Administradores Escolares, o paraninfo professor Mário Junqueira da Silva elogiou o magistério e mencionou que o

> [...] Instituto de Educação<Fernando Costa>, casa de ensino da qual a cidade tanto se orgulha. Exercer, hoje, o magistério em Presidente Prudente não é mais desbravar e, sim, um prêmio. Diversas das diplomadas já pertencem ao magistério efetivo e as outras irão enfrentar o Concurso de Ingresso ao Magistério, que ora se processa. [...] Não basta desempenhar as obrigações, há necessidade de entusiasmo, de espirito de sacrifício, é mister que o exercício do magistério se torne uma missão. É necessário que todo normalista antes de ingressar no magistério, faça uma consulta ao seu eu e pondere a missão do professor, o que a Pátria exige dele os sacrifícios que terá que fazer, o anonimato desses sacrifícios, se é capaz de se contentar com o prazer do dever cumprido, depois de tudo isso, se a resposta for favorável, então mãos a obra e dê o exemplo sendo o protótipo do mestre abnegado. Em caso contrário, há inúmeras profissões a escolher, mas não o magistério, pois ele não comporta mentalidade utilitarista

> ou falta de amor à profissão. Só assim evitaremos a intromissão indébita da política e o nepotismo em nossa profissão. (SOLENIDADE..., 1955, p. 1).

É valorizado que no magistério se tenha "entusiasmo" e a profissão é relacionada com "missão" e é mencionado que essa profissão deveria ser amada. Sobre o aluno, Mário referiu que era:

> [...] preciso que o professor ao entrar na sala de aula veja no aluno, a sua alma simples, dócil, maleável e amiga e não um simples número de matrícula, inexpressivo e frio. O aluno é um ser que precisa de compreensão, afeição, dedicação para que possa haver aprendizado. Há necessidade que à instrução não fique alheia a educação em seus aspectos vitais. A recuperação da nacionalidade tem grande parte do seu êxito dependendo do fiel desempenho do mandato atribuído ao professor. Perdoe-me a seleta assistência, a falta de modéstia se disser que ser professor é missão nobre e da qual devemos nos orgulhar. (SOLENIDADE..., 1955, p. 1).

Desse modo, valorizava-se que o aluno fosse visto como um ser humano que precisava ser tratado com afetividade e compreensão para que assim ocorresse o aprendizado. Ainda no discurso do paraninfo em questão, foi relatado sobre o professor da zona rural, destacando que ele não devia

> [...] faltar às aulas, trabalhar com amor, não pedir licenças diante das dificuldades e mesmo da hostilidade do meio, vencendo-o se for necessário tornando-se um ponto de atração e confiança, valorizando o elemento humano rural e não contaminando o êxodo rural. Após uma árdua semana de aulas na roça, o que significa falta de conforto, má alimentação, etc., sei que será difícil resistir a uma fugidinha para a cidade mais próxima, onde há tudo que lá não existe, onde, às vezes, o coração está preso, mas é preciso não se esquecer de que o horário da escola deve ser obedecido aos sábados e nas 2.as feiras. Não pôde o

> professor se esquecer que a maioria dos seus alunos moram 4 ou 5 km da escola e que saíram de casa com o dia ainda escuro e seria um crime fazê-los perder o dia e tantos sacrifícios. As quatro horas de aula diárias são sagradas e devem ser ministradas com o máximo de proveito para que no fim do ano a promoção não seja inferior a 75%. É preciso que o professor procure afastar a politica do magistério para não tumultuá-lo, o magistério tem leis próprias e devem ser respeitadas. Que o exemplo parta de nós mesmos, não andando atrás de políticos mendigando o que a lei nos facultará quando a elas tivermos direito. Reclamamos porque os Exmos. Srs. Secretários da Educação são políticos e não nossos colegas, mas, se afastarmos toda ingerência política e nada pedirmos aos políticos, eles não mais se interessarão por esse cargo que deveria ser técnico. (SOLENIDADE..., 1955, p. 1).

Desse modo, o paraninfo se constituía de uma pessoa influente escolhido pelos alunos, segundo a concepção desse em questão, o magistério deveria ser escolhido por aqueles que tivessem amor à profissão, que se sacrificasse e para exercer essa função era necessário o afastamento da política do magistério.

Em 1954, o diretor da instituição pesquisada, Waldemir B. Carvalho, também mencionou sobre a política ao relatar que *O Normalista* era o único jornal da instituição e antes de ser publicado era revisado pelo diretor sendo

> [...] vedado a este órgão estudantil tratar de política, problemas raciais, religiosos, e artigos ofensivos a pessoas ou instituições, de conformidade com o Regimento Interno das Escolas Normais – Decreto n.o 19.525-A, de 27-7-50. Qualquer outro órgão estudantil independente não tem nenhuma ligação com o Instituto de Educação "Fernando Costa", mas, qualquer aluno deste estabelecimento que infringir o art. 131, do decreto citado acima, seus itens adiante transcritos:

> 7- "assacar injúria ou calúnia contra alunos ou funcionários do estabelecimento, ou praticar contra eles atos de violência"
> 8- "praticar, dentro ou fora do estabelecimento, ato ofensivo à moral e aos bons costumes" estão sujeitos às penalidades previstas no art. 132:- 1-admoestação.2-repreensão, 3-suspensão até 8 dias, 4-perda do ano, 5-exclusão definitiva (CARVALHO, 1954, p. 3).

Na formação dos professorandos do Instituto de Educação "Fernando Costa" o próprio jornal dos normalistas era censurado. No ano de 1954, na direção do jornal *O Normalista*, estava Alberto Barreira e Marco Aurélio Catoni (EDUCAÇÃO..., 1954).

Enquanto que a política era desvalorizada na formação do professor da instituição pesquisada, a experiência era valorizada como é possível constatar a seguir:

> [...] as autoridades regionais e locais do ensino secundário e normal sediadas no interior do Estado, deverão entrar em entendimento com as delegacias de ensino para a realização de cursos de extensão cultural destinados a professores em exercício no magistério primário e os normalistas diplomados, embora ainda não ingressados no magistério. [...] É também conveniente incrementar a presença dos professorandos dos institutos de educação e escolas normais nos círculos do magistério primário, leva-los a mais íntimo contato com a escola primária, e aproveitar-se de esclarecimentos, palestras e demonstrações que lhes possam ser feitas pelas autoridades e professores do ensino primário, a fim de que a diuturna experiência destes educadores possam servir à melhor formação dos colegas de amanhã (PEIXOTO, 1956a, p. 3).

Havia um objetivo de aproximar os normalistas da prática de ensino e com a escola de aplicação dos normalistas era possível realizar isso, como ocorreu no Colégio e posteriormente, no Instituto Educação "Fernando Costa" que havia uma escola de aplicação dos normalistas que

"[...] ocorria no Curso Primário Anexo que funcionou de 1947[30] a 1975, juntamente com a Escola Normal.".

Nesse curso, os alunos normalistas do Instituto de Educação "Fernando Costa", ministravam aulas experimentais sob a orientação do professor, aprendiam a ensinar e adquiriam manejo de classe." (RIBEIRO, 1999, p.117). Nessas aulas ministradas, os colegas de turma também observavam e comentavam os procedimentos positivos e negativos que precisavam de melhoras (RIBEIRO, 1999).

Segundo Myrtes Pinto (1968)[31] os alunos do Curso Normal que observavam o Curso Primário Anexo do Instituto de Educação eram denominados de alunos-mestres que participavam, realizavam regência de classe e avaliavam a experiência de prática de ensino do colega. O planejamento da atividade de observação do Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação em questão era realizado pelo (a) professor (a) da disciplina "Prática de Ensino" do Curso Normal do Instituto de Educação "Fernando Costa", assim como, o assunto, a escolha da matéria e da turma a ser observada.

Durante a atividade de observação, os professorandos auxiliavam os professores do Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa" e como mencionado, ministravam aulas e o plano de aula a ser ministrado era realizado cooperativamente com a professora da

[30]Apesar de no Instituto de Educação "Fernando Costa", o Curso Primário ter sido instalado antes do instituto, ou seja, em 1947, somente em 1968, o Curso Primário de aplicação anexo ao Ensino Normal era garantido pela legislação (SÃO PAULO, 1968a).

[31] Essa pesquisa registrada em livro é resultado da tese de doutorado da autora apresentada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Unesp, *campus* de Presidente Prudente/SP, nessa pesquisa, a autora entrevistou normalistas de duas Escolas Normais da cidade de Presidente Prudente/SP e uma dessas consistiu na Escola Normal do Instituto de Educação "Fernando Costa". Como metodologia da pesquisa, a autora elaborou um questionário que foi respondido por 34 alunos das Escolas Normais e por professores da disciplina "Prática de Ensino" dessas instituições (PINTO, 1968). Nesta dissertação, selecionaram-se as respostas dos alunos da Escola Normal do Instituto de Educação "Fernando Costa" (PINTO, 1968).

disciplina “Prática de Ensino” em que o professor fornecia um roteiro para que fosse seguido na organização do plano (PINTO, 1968).

Em 1968, os professorandos da Escola Normal do Instituto de Educação “Fernando Costa”, mencionaram que no período de realização do curso, sete professorandos ministraram uma aula no Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação “Fernando Costa”, seis professorandos ministraram duas aulas, cinco professorandos três aulas, cinco professorandos quatro aulas, dois professorandos cinco aulas e um professorando ministrou seis aulas.

Considera-se que havia “[...] uma grande deficiência, quer no número de aulas dadas, quer na distribuição dessa atividade tão importante para a formação do professor, que é a regência de classe.” (PINTO, 1968, p. 116). A professora de “Prática de Ensino” os avaliava com base “[...] em conferências de grupos de alunos-mestres, assistidos pelo professor de Prática [...]” (PINTO, 1968, p. 117).

Em 1966, a diretoria do Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação “Fernando Costa”, mencionou que:

> É grande o número de normalistas estagiárias nas classes do Curso Primário anexo ao I.E. “Fernando Costa” de Presidente Prudente. O método de alfabetização por nós usado é longo e necessita de melhores condições. Pelo exposto, solicito que as classes dos 1ºs anos, do Curso Primário Anexo ao I.E. “Fernando Costa” funcionem com 35 alunos. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, livro de correspondência, 1953-1969, p. 79).

Havia professorandos nas classes do Curso Primário anexo à instituição em questão, contudo eles não participavam das atividades administrativas da escola como: execução de chamadas, diário da classe e matrículas. Além disso, os professorandos não participavam: das reuniões

de pais e mestres, das reuniões de professores, dos ensaios dos alunos para festas escolares e das excursões e visitas didáticas (PINTO, 1968).

Apesar disso, Myrtes Pinto afirma que a Escola Normal do Instituto de Educação "Fernando Costa" tinha a preocupação em "[...] oferecer aos alunos-mestres um programa mais variado de experiências de participação [...]" (PINTO, 1968, p. 109).

Em 1956, na imprensa prudentina, foi publicado que a Chefia de Serviço do Ensino Secundário e Normal, comunicou que era necessário que o Curso Primário funcionasse no mesmo período dos Cursos Normais para que fosse possível "[...] a Prática de Ensino por parte dos normalistas mas também para que estes dispensam diariamente do campo de observação indispensável à formação do professor primário." (ANDRADE, 1956, p. 3).

Dessa forma, o Curso Primário Anexo a Escola Normal do Instituto de Educação "Fernando Costa" estava de acordo com o defendido na legislação de 1947, pois "[...] além da finalidade que lhe é própria, destina [va]-se, para o curso profissional, à observação, experimentação e prática de métodos e processos de ensino." (SÃO PAULO, 1947, [p. 96]).

Em 1968, no Curso primário Anexo à instituição em questão, havia 11 classes do Curso Primário e três de Educação Infantil, havia a diretora efetiva e a auxiliar de direção desse curso (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, livro de correspondência, 1953-1969).

A primeira diretora desse curso foi a professora Lygia Pinheiro Arraes e no ano de 1947, a diretora foi Adélia Rocha e posteriormente, vieram Cybele Bueno Ulisses Lombardi e Lina Prestes César Doll. A partir de 1956, a diretora do Curso Primário Anexo do Instituto de Educação

"Fernando Costa" foi a professora Eluiza de Rezende Rodrigues, que se vinculou a instituição como diretora até 1975 "[...] quando ocorreu a extinção do Primário Anexo, no início da implantação da Lei 5692/71, com a redistribuição da rede física das escolas estaduais." (RIBEIRO, 1999, p. 118).

Assim, no Instituto de Educação "Fernando Costa" havia dois diretores, um que era responsável pelo Instituto de Educação em geral e outro responsável pelo Curso Primário. Sendo que o diretor do Curso Primário, era subordinado ao diretor do Instituto de Educação que se responsabilizada pela administração, disciplina e orientação do ensino da escola (SÃO PAULO, 1933).

Constata-se que os diretores da instituição pesquisada, eram todos do sexo masculino, enquanto que no Curso Primário Anexo em que a idade dos alunos era menor, todas as diretoras eram do sexo feminino. Mariano (2016), menciona que com o crescimento da produção do café e com a industrialização, a maioria dos homens foram trocando a profissão de professor por outras atividades. Assim, as mulheres foram adentrando neste espaço de atividades do magistério e muitos autores denominam esse período de feminização do magistério (CAMPOS, 2002; SILVA, 2002; ALMEIDA, 1998; TAMBARA, 1998 e etc.).

Demartini e Antunes (1993) mencionam que os homens que assumiam a carreira de magistério direcionavam para outras áreas, tornando-se diretores, chefes da instrução pública, supervisores, formadores de professores, entre outros. Desse modo, havia o aspecto incomum no Instituto de Educação "Fernando Costa" que era o fato da direção do Curso Primário Anexo não ser do sexo masculino.

Na imprensa prudentina é mencionado que o Curso Primário era o único acessível para todos:

> Em nosso país a maioria dos brasileiros põe um ponto final na sua educação intelectual, quando termina o curso primário e isso se verifica porque são raros os que podem alcançar as escolas secundárias e superiores muitas vezes por falta de recursos econômicos. Sendo, pois, a escola primária a única acessível a todos, deve possuir meios que venham assegurar o máximo de eficiência pedagógica e social. (OLIVEIRA, 1955, p. 3).

No Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa", as crianças eram tidas com "comportamento exemplar", por valorizarem os professores, organizando festas de aniversários e de despedidas a eles. Como exemplo de professoras que receberam essas festividades têm-se: Vitória, Genί, Eulália, Nair Martins, Adélia; Alice, Nair Faria, Luizinha e Orminda (PEIXOTO, 1956d).

Orminda estava substituindo a professora Genί no 4º ano, quando ela teve que voltar, por isso, os alunos fizeram uma festa de despedida como se pode visualizar na Figura 16 a seguir:

Figura 16 - Despedida para professora do Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa"

Fonte: Peixoto (1956d, p. 3).

Na festa havia doces, salgados e bebidas. O aluno Antônio Francisco Lecci Françoso foi um dos organizadores da festa e discursou, homenageando a professora, juntamente com o aluno Waldir Ponçano (PEIXOTO, 1956d).

Em 1981, Eluiza de Rezende Rodrigues escreveu um texto sobre o Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa" juntamente com uma antiga professora dos professorandos Helena Faria de Barros, formada em Pedagogia que ministrou aulas de "Psicologia", "Prática de Ensino" e "Metodologias" desde 1956, nessa instituição. Em 2015, Helena atualizou o currículo *on-line*, mencionando que é Doutora em Educação e livre-docente pela Universidade Federal de Santa Maria, aposentada, ministrou aula na Universidade do Oeste Paulista e na Universidade Católica Dom Bosco (BARROS, 2020).

Helena, também orientava pedagogicamente os professores do Curso Primário Anexo e mencionou que havia planejamentos mensais "[...] com os professores, na tentativa de oferecer atividades integradas de ensino [...] Tentávamos que as crianças extraíssem elas próprias, informações das vivências que tivessem e daí a preocupação em oferecer variedades de atividades criteriosamente selecionadas." (BARROS; RODRIGUES, 1981, p. 194-195). Para Helena de Barros, o que ela fez no Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa" contribuiu para que ela compreendesse "[...] a prática e a teoria como processos dialéticos e complementares, onde uma não acontece sem a outra e uma conduz à outra." (BARROS; RODRIGUES, 1981, p. 195). Ela mencionou que na 1ª série do Curso Primário em questão, as professoras dedicavam-se a alfabetização a partir do "[...] emprego de cartilhas de método analítico global, 'O livro de Lili' 'Sarita e seus amiguinhos' e cartilhas semi-analíticas 'Upa, upa cavalinho' 'O presente'; 'Meninos

travessos'; 'Siga aprendendo' e outras [...]" (BARROS; RODRIGUES, 1981, p. 196).

Em relação às cartilhas, em 1963, tem-se que a diretora do Curso Primário em questão afirmou que nesse curso, nas classes de 1º ano aplicou-se, por recomendação de professoras, "[...] a Cartilha 'O Presente' de Magdala Lisboa Bacha, obtendo 100% nas promoções. Em vista disso, a direção do Curso Primário Anexo ao I.E. "Fernando Costa", pede a V. S. autorização para que seja aplicado esse ano de 1963 à mesma cartilha." (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, livro de correspondência, 1953-1969, p. 56).

O Departamento de Educação mencionou que o "pré-livro"[32] "O Presente" foi submetido à comissão de julgamento e revisão de livros didáticos que emitiu parecer desfavorável por não preencher "[...] os requisitos indispensáveis para o fim que se destina." (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, livro de correspondência, 1953-1969, p. 57).

Três anos após a instalação da instituição pesquisada, havia 18.744 pessoas analfabetas na cidade, e 546,6 pessoas havia recebido as primeiras instruções entre 1950 a 1954, a imprensa menciona que era dever da sociedade acabar com o analfabetismo. Na imprensa prudentina é mencionado que

> Antigamente a função essencial da escola primária era a alfabetização. Porém, em virtude do constante enfraquecimento moral que vem se verificando no meio familiar, a escola teve que modificar o seu panorama, devendo não somente alfabetizar, como também educar e preparar para o ser para uma vida social sadia.[...] Dentro desse conceito, cabe a Escola primária a completa formação da personalidade da criança, empenhando todos os esforços afim de desenvolver a

[32] Ou seja, o que a diretora nomeou de cartilha o Departamento de Educação nomeou de "pré-livro".

> capacidade, as virtudes e as aptidões da criança através da alfabetização pré-vocacional sendo esta o intermédio dos trabalhos manuais incentivando na criança o amor pelo trabalho e pelas atividades técnicas. A escola primária tem uma relação intima com o Jardim da Infância e o curso secundário. O Jardim da infância por intermédio dos hábitos ensinados prepara a criança para galgar a escola primária e esta organiza a vida da criança deixando-a em condições satisfatória para enfrentar a escola da vida. A escola antiga, sirva exclusivamente em torno de um livro e um professor era um elemento que alcançava a respeito do aluno pelo mêdo. A escola nova sem dispensar o auxílio dos livros procura trilhos pedagógicos afim de educar a criança nos processos fundamentais e na vida social exigida pela complexa sociedade do mundo de hoje, que vem constantemente sofrendo desvios [...] (OLIVEIRA, 1955, p. 3).

Assim, a alfabetização era eixo central da escola primária e havia uma solicitação de que também passasse a ser a preparação social.

Além da alfabetização, também se trabalhava a Matemática com as alunas do Curso Primário e nessa área, considerava que a criança aprendia com os sentidos, ou seja, vendo e tocando e o ensino ocorria no "plano intuitivo" (BARROS; RODRIGUES, 1981).

Em História do Brasil, era objetivado que a criança "[...] formasse ideia cronológica, de sequência, além da preocupação de compreender o presente. Nomes e datas eram supérfluos. A análise de causas e consequências era feita." (BARROS; RODRIGUES, 1981, p. 196).

Em Geografia do Brasil, buscava-se que a criança compreendesse o meio ambiente e em ciências enfatiza-se o método científico (BARROS; RODRIGUES, 1981).

Os professores do Curso Primário Anexo à instituição pesquisada

> [...] eram treinados em serviço. Com um atendimento constante. Os alunos do Curso Normal participavam observando-os ou dando aulas que estavam sempre previstas no trabalho de classe. O trabalho dos alunos servia para treinar professores e eles eram igualmente treinados pelos professores do Primário. Os pais, pessoas da comunidade e professores do 'Ginásio' era frequentemente solicitados a trabalhar em alguma atividade com as crianças. Para as crianças era um privilégio receber o professor do Ginásio, em classe. Gostavam de ter contato com seus futuros professores. O Curso Primário anexo ao I.E. Fernando Costa se constituiu, assim, num laboratório de aprendizagem pelas atividades ali vividas e pelo clima de cooperação implantado. (BARROS; RODRIGUES, 1981, p. 197-198).

Compreende-se que no Instituto de Educação "Fernando Costa", "[...] formar professores foi um trabalho sério realizado pelo Curso Primário [...] [e] as crianças que se prestavam a isso e eram envolvidas nessa atividade mereciam trabalho sério, honesto e da melhor qualidade [...]" (BARROS; RODRIGUES, 1981, p. 197).

Por fim, ressalta-se que o Curso Primário do Colégio do Estado e Escola Normal da de Presidente Prudente/SP, após seis anos da sua instalação tornou-se anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa".

Com esse curso, os professorandos da instituição pesquisada, eram formados professores, com auxílio dos professores da disciplina "Prática de Ensino", dos colegas de classe do Curso Normal e do professor do Curso Primário.

Assim, constata-se que os alunos que realizavam o Curso Primário nessa instituição tinham um ensino diferenciado, com observação dos professorandos, com treinamento constante de docentes do Curso Normal e com participação de professores do Ginásio.

3.3.2 Avaliação dos alunos

Nos Cursos Primários dos Institutos de Educação era comum a realização de *Testes ABC* com os alunos e com esses testes buscava-se classificar as crianças que frequentavam a escola primária verificando "[...] o nível de maturidade requerido para a aprendizagem da leitura e da escrita." (LOURENÇO FILHO, 1974, p. 9). Assim, após esses testes os alunos eram organizados de acordo com o resultado, buscando a homogeneidade.

Esses testes foram idealizados por Lourenço Filho que afirmava que a "maturidade" da criança não estava relacionada com "[...] a idade cronológica, nem com a idade mental [...]" (LOURENÇO FILHO, 1974, p. 9).

Em 1961, as professoras da disciplina intitulada "Prática de Ensino", ministrada no Instituto de Educação "Fernando Costa" aplicaram os *Testes ABC*, aos alunos do 1º grau do Curso Primário Anexo e os resultados obtidos no 1º ano A, consistiram em 18 alunos do "quartil" fértil e 18 alunos do "quartil" médio e no primeiro ano B, os resultados consistiram em 37 alunos no "quartil médio" (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, livro de correspondência, 1953-1969).

Em 1962, também foram aplicados os *Testes ABC* para os alunos do 1º grau do Curso Primário Anexo ao "Fernando Costa". Os testes também foram aplicados pelas professoras de "Prática de Ensino" desse instituto e os alunos obtiveram as seguintes classificações: 1º ano A-média, 4º ano B-média, 1º ano C- forte. Após a aplicação dos testes em questão e a "classificação" das crianças, o resultado era enviado para o Departamento de Educação do estado de São Paulo (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, livro de correspondência, 1953-1969).

No Curso Normal e no Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação "Prof. Stélio Machado Loureiro", o livro mais lido pelos alunos desse curso consistia do denominado: *Testes ABC*: para verificação da maturidade necessária ao aprendizado da leitura e da escrita de Lourenço Filho. Segundo entrevistas realizadas com antigas alunas dessa instituição, a partir desses testes, os alunos da escola primária eram organizados em classes "fortes" e "fracas" (SERRA, 2004).

Dessa forma, nesse período de funcionado do Instituto de Educação, havia retenção no ensino primário e em relação aos *Testes ABC* eles eram utilizados como instrumento científico para selecionar os alunos. Na imprensa prudentina foi criticado esse aspecto nas escolas primárias, publicando que:

> É absurdo e mesmo errôneo em meu parecer a divisão de classes, no início do ano letivo, pela promoção de alunos. Baseio-me, ao fazer este comentário, na situação atual das classes que hoje temos. Fracas...absolutamente sem nível no que exige o programa do ano que frequentam. (CARDOSO, 1956, p. 9).

A homogeneidade buscada no Curso Primário do Instituto de Educação "Fernando Costa" tinha como principal função a alfabetização. Assim, o Curso Primário dessa instituição, tinha como principal objetivo alfabetizar os alunos, cuja concepção era baseada na ideia de que quanto mais homogêneo os alunos, mais fácil seria essa concretização.

Além do teste para selecionar os alunos na busca de formarem turmas para o Curso Primário, os alunos eram avaliados através de exames sobre os conteúdos ensinados. Localizou-se 39 exames de alunos do 3º ano do Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa", referente ao ano de 1962. Ressalta-se que esses 39 exames se referem ao mesmo modelo de avaliação. Nesse modelo de avaliação localizado, os

alunos foram avaliados nos seguintes conteúdos: “Linguagem”, “Gramática”, “Conhecimentos gerais” e “Aritmética e Geometria” (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, exames, 1962).

O exame para avaliar a “Linguagem”, consistiu em uma reescrita de um texto intitulado “Tartaruga voadora”, o texto foi reescrito a caneta com letra cursiva, pelos textos serem os mesmos escritos apenas com linguagem diferente, é possível constatar que provavelmente a professora leu e solicitou que os alunos o reescrevessem. Em relação a “Gramática”, os alunos foram avaliados a partir de uma frase em que foram elaborados questionamentos, sobre a localização de palavra proparoxítona, classe de palavra a qual pertence à palavra palmeira, quantidade de sílaba da palavra “Esbelta” e localização de adjetivos de uma frase (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, exames, 1962).

Em relação aos conteúdos relacionados a “Conhecimentos gerais”, os alunos foram avaliados a partir de indagações sobre: data da Lei áurea, quem uniu os inconfidentes mineiros, qual foi à cidade fundada por Tomé de Souza, principal afluente do rio tietê, cidade relacionada com a estrada de Ferro Noroeste do Brasil, nome do aparelho circulatório, nome do movimento da terra que produz dias e noites, qual a classe de vertebrados que pertence o homem, processo de escolha de um prefeito de um município e localização no mapa do rio do peixe (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, exames, 1962).

Em “Aritmética e Geometria”, os alunos foram avaliados a partir de respostas das seguintes questões: transformação de números em metros, unidade de medida da capacidade, leitura do número “0,003”, valor de seis dividido por 0,037, valor de ¾ de 1487 e resolução de cinco situações problema (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, exames, 1962).

A partir desses exames, é possível constatar indícios de que o ensino do Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa" era memorialístico e conteudístico, pois nos exames os alunos tinham que responder conteúdos que memorizavam.

Portanto, há indícios de que o ensino para os alunos do Curso Primário Anexo à instituição pesquisada, considerava a classificação, em um primeiro momento para verificar a possível "maturidade da criança" para a alfabetização e constituírem classes que fossem o mais homogêneo possível, ou seja, para classificar e posteriormente, os alunos eram avaliados de acordo com respostas escritas e memorizadas a partir de conteúdos solicitados.

3.3.3 Alunos e professores: o Clube de Química

Este tópico, está relacionado com a participação dos alunos e professores no Clube de Química do Instituto de Educação "Fernando Costa", enfocando a maneira que os membros desse clube participavam das atividades que estavam relacionadas dentro e fora da instituição. É importante considerar que na pesquisa realizada cujo resultado está neste livro, foram localizados que no Instituto de Educação em questão havia três clubes, a saber, de Estudos Pedagógicos, de Sociologia e de Química.

O Clube de Estudos Pedagógicos estava relacionado com os alunos do Curso Normal e do Curso de Aperfeiçoamento da instituição pesquisada, nesse clube, buscava-se a colaboração dos alunos do Curso de Aperfeiçoamento e a cooperação em favor da criança e em favor da renovação dos métodos de ensino (SECÇÃO..., 1954d).

A responsável pelo Clube de Estudos Pedagógicos era a professora Helena Faria e pelo Clube de Sociologia era o professor David Serra lente

de sociologia que realizava excursões com membros do clube. Em 1957, fizeram uma excursão para Presidente Epitácio/SP, juntamente com os sócios do Clube de Química (EXPLICAÇÕES..., 1957).

O Clube de Química do Instituto de Educação "Fernando Costa" iniciou-se em 27 de setembro de 1952, ou seja, antes dessa instituição ser instalada e tinha como objetivo subsidiar aulas práticas dos alunos dos últimos anos do Curso Colegial e científico.

Esse objetivo foi alterado a partir de 1964, quando em uma das reuniões da diretoria do Clube de Química, foi mencionado que o laboratório de química poderia ser acessado aos sócios de segunda, quinta e sábado independente das aulas práticas do Curso Colegial científico (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

O início do clube ocorreu com alunos orientados pelo professor Rubens Correa Leite que ministrava aulas de Química no Colégio Estadual e Escola Normal "Fernando Costa"[33], esse clube tinha como parceria, a prefeitura municipal da cidade. Segundo Ribeiro (1999), Rubens permaneceu como orientador do clube até o ano de 1959, quando foi substituído pelo professor Darcy Ribeiro Marcondes.

No ano seguinte, com a transformação da instituição em Instituto de Educação, o Clube de Química permaneceu relacionado com o Curso Colegial e era "[...] um apoio para si e para os alunos normalistas [...][34]" (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964, p. 7).

Há indícios de que nos primeiros anos de funcionamento do clube, ele foi instalado em um prédio diferente do prédio do Instituto de

[68] Neste Capítulo, os textos não citados indiretamente foram retirados da imprensa prudentina a saber, (BIBLIOTECA..., 1957), (CLUBE..., 1957), (PEIXOTO, 1954d) e (UNIÃO..., 1957).
[34] Posteriormente, neste Capítulo, é possível constatar que esse apoio às normalistas foi rompido.

Educação "Fernando Costa"[35]. Posteriormente, em 1963, o Clube de Química passou a funcionar no fundo do edifício da instituição pesquisada[36].

Em 1954, foi realizada uma campanha que envolvia a doação de dinheiro para a construção de um laboratório do Clube de Química desse Instituto de Educação. Ainda nesse ano, um ano após a instalação do Instituto de Educação "Fernando Costa" iniciaram-se as obras da construção do laboratório do Clube de Química e em 1956, esse laboratório funcionava[37]. (COLÉGIO E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, ata, 1953-1955).

No ano de 1956, o Clube de Química recebeu uma doação em dinheiro do prefeito da capital de São Paulo, que seria utilizada para a compra de aparelhos para o laboratório do clube e ainda auxiliaria no término do salão de experiência (CR$ 20.000,00 AO CLUBE..., 1957).

Em 1957, em umas das reuniões é mencionado sobre a inauguração do laboratório que não estava finalizado, mas eram disponibilizadas todas as manhãs aos alunos dos terceiros anos do curso científico, na Figura 17, é possível visualizar esse laboratório:

[35] Em outubro de 1956, é mencionado em uma das reuniões do Clube de Química sobre a necessidade de alterar o endereço das correspondências, pois as cartas estavam sendo enviadas para o Instituto de Educação "Fernando Costa" e as cartas não estavam sendo entregues com rapidez para os membros da diretoria do clube, por isso, decidiram que a carta seria enviada para a casa de um membro do clube (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

[36] O diretor aceitou que o Clube de Química passasse a funcionar nos fundos da instituição pesquisada, com entrada pela Avenida Coronel Marcondes (TÊRMO..., 1960-1983).

[37] É possível constatar isso quando um professor indagou se as aulas práticas não deveriam "[...] ser dadas no *laboratório* ao que o orientador disse que o primeiro ano e terceiro têm tido muitas aulas práticas, porém é difícil para o segundo ano porque as reações orgânicas são muito lentas [...]" (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964, p. 20, grifo nosso).

Figura 17 - Clube de Química do Instituto de Educação “Fernando Costa”

Fonte: (CR$ 20.000,00 AO CLUBE..., 1957)

Em 1958, o laboratório do Clube de Química não havia sido finalizado, pois em uma reunião da diretoria do Clube de Química o tesoureiro propôs uma campanha para que fosse finalizada a construção do laboratório de Química (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

O Clube de Química se constituía como um espaço de estudos colaborativos independentes entre os alunos, pois havia aulas diárias de reforços em que os alunos adiantados nos conteúdos auxiliavam os demais. Para que se buscassem os aprendizados havia uma biblioteca especializada geral científica que foi criada pelos alunos que doaram livros e os alunos do Curso científico doaram 15 mil cruzeiros para a compra de livros. Com esse valor, o orientador do clube, o professor Rubens Correia Leite,

compraria em São Paulo os livros relacionados com química (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Além desses, para a biblioteca, foi solicitado que os sócios desse clube, as faculdades e os cursinhos auxiliassem financeiramente. A busca pela organização da biblioteca permaneceu por anos, pois em 1961, quatro anos depois, os responsáveis pela biblioteca do Clube de Química ainda estavam solicitando doações de livros (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Esse clube era formado por uma diretoria composta do presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretário, 1º e 2º tesoureiro, orador, diretor social, diretor esportivo, diretor de publicidade e comissão de festas, sendo que a partir de 1960, além desses, passa-se a ter o bibliotecário (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964) e essa diretoria era composta de professores e alunos.

Foram presidentes do Clube de Química, os alunos Tadashi Yamagushi e José Andreata em 1952, Ciro Bergamashi, em 1953 e Régio Marzio Funari, em 1956 e 1958 (CR$ 20.000,00 AO CLUBE..., 1957).

A diretoria do Clube de Química da instituição pesquisada, era formada por eleição em que os sócios do clube votavam em assembleia e escolhiam a chapa[38] que venceria (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964). Para isso, era realizada campanha eleitoral e em 1954, às 21h, na quadra de basquete do Instituto de Educação, os candidatos a

[38] Em 1956, para a eleição da diretoria do Clube de Química, foi realizada uma assembleia em que compareceram 38 alunos e em 1962, para a eleição da diretoria do Clube de Química, concorreram duas chapas uma presidida por um estudante do Curso Colegial Científico diurno denominada de chapa da amizade a outra pelo estudante do segundo ano do Curso Clássico noturno, denominada de chapa 62, a chapa da amizade venceu. Ressalta-se que em 1960, uma das assembleias do Clube de Química foi realizada no salão da prefeitura municipal de Presidente Prudente/SP (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964), indícios de que esse clube era apoiado pela prefeitura da cidade.

presidente e a orador do clube se dirigiram aos alunos-eleitores do Curso Colegial (PEIXOTO, 1954a).

Os sócios do Clube de Química pagavam mensalidades, localizou-se que os sócios desse clube pagavam 100 cruzeiros por mês e recebiam uma carteirinha de sócios (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

O sócio do Clube de Química deveria ser aluno ou antigo aluno do instituto, entretanto, não era permitido que todos os alunos participassem como no caso em que dois alunos foram impedidos de serem sócios desse clube, pois eram considerados como "[...] elementos nocivos ao quadro de sócio desde que viveu maldizendo o clube e desfazendo dos membros da diretoria." (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964, p. 19).

Havia uma preocupação com o número de sócios desse clube, como em maio de 1959, quando se mencionou na reunião da diretoria do Clube de Química sobre a necessidade de realizar um apoio para se ter presente mais sócios no clube, como é explicitado a seguir:

> [...] o presidente do Conselho e orientador do clube de química, o prof. Darcy Marcondes nesta ocasião falou aos representantes da classe e demais membros dessa diretoria, como se encontrava a situação do clube, quer na parte financeira, social, e pedindo um incentivo para as aulas práticas, fêz um apelo aos representantes que assumissem o maior número de sócios possíveis, pois sem isso o clube não poderia movimentar-se, não podendo realizar as excursões científicas, pedagógicas[39] que estão programadas para êste ano. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964, p. 1).

[39] No próximo tópico, menciona-se sobre essas excursões.

Dentre os benefícios dos sócios do clube estava a participação em científicas realizadas pela diretoria do Clube de Química. Além dessas, em 1962, os sócios do clube passaram a ter assistências que não havia antes, ou seja, passaram a ter os seguintes descontos: 35% em consulta com o Dr. Adônio, 20% com o dentista Nivaldo Grigalli, 10% na farmácia São Sebastião, 10% na sapataria Pigalle, 5% na Loja Regência, 10% na Lojas Irene de roupa, 10% de livros na livraria Godoy e 5% nos artigos escolares (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964)[40].

O Clube de Química também realizava atividades de competições em esportes, palestras, exposições e participava na construção de aspectos físicos da instituição pesquisada. Para isso, buscava arrecadar dinheiro com: "brincadeiras dançantes" realizadas aos sábados e domingos, bailes, concursos de beleza, entre outras atividades em que era cobrado o valor da entrada aos participantes (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Dentre as palestras, em 1956, teve uma com um tema sobre o petróleo e os minerais atômicos que foi ministrada pelo Dagoberto Sales e dentre as exposições nesse mesmo ano foi realizada uma sobre a força atômica e em 1957 sobre o algodão e a riqueza mineral do país (CR$ 20.000,00 AO CLUBE..., 1957).

Em 1954, houve um conflito do Clube de Química relacionado com a criação de uma faculdade na cidade, pois a Câmara Municipal de Presidente Prudente/SP aprovou um requerimento para a elaboração de uma comissão para colaborar na campanha que buscasse a criação de uma

[40] Após assembleia em que foi mencionado esse desconto, o ex-presidente do Clube de Química pediu a palavra e relatou que não fez mais pelo clube porque não recebeu apoio da diretoria e do conselho, ele foi refutado por um membro da diretoria do clube que mencionou que esse ex-presidente também havia recebido apoio (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

faculdade na cidade. A comissão foi nomeada e após isso, um professor, presidente do Clube de Química publicou um ofício na imprensa em que

> [...] em termos pouco corteses, taxava de inutil a propositura aprovada pela edilidade, dispensando mesmo a colaboração bem intencionada do legislativo, uma vez que, segundo afirmava o ofício, a campanha pela criação das faculdades era de iniciativa exclusiva do Clube de Química, e êste não estava disposto a admitir intromissão politica no seu trabalho. A Câmara que fechasse o "bico", porque as faculdades já vinham vindo por ai, mercê do prestígio e da atuação desassombrada do Clube de Química, que tudo fez e tudo conseguiu. (VOTO..., 1954, p. 1).

Um vereador da cidade criticou o ofício e comprovou com documentos que antes da existência do Clube de Química ele e a câmara estavam envolvidos em várias causas do ensino da cidade inclusive da faculdade. Depois foi revelado que o autor intelectual do ofício foi um político local tido como "fracassado" (VOTO..., 1954, p. 1).

O Clube de Química tinha um relacionamento conflituoso com as normalistas do Instituto de Educação "Fernando Costa", como é possível constatar em 1957, quando a diretoria desse clube após mencionar que as normalistas criticavam o clube decidiu:

> [...] cortar essas relações [com as normalistas] pois elas gozam desse direito mais que um sócio. [...] Fica deliberado que a partir desta data o clube de Química corta os direitos com o clube de Pedagogia, das regalias que tivemos até agora e pedimos a retirada dos materiais o mais breve possível. O senhor Antonio disse que as normalistas necessitam de livro e então será ruim se fecharmos a sede para elas [...] nada deve ser comentado antes do fim dos exames. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964, p. 25).

Apesar de o Clube de Química ter tido um relacionamento conflituoso com as normalistas, é possível constatar indícios de que o Clube de Química tinha um relacionamento amigável com o Órgão de Cooperação Escolar, pois em novembro de 1956, esse órgão desejava realizar um empréstimo financeiro ao clube para a compra de um amplificador (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Relacionamento que também é possível verificar com o Clube de Sociologia, quando o Clube de Química em 1958, emprestou sua sede para que esse outro clube mencionado pudesse utilizar para as reuniões (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Dessa forma, o Clube de Química da instituição pesquisada, tinha uma diretoria que realizava reuniões. Entre 1956 e 1964, essa diretoria, realizou 61 reuniões, dessas, em 24 foram tratados de aspectos financeiros do clube, ou seja, de desfiles de moda, bailes, rifas, concursos de beleza, brincadeiras dançantes e venda de flâmulas para arrecadar dinheiro para o clube. Em 36 reuniões não foram tratados dos aspectos financeiros do clube e em uma reunião não foi possível identificar o que estava manuscrito na ata.

A seguir no Quadro 8, apresentam-se os principais temas tratados nas reuniões em que foram mencionados os aspectos financeiros do clube:

Quadro 8 - Temas das reuniões do Clube de Química que foram tratados de aspectos financeiros

TEMAS DAS REUNIÕES	QUANTIDADES DAS REUNIÕES
Desfile de moda	1
Bailes e concurso de beleza	15
Festa	1
Rifas	3
Venda de flâmulas	1
Levantamento da situação financeira do clube	2
Balancete de campanha em que envolveu livros, cartazes e lanches	1
Total	**24**

Fonte: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas (1956-1964).

Em relação aos "Bailes e concurso de beleza" havia o concurso intitulado *Rainha do Algodão* em que o Clube de Química escolhia moças tidas como bonitas, elegantes e simpáticas. Após isso, havia a venda de votos (principalmente pelas candidatas escolhidas) e a moça que vendia mais votos era coroada como rainha.

Para a coroação da rainha era realizado um baile em que se cobrava a entrada, cada moça representava uma fábrica da cidade de Presidente Prudente/SP. Em 1956, o Clube de Química escolheu nove moças, uma delas era Luciria Pessutti que é possível visualizar a seguir, com a Figura 18:

Figura 18 - Candidatas ao concurso do Clube de Química do Instituto de Educação "Fernando Costa"

Fonte: (EMPOLGA..., 1956).

Nesse ano, o baile do concurso em questão seria realizado em agosto no salão da agência *Volkswagen* cedido pelo gerente, por intermédio da Associação Comercial. Ao tratar desse baile em entrevista ao jornal *O Imparcial* o estudante Régio Marzio Funari presidente do Clube de Química, mencionou que o baile seria "[...] noite de gala, para a nossa sociedade, que disputam o honroso título de rainha e consequentemente o título de representante da beleza feminina [...]" (EMPOLGA..., 1956, p. 1).

Na segunda imagem da Figura 18, tem-se Dina Nardi que era uma professora da Escola Primária em Presidente Prudente/SP e Pirapozinho, segundo Dina, se ela ganhasse o concurso, ela faria tudo "[...] no sentido de bem representar a elegância Prudentina." (CANDIDATA..., 1956, p. 1). Assim, o baile realizado pelo Clube de Química para arrecadar dinheiro estava além do caráter financeiro.

As necessidades financeiras do clube eram diversas e dentre as necessidades para tratar de aspectos financeiros nas reuniões do Clube de Química, estavam os gastos com excursões científicas, com palestrantes e com dívidas financeiras. Como é possível constatar em agosto de 1956,

quando houve uma reunião do Clube de Química da instituição pesquisada em que foi tratada da realização do Baile de Algodão Doce e da venda das flâmulas, que não possibilitaram o lucro que a diretoria do clube pretendia para saldar a dívida com a Associação Comercial, por isso, realizariam outro baile.

Assim, a partir, da realização desse outro baile, em setembro de 1956, foram quitados os gastos do clube em questão com a associação comercial, contudo, na reunião realizada em outubro de 1956, é mencionado que o clube estava com uma dívida de 32 mil cruzeiros (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Além disso, a arrecadação de dinheiro também era para aperfeiçoar o próprio Clube de Química, como em julho de 1957, quando os membros da diretoria do clube mencionaram que o baile realizado pelo clube resultaria na instalação de uma biblioteca, para isso, solicitaram auxílio ao Rotary clube da cidade, para vender convites dos bailes (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

A realização de atividades para arrecadar dinheiro para o Clube de Química gerava conflitos entre a diretoria desse clube que nas reuniões mencionava que determinados integrantes não trabalhavam.

A exemplo tem-se, julho de 1956, quando um professor que era diretor de publicidade do clube, foi criticado por demorar a realizar a organização de um baile. Após essa reunião mencionada, houve outra em que foi lida uma carta do professor criticado e nessa carta esse professor solicitou a demissão dele do cargo, mencionando que não estava cumprindo com as suas obrigações de diretor de publicidade (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Além desse conflito, ressalta-se que em novembro de 1957, o presidente do clube em questão, mencionou que todos os membros da diretoria do clube naquele ano não contribuíram de maneira eficaz realizando poucas ações e não foram atingidos os objetivos. Com isso, um professor respondeu que a gestão ficou sem dívidas e "[...] atribuiu ao senhor presidente palavras muito pesadas e severas." (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964, p. 36).

O livro de ata das reuniões da diretoria do Clube de Química contém registros a partir de junho de 1956 e em setembro de 1956, teve-se o primeiro registro na ata da diretoria do Clube de Química em que não foram tratados de assuntos relacionados com a arrecadação de dinheiro, mencionando que o clube iniciaria a realização de debates de natureza química e faria excursões (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964). Nas reuniões que não foram tratados dos aspectos financeiros, foram tratados dos seguintes aspectos:

Quadro 9 - Temas das reuniões do Clube de Química que não trataram de aspectos financeiros

TEMAS DAS REUNIÓES	QUANTIDADE DAS REUNIÓES
Competição e\ou excursão	2
Aspectos de organização do clube	2
Queixas sobre membros da diretoria que não comparecem às reuniões	1
Avaliação do ano	3
Planejamento da conferência sobre petróleo e sobre minerais atômicos[41]	1
Construção do prédio de química	1

Continua

[41]Essa conferência não foi realizada, como se constata na ata da reunião seguinte a mencionada (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas,1956-1964).

Eleição para a diretoria do clube de química	5
Posse ou organização da posse para a diretoria do clube de química	13
Necessidade do clube ter mais sócios	1
Criação de comissões auxiliares.	1
Reinício do Clube de Química[42]	2
Orientação para a nova diretoria do Clube de Química	1
Vantagens dos sócios do Clube de Química	1
Participação do clube na construção da quadra de esportes do Instituto de Educação "Fernando Costa"	2
Total	**36**

Fonte: INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, (1956-1964).

Em relação aos temas do Quadro 9, ressalta-se a construção da quadra, pois em 1960, um engenheiro de esportes visitou a instituição em questão e certificou que realizaria a construção de uma nova quadra de jogos por reconhecer que a quadra não apresentava "[...] condições satisfatórias e a sua reforma seria desaconselhável." (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ata, 1959-1966, p. 16).

Porém, essa quadra não foi construída, pois em 1964, na sede social do Clube de Química a diretoria desse clube realizou uma reunião em que foi decidido que o clube participaria da construção da quadra de esportes do Instituto de Educação "Fernando Costa". Para isso, a fim de arrecadar verbas, o clube decidiu participar da quermesse da cidade.

[42] Por duas vezes o Clube de Química encerrou suas atividades e a reiniciou novamente no ano de 1961 e 1963, como será mencionado adiante (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964, p. 48).

Além dessas atividades mencionadas, o Clube de Química participava de competições de esportes e em 1956. Na semana da pátria, recebeu a primeira taça em que ganharam na modalidade de bola ao cesto masculino. Para essas competições havia um treinador de esportes e uniformes específicos (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Dentre as atividades que não trataram de aspectos financeiros, destaca-se a que ocorreu em novembro de 1956, em que a diretoria do clube em questão decidiu que haveria a "Semana do Clube de Química". (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Em agosto de 1960, na reunião do Clube de Química foi tratado da conferência que seria realizada no salão nobre da prefeitura da cidade pelo professor da faculdade de Assis/SP, foi decidido que as despesas com esse professor seriam repartidas com o clube de química, clube de sociologia e se necessário com a casa dos estudantes (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Depois dessa reunião mencionada, a próxima ocorreu após um ano e há indícios de que o clube havia finalizado seu funcionamento, como na reunião de agosto de 1961, em que o professor Elias sentiu "[...] a necessidade de restauração do Clube de Química [...]" (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964, p. 48), nesse mesmo ano, foi aprovada a reforma da sede do clube. Em 1963, o Clube de Química, encerrou seu funcionamento e em maio de 1964, o clube passou a funcionar novamente.

Em maio de 1964, na primeira reunião da nova diretoria do Clube de Química, após um ano sem diretoria "Tratou-se na ocasião de saber se havia verba do clube [...] [não se sabia de quanto], pois o clube estava há

um ano ou mais sem diretoria e toda a verba estava entregue a direção do I.E." (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964, p. 66).

Há indícios de que o funcionamento do Clube de Química do Instituto de Educação "Fernando Costa" ocorreu até agosto de 1964, pois as atas das reuniões da diretoria desse clube foram registradas até esse ano e as próximas folhas permaneceram sem registros (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Ressalta-se que o Clube de Química estava mais relacionado com o Curso Colegial, era um espaço efetivo de participação de alunos e professores. Os sócios desse clube, eram alunos ou antigos alunos da instituição que pagavam mensalidades que eram revertidas em palestras, excursões científicas, instalação de biblioteca, construção da quadra de esportes, dentre outros aspectos da instituição.

Diante disso, em 39,3% das reuniões realizadas pelo Clube de Química, foram tratados dos aspectos financeiros, especificamente de planos para arrecadarem dinheiro, fato que também gerava conflitos entre os integrantes do clube.

Com isso, o Clube de Química da instituição pesquisada, na busca de arrecadar verbas financeiras para realizar suas atividades, tornou-se um clube social com a participação de alunos e professores, realizando atividades além do espaço institucional, lutando pela faculdade da cidade e trazendo bailes que se tornaram tradição para a cidade.

Como mencionado, o Clube de Química da instituição pesquisada, realizava excursões visitando indústrias, refinarias, cursos e etc. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

As excursões Realizadas pelo Clube de Química eram tidas como iniciativa do professor Rubens Côrrea Leite "[...] catedrático de química

do Instituto que já realizou outra grande excursão. Como vimos é um professor que toma a si todas as responsabilidades de tão grande realização e responsabilidade." (PEIXOTO, 1954b, p. 3).

Em 1953, a excursão consistiu na ida até o Colégio Estadual e Escola Normal de Assis, na ida a oficinas e Curso de Aprendizagem da destilaria e fábrica de refrigerante efetuando-se várias competições esportivas. Ainda nesse ano, foram para São Paulo onde visitaram Diários Associados, o Palácio do Governo e a Assembleia Legislativa. Visitaram em Mogi das Cruzes/SP, a Industria de Artigos Refratários, a Fábrica de Papel e a Fábrica de Porcelana Mogi Ltda (CR$ 20.000,00 AO CLUBE..., 1957).

Em maio de 1954, os alunos do Curso Colegial da instituição pesquisada, visitaram

Mogi das Cruzes/SP. Para isso, o Clube de Química recebeu a doação de 30 passagens pelo diretor da Estrada de Ferro Sorocabana. Nessa excursão, o objetivo eram os alunos estudarem a usina siderúrgica da Mineração Geral do Brasil, a Industria Brasileira de Artigos Refratário e a indústria Nitro Química Brasileira (PEIXOTO, 1954b).

Em 1956, em excursão a São Paulo visitaram os Diários Associados, Instituto Butantã e o Instituto Adolf Luiz em São José dos Campos, a Indústria Tecnológica de Artefatos (Ita), a Destilaria do Petróleo Ucião, e em Mogi das Cruzes/SP, visitaram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e a Mineração do Brasil (CR$ 20.000,00 AO CLUBE..., 1957).

Em setembro de 1956, participaram o Ginásio e o Curso Normal do Instituto de Educação "Fernando Costa". Após essa excursão, em reunião da diretoria do Clube de Química, mencionou-se que os alunos

que faltaram seriam punidos. Relatou-se que não poderiam participar das excursões os alunos que não fossem sócios do clube em questão (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964).

Em novembro de 1956, em reunião do Clube de Química, foi mencionado que o Instituto de Educação em questão, ao relatar sobre as excursões mencionou que "[...] as normalistas[43] só foram namorar e passear em São Paulo e uma prova disto podemos ver na visita ao Senai, elas estavam dormindo na classe diante de um assunto que muito lhes interessavam [...]" (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1956-1964, p. 25). Nessa reunião, também foi mencionado que as normalistas fizeram um trabalho sobre a excursão que foi "mal feito" e não foram registrados o nome do excursionista que era o Clube de Química.

Diante do exposto, constata-se que o Clube de Química da instituição pesquisada, fazia excursões para os sócios desse clube. Essas excursões consistiam em visitas a refinarias, indústrias e cursos. Após essas excursões, há indícios de que os alunos deveriam realizar trabalhos sobre as visitas, ou seja, as excursões consistiam em instrumentos de ensino e avaliação aos alunos do Ensino Secundário do Instituto de Educação "Fernando Costa". Baseados nas vivências, na experimentação, ressalta-se que em 1956, os alunos que faltassem a excursão sofreriam punições.

Ao apresentar o Clube de Química do Instituto de Educação "Fernando Costa" foi possível constatar que em meio à importância desse clube e a participação de alunos e professores, havia muitos conflitos. Dentre esses, destaca-se os com as normalistas que desfrutavam dos benefícios que os sócios pagavam para poderem desfrutar. Além dos conflitos internos que ocorriam com os próprios membros do clube ao

[43] Na fonte utilizada, normalistas estava no feminino conforme redigido.

buscarem arrecadação de dinheiro para efetuar o pagamento das dívidas do clube.

Dessa forma, no Clube da instituição pesquisada, havia a predominância de conflitos por motivos financeiros, especificamente pela falta de dinheiro para excursões, palestrantes e para compor a biblioteca do clube. Falta que fazia com que realizassem e pensassem em diversas atividades que acabavam gerando conflitos, por discordância ou por ausência de cooperação de determinados membros.

3.4 Os pais: Associação de Pais e Mestres do Curso Primário Anexo

Nesta seção verificam-se indícios de que a Associação de Pais e Mestres do Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa" visava aproximar os pais da instituição, para estabelecer uma relação diretiva em que os pais eram dirigidos para auxiliarem a escola no trabalho com o filho e contribuírem financeiramente com a instituição.

No Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa" havia uma Associação de Pais e Mestres que se reunia "[...] para tratar de assuntos relacionados com a criança e a escola. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1971, p. 2). Em uma dessas reuniões, em 1971, a diretora, falou para os professores sobre como deveria ser o trabalho com as crianças do Curso Primário Anexo e entregou aos pais as normas de convivência Pais/Escola.

Nessas normas era mencionado que:

> O desenvolvimento da aprendizagem da criança, na escola nova, depende da cooperação de V. Sas. Para tanto, solicitamos a sua participação para estas normas: 1. zelar pelo material da criança; 2.

> Verificar, diariamente as tarefas das crianças (caseiras); 3. Acompanhar a aprendizagem da criança; 4. Observar o comparecimento às aulas; 5. Cuidar da higiene pessoal da criança principalmente da higiene do uniforme; 6. Medicar a criança em casa não mandando-a para a escola febril; 7. Esperar em dias chuvosos a chuva passar para mandar a criança à escola, 8. colaborar na medida do possível e também do disponível, com a escola, nas suas necessidades; 9. Manter-se em contacto com a direção da escola, não só quando solicitado, mas mensalmente, sem interferir no andamento didático da classe, para acompanhar a aprendizagem da criança seu filho; 10. Dar o apoio necessário ao seu filho, para que êle integre na escola confiantemente (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1971, p.2).

Os tópicos das normas citados foram comentados com os pais que foram convocados para cooperarem na tarefa de educarem as crianças. Além disso, foi solicitado aos pais auxílio financeiro para a compra de um filtro para a escola e esses pais auxiliaram.

Em 1972, a reunião da Associação de Pais e mestres do Curso Primário em questão, teve como objetivo inserir os pais em contato com a escola, além disso, solicitou-se que eles seguissem as normas internas da instituição (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1971).

Em 1973, a reunião dessa associação visava aproximar os pais da escola para que tivessem conhecimento do planejamento do ano letivo, nessa reunião, os professores elaboraram normas mencionando:

> 1º) que o planejamento fosse bem executado, 2º) que fossem dadas tarefas escolares para melhor verificação. 3º) criatividade. 4º) desenvolver o gosto para a boa leitura. 5) Estudo coletivo (da classe) das tabuadas. 6º) Disciplina. 7º) Horário. 8º). Uniforme. 9º) Responsabilidade. 10º) Contrôle nos horários de programas de televisão. Essas normas foram dadas ao conhecimento dos pais para que

> cooperassem com a escola em benefício dos filhos. (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1971, p. 6).

Ainda nessa reunião, solicitou-se auxílio espontâneo e financeiro dos pais para compra de material escolar, esse auxílio recebido foi depositado pela tesoureira da associação.

Na reunião da Associação de Pais e Mestres, realizada em agosto de 1973, buscou-se tratar de assuntos relacionados com a criança, para isso, mencionou-se sobre o que se esperava e os objetivos concretizados, além disso, houve a entrega das avaliações realizadas pelas crianças e foram solicitados auxílio dos pais na cooperação da realização das tarefas pelos filhos. Durante essa reunião, houve um convite para os pais e mestres participarem de uma festa organizada pelas normalistas e alunos do Instituto de Educação "Fernando Costa" (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1971).

Em fevereiro de 1974, a finalidade da reunião da associação em questão, consistia em inserir os pais em contato com a escola e com o planejamento escolar. Solicitou-se que os pais auxiliassem na hora de entrada, saída, na limpeza da escola e observassem os uniformes, as tarefas dos filhos, assim como o excesso de programas de televisão assistidos por esses. Foi solicitado o auxílio espontâneo dos pais para a compra de material escolar dos alunos e a tesoureira depositou na caixa o auxílio recebido (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1971).

Em fevereiro de 1975, na reunião da associação em questão, ocorreu a formação do conselho deliberativo e fiscal da Associação de Pais e Mestres.

Além desses temas, na reunião da Associação de Pais e Mestres do Instituto de Educação "Fernando Costa", também foi tratado sobre o tema

avaliação em que foram estabelecidos conceitos para as avaliações, compreendendo que se deveria evitar que a criança soubesse dos resultados e em uma das reuniões, entregaram-se as provas dos filhos aos pais (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1971).

Em outra reunião da associação em questão ocorrida em setembro de 1971, foram apresentados trabalhos realizados pelos alunos nos meses de agosto e setembro. Houve uma conversa com os pais dos alunos que apresentaram "problemas", mostraram-se as notas, as avaliações e foi solicitado apoio dos pais para a assistência aos filhos. Explicou-se aos pais sobre as provas finais e que os alunos da 1ª e 4ª série seriam aprovados automaticamente, mas os alunos da 2ª série do Instituto de Educação somente seriam aprovados se obtivessem 50 de média (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, atas, 1971).

Na busca dessa relação era mostrado para os pais os trabalhos realizados a partir das avaliações bimestrais, dos boletins e dos trabalhos realizados em classes. Dessa forma, a relação entre o Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa" e os pais dos alunos, não era uma relação em que os pais poderiam participar efetivamente da transformação da instituição, mas era uma relação em que visava que os pais fizessem cumprir normas estabelecidas pela diretora e pelos professores do curso.

Para finalizar este Capítulo em que foram apresentados aspectos fragmentários das vivências dos membros participantes do Instituto de Educação "Fernando Costa", é possível constatar que os diretores dessa instituição, tinham uma relação de reconhecimento por parte dos inspetores escolares estaduais que os elogiavam pelo trabalho realizado.

Diretores que supervisionavam os professores que realizavam atividades para além da sala de aula e que eram influentes na sociedade

prudentina. Professores que trabalhavam diretamente com os alunos que eram punidos quando se desviavam das normas e alunos que se formavam em locais de destaque da cidade de Presidente Prudente/SP, tendo pais que não participavam diretamente da instituição, mas eram aproximados do Instituto de Educação "Fernando Costa" em questão, a fim de auxiliarem no cumprimento das normas estabelecidas pelos gestores.

CONCLUSÃO

Estudar um Instituto de Educação é complexo por ser uma instituição que abrangia diversos níveis de ensino. A complexidade aumenta ao se considerar que não é possível tratar de uma história genérica das Instituições Escolares, pois cada instituição é única e dessa maneira única teve suas fontes preservadas ou descartadas, fontes que quando preservadas muitas vezes são fragmentadas.

Verificou-se que não havia trabalhos acadêmicos tendo o enfoque do Instituto de Educação "Fernando Costa" e a pesquisa desenvolvida e apresentada neste livro, está no âmbito das pesquisas sobre Instituições Escolares que consideram a Cultura Escolar de cada instituição buscando examinar as singularidades.

Realizando uma pesquisa com abordagem histórica que se inicia na própria instituição, utilizando principalmente as fontes primárias do arquivo permanente do local pesquisado. Dessa forma, utilizou-se principalmente as fontes primárias (variáveis internas) sobre esse Instituto de Educação, buscando articular com os jornais e a legislação (variáveis externas).

A partir disso, constatou-se que na cidade de Presidente Prudente/SP, em 1953, ocorreu a transformação do Colégio Estadual e Escola Normal Dr. "Fernando Costa" em Instituto de Educação "Fernando Costa".

O Instituto de Educação "Fernando Costa" funcionou por 22 anos. Enquanto que sua transformação em Instituto de Educação foi reconhecida como desenvolvimento pelos habitantes da cidade, a sua

extinção para se tornar Escola Estadual de 2º grau, causou indignação e manifestações contrárias dos prudentinos.

No edifício em que teve o funcionamento o Instituto de Educação "Fernando Costa", há o predomínio da arquitetura retílinea, das escadas e dos andares, tendo a representação da grandiosidade ao ocupar um quarteirão de um terreno localizado em uma região central da cidade. Constata-se que esse prédio não foi construído exclusivamente para ocupar esse Instituto de Educação, mas foi projetado e elaborado para a ocupação de uma determinada Instituição Escolar.

O Curso Primário Anexo do Instituto de Educação "Fernando Costa" "Fernando Costa" era utilizado pelo (a) professor (a) da disciplina "Prática de Ensino" na formação dos alunos do Curso Normal desse Instituto de Educação. Assim, constatou-se que os alunos que realizavam o Curso Primário nessa instituição, tinham um ensino diferenciado, com observação dos normalistas, com a participação de professores do Curso Normal e com o treinamento desses futuros docentes.

Para os alunos do Curso Primário Anexo ao Instituto de Educação "Fernando Costa", em um primeiro momento, era considerada a avaliação para verificar a possível "maturidade da criança". A partir disso, as crianças eram classificadas para que ocorresse a alfabetização em classes que fossem a mais homogênea possível. Posteriormente, os alunos eram avaliados de acordo com respostas escritas, memorizadas a partir de conteúdos solicitados pelos professores.

Nesse Curso Primário havia uma Associação de Pais e mestres que visava aproximar os pais da instituição, para estabelecer uma relação diretiva em que os pais eram dirigidos para auxiliarem a escola no trabalho com o filho e contribuírem financeiramente com a instituição.

No Ensino Secundário da instituição pesquisada, especificamente no Curso Colegial, havia um Clube de Química, que se tornou um clube social com atividades além do espaço institucional, com professores e alunos lutando pela faculdade da cidade e trazendo bailes que se tornaram tradição para Presidente Prudente/SP.

Esse clube continha uma dimensão econômica e um conflito existencial. Além disso, com esse clube eram realizadas excursões para os sócios, excursões que visavam ensinar aos alunos baseados nas vivências.

No Curso Colegial do Instituto de Educação "Fernando Costa" houve a maior quantidade de alunos. Tanto no arquivo permanente da Escola Estadual "Fernando Costa", como nos jornais prudentinos, foram localizadas uma grande quantidade de fontes sobre o Clube de Química desse instituto.

Clube que auxiliava na formação de professores no momento em que possibilitava que os alunos do Curso Normal utilizassem os livros da biblioteca que foi instalada por esse clube. Além disso, esse clube trazia melhoria física para a instituição em que eram formados os professores, trazendo também palestras e realizando um ensino que ocorria como no curso de formação de professores, ou seja, com prática e experimentação.

Além desse clube, no Instituto de Educação "Fernando Costa" havia outros que contribuíam para a formação de professores, como o Clube de Estudos Pedagógicos que estava relacionado com os alunos do Curso Normal e do Curso de Aperfeiçoamento da instituição pesquisada. Nesse clube se buscava aprender, principalmente, sobre métodos de ensino.

Em relação aos membros da instituição pesquisada, é possível constatar que os diretores eram elogiados pelos alunos, professores e pelos

Inspetores Escolares Estaduais. Os professores, além de ensinarem, preocupavam-se com atividades que pudessem dar visibilidade a instituição e ao seu trabalho e dentre o quadro de professores havia os influentes na sociedade que escreviam na imprensa e decidiam aspectos importantes para a cidade.

Os alunos do Curso Ginasial, do Curso Colegial, do Curso Normal e de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação "Fernando Costa", comumente eram selecionados com exames de admissão em que eram aprovados os alunos com as melhores classificações. Ser selecionado para estudar no Instituto de Educação "Fernando Costa" significava esforço e *status* e durante todo esse processo, a imprensa prudentina era utilizada, para a divulgação da abertura de vagas e do resultado final.

A formação que ocorria no Instituto de Educação "Fernando Costa" tinha conflitos que envolviam diretores, professores e alunos e esses conflitos eram solucionados de maneiras diversas. Dentre as soluções estavam as punições (advertências ou repreensões, suspensões e transferências ou expulsões) que visavam inculcar condutas aos alunos dessa instituição.

Com as condutas desejadas, abrangia-se o ato de se submeter aos funcionários, professores e diretores, cumprindo as normas que eram impostas e/ou vigiadas pelos sujeitos da instituição. Os alunos quando fossem se retirar da instituição, fora do horário combinado, deveriam solicitar autorização, também deveriam desfilar dos momentos cívicos da cidade, permanecendo em silêncio nas aulas e usando uniforme da instituição.

Constatou-se que o Instituto de Educação "Fernando Costa", funcionou buscando um diálogo com a comunidade, que era possibilitado principalmente, com o Clube de Química e com o jornal da cidade. Jornal

que atendia as reclamações de professores, alunos e da comunidade do Instituto de Educação, tendo um espaço específico para que uma professora dessa instituição publicasse textos que contribuíam com a formação dos professorandos.

Diante do exposto, foram apresentados elementos gerais do Instituto de Educação "Fernando Costa" que era um espaço e um lugar em que se privilegiava a formação de professores, tendo para isso, vários níveis de ensino. Assim, espera-se que este livro possa contribuir com o avanço do conhecimento na importante área da história da formação de professores e da história das instituições escolares.

REFERÊNCIAS

ABREU, Dióres Santos. **Poder político local no populismo**: Presidente Prudente (SP) 1928-1959. Presidente Prudente: Impress, 1996.

ABREU, Dióres Santos. **Recortes.** Presidente Prudente: Impress, 1997.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação***:* a paixão pelo possível. São Paulo: Unesp, 1998.

ANDRADE, Jayir. Ensino Secundário e Normal. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 15 jan. 1956. Coluna de Ensino, p. 3.

A REDISTRIBUIÇÃO da Rêde Física escolar gera os primeiros protestos em Presidente Prudente. Presidente Prudente. **O Imparcial,** Presidente Prudente, p. 1, 3 dez. 1975b.

A REDISTRIBUIÇÃO da rede física escolar segundo as autoridades. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3,19 dez. 1975c.

A REDISTRIBUIÇÃO da rêde física escolar, segundo o seu programa. Presidente Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 15, 27 nov.1975a.

BARROS, Helena Faria de *et al*. A importância do curso aperfeiçoamento do Instituto de Educação de Presidente Prudente na formação dos professores (1953-1976). *In*: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES - 2007 Unesp - UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - PRO-REITORIA DE GRADUAÇÃO, 9., 2007, São Paulo. **Anais**... São Paulo, 2007. p. 27-36. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/4CGerarPD.pdf. Acesso em: 18 jul. 2020.

BARROS, Helena Faria de; RODRIGUES, Eluiza de Rezende. Anexo D. Curso Primário Anexo- uma impressão. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 26 de abr. 1981. Instituto de Educação Fernando Costa – 40 anos, Suplemento Comemorativo. p. 11-12.

BARROS, Helena Faria de. **Currículo do sistema de currículo Lattes**. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Plataforma Lattes, 2020. Disponível em: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4788077T9 Atualizado em: 12 dez. 2015. Acesso em: 8 set. 2020.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Ação política e expansão da rede escolar. **Pesquisa e Planejamento**, São Paulo, n. 8, p. 5-23, 1964.

BELIEIRO, Thiago Granja. Dióres Santos Abreu: pioneirismo e história em Presidente Prudente. *In*: PAULA, Ricardo Pires de *et al*. **Presidente Prudente**: uma cidade muitas histórias. Presidente Prudente: [s.n.], 2012. p. 13-21.

BENCOSTTA, Marcus Levy Albino. Arquitetura e Espaço Escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928). **Educar**, Curitiba, n.18, p. 103-141, 2001. Disponível em: http://www.scInstituto de Educaçãolo.br/pdf/er/n18/n18a08.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

BIBLIOTECA especializada do Clube de Quimica. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 1 out.1957.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. Do Instituto de Educação à faculdade de filosofia da universidade de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 142, p. 188, p. 207, jan./abr. 2011. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/124/128. Acesso em: 31 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 5692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. *In*: RAMA, Leslie Maria José da Silva. **Legislação do ensino**: uma introdução ao seu estudo. São Paulo: EPU, 1987. p. 127-144.[44]

BUFFA, Ester; PINTO, Gelson de Almeida. **Arquitetura e educação***:* organização do espaço e propostas pedagógicas dos Grupos Escolares Paulistas, 1893/1971. São Carlos: EDUFSCar; Brasília, DF: INEP, 2002.

CABRAL, Maria Aparecida da Silva. **A invenção do aluno***:* a implantação do Primeiro Gymnasio da Capital, São Paulo (1894-1917). 2002. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

[44]Essa Lei acessada, estava com as alterações introduzidas a partir da Lei nº 7.044/82 (RAMA, 1987).

CAMARGO, Marilena Aparecida Jorge Guedes. **Coisas Velhas**: um percurso de investigação sobre cultura escolar no Instituto de Educação Joaquim Ribeiro de Rio Claro. 1997. 217 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão. *In*: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Lucia Gaspar da (orgs.). **Feminização do magistério**: vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista: Edusf, 2002. p. 13-37.

CANDIDATA a rainha do algodão. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 17 jun.1956.

CARDOSO, Antônio Ruy. Das atribuições de classes. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 9, 24 jun.1956.

CARVALHO, Waldermir Bittencourt. Instituto de Educação "Fernando Costa". **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 23 abr.1954.

CELESTE FILHO, Macioniro. Os conflitos na Escola Normal de Piracicaba em meados da década de 1930. **História da Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 48, p. 213-233, jan./abr. 2016. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/vInstituto de Educaçãow/52821. Acesso em: 16 jul. 2020.

CINEMATÓGRAFO. **Michaelis***:* moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/ditafone%20_947547.html. Acesso em: 2 ago. 2020.

CLUBE de Quimica do Instituto de Educação Dr. Fernando Costa. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 14 set.1957.

COLÉGIO ESTADUAL E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Ata**. Presidente Prudente**,** 1953-1955. 30 f.

CONCEIÇÃO, Aline de Novaes. Instituto de educação "Fernando Costa" (1953- 1975): um instrumento de pesquisa. Marília, 2014 (Digitado). *In*: CONCEIÇÃO, Aline de Novaes. **O Instituto de Educação de Presidente Prudente/SP (1953-1975):** elementos para a história de uma instituição escolar. 2017. 347 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. p. 154-320. Disponível em: file:///C:/Users/novae/Downloads/conceicao_an_me_mar%20(2).pdf Acesso em: 7 set. 2020.

CONCENTRAÇÃO de professores em Marilia. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 7, 19 set. 1975.
CONCLUSÃO do prédio da Escola Normal. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 27 ago.1953.

CONDIGNAMENTE comemorado o Dia do Professor- Instituida a 'Semana São Paulina'- A conferencia do Dr. José Geraldo Vieira – Inaugurações e solenidades importantes-Outros Fatos. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 19 out.1955.

CR$ 20.000,00 AO CLUBE de Quimica. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3 e 12, 1 jul.1957.

DADOS Historicos sobre a criação do Ginásio do Estado para Presidente Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 4, 14 set.1957.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Ferreira Fátima. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.86, p. 5-14, ago.1993.

DICIONÁRIO de arquitetura. Disponível em: http://www.ebah.com.br/content/ABAAABb98AA/dicionario-arquitetura?parte=2. Acesso em: 22 jun. 2015.

DINIZ, Carlos Alberto. **A educação secundária no interior paulista**: estudo histórico sobre o Ginásio estadual de Matão (1940-1965). 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2012.

DINIZ, Carlos Alberto. A expansão da escola secundária e o campo político do estado de São Paulo (1947-1964). *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO: MATRIZES INTERPRETATIVAS E INTERNACIONALIZAÇÃO, 8., 2015, Maringá/PR. **Anais**... Maringá/PR: Universidade Estadual de Maringá, 2015. p. 1-14. Disponível em: http://8cbhe.com.br/media/doc/640726c5a2e941871ed66df17871f52f.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

DITAFONE. **Michaelis***:* moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1998. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/ditafone%20_947547.html. Acesso em: 2 ago. 2020.

EDUCAÇÃO. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 26 jun.1954.

EMPOLGA a cidade o concurso para a escolha da rainha do algodão. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 1 jul.1956.

ENTREGA de diplomas às quartas séries do Instituto de Educação "Dr. Fernando Costa". *O* **Imparcial,** Presidente Prudente, p. 1, 5 jan. 1954.

ESTADO redistribui a rêde escolar. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 20 jul. 1975.

EVANGELISTA, Olinda. **A formação do Professor em nível universitário**: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo 1934-1938. 1997. Tese (Doutorado em Educação) -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997.
EVANGELISTA, Olinda. **A formação universitária do Professor**: o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938). Florianópolis: NUP/ CED/ UFSC/ Editora Cidade Futura, 2002.

EXPLICAÇÕES da diretoria do clube de sociologia sobre uma hipotética atitude condenavel. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 1 set. 1957.

EXPOSIÇÃO de Aeromodelismo no Instituto de Educação Fernando Costa". **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 7 out.1956.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FESTA de encerramento do ano letivo. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 5, 19 out.1956.

FRAGO, Antonio Viñao. Do espaço escolar e da escola como lugar: propostas e questões. *In*: FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade***:* a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 59-141.
GERMANO, José Willington. **Estado Militar e educação no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. XXIX. Rio de Janeiro, 1957. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_29.pdf. Acesso em 28 jun. 2020.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. São Paulo: Presidente Prudente: infográficos: dados gerais do município, 2015. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=354140. Acesso em: 2 ago. 2020.

I.E. FERNANDO COSTA. **Planta do pavimento**. [Presidente Prudente], [19--]. 1 f.

IMAGEM do Instituto de Educação "Fernando Costa" de Presidente Prudente/SP (2015a). Google Maps. Google. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/search/Washington+Luiz+maps+Presidente+Prudente/@-22.120253,-51.3893069,359m/data=!3m1!1e33. Acesso em: 30 jun. 2020.

IMAGEM do Instituto de Educação "Fernando Costa" de Presidente Prudente/SP (2015b). Google Maps. Google. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/search/Washington+Luiz+maps+Presidente+Prudente/@-22.120253,-51.3893069,359m/data=!3m1!1e3. Acesso em: 30 jun. 2020.

IMAGEM do Instituto de Educação “Fernando Costa” de Presidente Prudente/SP (2015c). Google Maps. Google. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/place/Fernando+Costa/@-22.1205447,-51.3878549,3a,75y,90t/data=!3m8!1e2!3m6!1s-yGULWPChvo%2FU0SHL58Lw9I%2FAAAAAAAAALE%2FYBmCYsiDkmU!2e4!3e12!6s%2F%2Flh3.googleusercontent.com%2F-6yGULWPChvo%2FU0SHL58Lw9I%2FAAAAAAAAALE%2FYBmCYsiDkmU%2Fs203-k-no%2F!7i640!8i480!4m2!3m1!1s0x9493f5b4c411d3d1:0xf044b295575281c5!6m1!1e1. Acesso em: 30 jun. 2020.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “FERNANDO COSTA”. **Ata da assembleia geral do órgão de cooperação escolar do Instituto de Educação Fernando Costa de Presidente Prudente**. Presidente Prudente, 10 jun. 1964. 6 f.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “FERNANDO COSTA”. **Atas das sessões da Diretoria do Clube de química do Instituto de Educação Fernando Costa**, Presidente Prudente, 11 jun. 1956-1964. 68 p.

INSTITUTO de Educação “Fernando Costa” de Presidente Prudente: Resultados finais dos Exames de Admissão à 1ª Série Ginasial (1.a época-Dezembro de 1953). **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 28 jan.1954.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO “FERNANDO COSTA”. **Exames finais de 1962**: curso Primário anexo ao I.E.F.C. 3º ano série A. [Presidente Prudente], 1962. [39 exames com 1 f. cada exame][45].

[45]Apesar de ter localizado 39 exames, ressalta-se que se referem ao mesmo modelo de avaliação, sendo alterados somente os nomes dos alunos que realizaram os exames.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Jubileu de prata I.E. "Fernando Costa"**. Presidente Prudente: 1941 a 1966. Presidente Prudente: Reportagene Pachá, Pres. Prudente [1966]. [Álbum de fotos]. 38 p.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Inventário Geral dos bens móveis do Instituto de Educação Fernando Costa Presidente Prudente**. Presidente Prudente, 25 ago. 1965. 7 p.[46]

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Livro de atas das reuniões da Associação de Pais e Mestres para o Curso Primário anexo ao I.E. Estadual Fernando Costa.** Presidente Prudente, 6 fev. 1971. 10 p.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Livro de ata das reuniões "conselho de professores" (congregação)**. Presidente Prudente, 30 abr. 1959-1966. 100 p.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Livro de compromisso para o Curso Primário anexo ao I.E.E.N. Fernando Costa**. Presidente Prudente, 20 set. 1953. 53 p.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Livro de correspondência***:* curso primário anexo ao I.E. Fernando Costa: funcionários e alunos do Instituto de Educação. Presidente Prudente, 2 mar. 1953-1969. 100 p.[47]

[46]Nessa fonte, há elementos dos espaços internos do Instituto de Educação "Fernando Costa" e os "bens móveis" de cada espaço, incluindo o estado desses bens (todos os materiais foram descritos como "bom" estado) a quantidade e o valor. Apesar de ter localizado mais dois inventários, selecionou-se esse, por estar registrado os móveis de cada espaço interno do instituto, ou seja, com esse inventário é possível reconstituir indícios da organização dos espaços do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "Fernando Costa".

[47]Há o resumo das correspondências emitidas pelos funcionários do instituto em questão, seguido da data. Têm-se também correspondências emitidas para o Secretário da Educação do período mencionado.

INSTITUTO de Educação Fernando Costa. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 7 dez.1956.

INSTITUTO de Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 27 ago.1953.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Registro de penalidades**. [Presidente Prudente], 1953-1976. 119 p.[48]

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Têrmo de visita do inspetor estadual**. [Presidente Prudente], 14 mar. 1960-1983. 100 p.[49]

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. **A formação de professores alfabetizadores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933 a 1975)**. 2005. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

LITHOLDO, Augusto. **A função educacional na alta sorocabana**: uma contribuição à geografia urbana: volume II. Presidente Prudente: [s.n.], 1984.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. **Testes ABC**: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita. 12. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1974. v. 3.

[48]Há registros de punições sofridas pelos alunos do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "Fernando Costa" que não cumpriram as normas da instituição, em seguida, os registros são assinados por esses alunos.
[49]Há registros de relatos da visita do Inspetor Escolar e recomendações efetuadas nessas visitas.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos***:* história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAPA das microrregiões do estado de São Paulo. [Adaptado de] NUNES, Marcela Neves; NASCIMENTO, Luiz Fernando Costa. Análise espacial de óbitos por acidentes de trânsito, antes e após a Lei Seca, nas microrregiões do estado de São Paulo. *Rev. Assoc. Med. Bras*., São Paulo, v. 58, n. 6, p. 685-690, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302012000600013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 8 set. 2020.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. **A implantação da Escola Primária Graduada em Presidente Prudente-SP**: as contribuições das professoras primárias (1925-1938). 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

MARIANO, Jorge Luís Mazzeo. **As influências do trabalho docente feminino na cultura escolar do extremo oeste paulista (1932-1960)**. 2016. 405 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente,2016. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/137925. Acesso em: 31 ago. 2020.

MARQUES, Lucio de Carvalho. Exame de admissão da noite: edital. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 26 jan.1956. Coluna de Ensino, p. 3.

NADAI, Elza. Fernando de Azevedo e a formação pedagógica do professor secundário: o Instituto de Educação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 20, n. 1-2, p. 151-172, jan./dez. 1994.

NOVOS protestos contra a redistribuição da Rede Física escolar no Estado. Presidente Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 11 dez. 1975.

O COLEGIO. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 2, 13 set. 1953.

OLIVEIRA, Manoel Barbosa de. Função educativa da Escola Primária. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 25 jan.1955. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Aniversario o "Instituto de Educação". **O Imparcial**, Presidente Prudente, 23 abr. 1954c. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Bandeira do Instituto de Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 12 jun. 1956e. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Campanha Pró-Laboratório do Instituto de Educação 'Fernando Costa': livro de ouro". **O Imparcial**, Presidente Prudente, 7 dez. 1954d. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Clube de Química: grande excursão a Mogi das Cruzes. **O Imparcial,** Presidente Prudente, 8 abr.1954b. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Construção de calçada no prédio do Instituto de Educação'Fernando Costa'. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 24 maio 1956c. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Curso Clássico no Instituto de Educação 'Fernando Costa. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 21 jan. 1956a. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Eleição da nova diretoria do Clube de Química. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 2 abr.1954a. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Expontânea manifestação de apreço a professôra primária. **O Imparcial,** Presidente Prudente, 29 maio 1956d. Coluna de Ensino, p. 3.
PEIXOTO, Helena Lustri. Instituto de Educação Fernando costa- Presidente Prudente- Edital: Ingresso ao Curso de Aperfeiçoamento. *O Imparcial*, Presidente Prudente, 22 jan. 1956b. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. O Orgão de Cooperação Escola do Instituto de Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 4 abr. 1957a. Coluna de Ensino, p. 1.

PEIXOTO, Helena Lustri. Professorandos do Instituto de Educação "Fernando Costa. **O Imparcial,** Presidente Prudente, 23 dez. 1954e. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Questões para os exames ao ingresso nas escolas normais e Instituto de Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 18 jan. 1957b. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Transformação do Colégio do Estado em Instituto de Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 10 maio 1953. Coluna do Ensino, p. 6.

PINHEIRO, Ana Regina. **A imprensa escolar e o estudo das práticas pedagógicas***:* o jornal "Nosso Esforço" e o contexto escolar do curso primário do Instituto de Educação (1936 a 1939). 2000. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

PINHEIRO, Ana Regina. O jornal escolar Nosso Esforço e as práticas escolares do curso primário do Instituto de Educação (1936-1939). *In*: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA – O lugar da História, 17., 2004, Campinas. **Anais**..., Campinas, 2004. p. 2-8. Disponível em: http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XVII/ST%20XXIII/Ana%20Regina%20Pinheiro.pdf. Acesso em: 15 ago. 2020.

PINTO, Myrtes da Fonseca. **Um aspecto da qualificação profissional do pessoal docente primário.** Presidente Prudente: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1968.

PIROLLA, Maria Christina Girão. **Memórias do Instituto**:1911-1976. São Carlos: Camargo Artes Gráficas, 1988.

PROBLEMAS da Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 5, 17 out. 1975.

PROFESSORES foram homenageados. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 6, 4 set.1973.

PROMOTORES das festividades juninas do Instituto de Educação visitam O Imparcial. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 17 jun.1956.

PRUDENTE recepcionará o Secretário da Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1,17 set. 1975.

REIS, Viviane Cássia Teixeira. **A história da Didática no Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira – Santa Cruz do Rio Pardo (1953-1975)**. 2015. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

RESENDE, Benjamin. **Raízes Prudentinas** *3*. Presidente Prudente: Ed. do autor, 2012.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **Subsídios para a História da Educação em Presidente Prudente**: as primeiras instituições escolares. São Paulo: Clíper, 1999.

SANFELICE, José Luís. História das Instituições Escolares. *In:* NASCIMENTO, Maria Isabel Moura *et al*. **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 75-93.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 2.032 de 24 de dezembro de 1952. Dispõe sôbre aquisição de imóvel, por doação. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n.293, 1952. Seção III, p. 2.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 2337, de 20 de outubro de 1953. **Transforma a escola normal "Fernando Costa" de Presidente Prudente, em Instituto de Educação "Fernando Costa"**. Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1953 (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).[50]

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 5.058, de 23 dezembro de 1958. **Dispõe sobre a matrícula no Curso de Administradores Escolares e dá outras providências**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1958. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933. **Código da Educação do Estado de São Paulo**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1934. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

[50]Labegalini (2005) também reuniu essa legislação, a fim de não repetir a mesma referência, não apresentei a seguir.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 7.400, de 30 de dezembro de 1975. **Estabelece a estrutura da rede oficial de ensino do Estado e dá providências correlatas**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1975.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 17698, de 26 de novembro de 1947. **Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17211, de 13 de maio de 1947**. São Paulo: LEX. (LEX – Coletânea de Legislação).

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 40.185, de 30 de maio de 1962. **Dispõe sôbre transformação de Ginásio Estadual em Ginásio de Aplicação**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1962a.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 40.517, de 1º de agôsto de 1962. **Dispõe sôbre denominação de estabelecimento de ensino e dá outras providências**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1962b.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 9865, de 9 de outubro de 1967. **Plano Estadual de Educação**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1967. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 10038, de 5 de fevereiro de 1968. **Dispõe sobre a organização do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1968a. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

SÃO PAULO (Estado). Lei n.10125, de 4 de junho de 1968. **Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1968b. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

SÃO PAULO inicia a implantação da reforma do Ensino. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p.7, 20 jul. 1975.

SECÇÃO Pedagogica. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 8 abr. 1954.

SECRETÁRIO da Educação preside reunião esta manhã em Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 18 set. 1975.

SELECIONADOS os cartazes dos estudantes. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 11 set.1957.

SERRA, Áurea Esteves. **A formação do professor alfabetizador no INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "Prof. Stélio Machado Loureiro", de Birigüi/SP (1961 – 1976)**. 2004. 249 f. Dissertação (Mestrado em Educação) -Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

SILVA, Alair. Classificação geral dos candidatos aprovados nos exames de admissão nos periodos diurno e noturno, no Instituto de Educação Fernando Costa desta cidade. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 14 dez.1955a. Coluna de Ensino, p. 2.

SILVA, Alair. Prof. Justa Homenagem. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 14 dez.1955b. Coluna de Ensino, p. 3.

SILVA, Lucia Gaspar da. Profissão: professora. *In*: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Lucia Gaspar da (orgs.). **Feminização do magistério**: vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista: Edusf, 2002. p. 95-122.

SOBRE os exames de admissão. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 6 out.1957.

SOLENIDADE da entrega de certificados às formandas do Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação 'Fernando Costa'. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 4 jan.1955.

SOUZA, Rita de Cássia. Da punição à disciplina: grupos escolares de Belo Horizonte. *In*: VIDAL, Diana Gonçalves. SCHWART, Cleonara Maria. **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória, EDUFES: 2010. p. 197-222.

SOUZA, Rosa Fátima de. A produção da pesquisa sobre História das Instituições Escolares e a Escrita da História da Escola Pública no Brasil. *In*: ENCONTRO NORTE E NORDESTE DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2014, Teresina, **Anais**..., Teresina, 2014, p. 1-16. [Comunicação apresentada na mesa de abertura do evento em questão].

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**: a implantação da Escola Primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no Século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegado. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública no século XIX. **História da Educação**. Pelotas: ASPHE /FaE/UFPel, n.3, p. 35-38, abr. 1998,

TOFOLI, Therezinha Elizabeth. **Educação feminina em Adamantina-SP***:* o Instituto de Educação Madre Clélia (1951-1978). 2003. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

TREVISAN, Thabatha Aline. **A pedagogia por meio de pedagogia**: teoria e prática (1954) de Antônio D'Avila. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

UNIÃO dos professores primarios de Presidente Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 24 set.1957.

VIDAL, Diana Gonçalves; BONTEMPI JÚNIOR, Bruno; SALVADORI, Maria Angela Borges. Tempos pretéritos e escolhas de futuro: a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e a formação docente. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. especial, p. 1419-1440, dez. 2016.

VIDAL, Diana Gonçalves. **No interior da sala de aula**: ensaio sobre cultura e prática escolares. Currículo sem Fronteiras, v. 9, n. 1, p. 25-41, jan./jun. 2009.

VISITA Oficial do Govêrno do Estado a Presidente Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 11 set.1954.

VOTO de pesar pelo falecimento do jornalista Nestor Moreira –Críticas Severas à direção do Clube de Química –interrompidos os Trabalhos por falta de numero --Clube de. Instituto de Educação "Fernando Costa". **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 8 jun.1954.

FONTES UTILIZADAS NA PESQUISA

Fontes localizadas no arquivo permanente da Escola Estadual "Fernando Costa" relacionadas ao extinto Instituto de Educação "Fernando Costa"

ATAS

COLÉGIO ESTADUAL E INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Ata**. Presidente Prudente**,** 1953-1955. 30 f.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Ata da assembleia geral do órgão de cooperação escolar do Instituto de Educação Fernando Costa de Presidente Prudente**. Presidente Prudente, 10 jun. 1964. 6 f.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Atas das sessões da Diretoria do Clube de química do Instituto de Educação Fernando Costa**, Presidente Prudente, 11 jun. 1956-1964. 68 p.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Livro de atas das reuniões da Associação de Pais e Mestres para o Curso Primário anexo ao I.E. Estadual Fernando Costa.** Presidente Prudente, 6 fev. 1971. 10 p.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Livro de ata das reuniões "conselho de professores" (congregação)**. Presidente Prudente, 30 abr. 1959-1966. 100 p.

DIVERSAS

I.E. FERNANDO COSTA. **Planta do pavimento**. [Presidente Prudente], [19--]. 1 f.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Exames finais de 1962**: curso Primário anexo ao I.E.F.C. 3º ano série A. [Presidente Prudente], 1962. [39 exames com 1 f. cada exame][51].

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Inventário Geral dos bens móveis do Instituto de Educação Fernando Costa Presidente Prudente**. Presidente Prudente, 25 ago. 1965. 7 p.[52]

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Jubileu de prata I.E. "Fernando Costa"**. Presidente Prudente: 1941 a 1966. Presidente Prudente: Reportagene Pachá, Pres. Prudente [1966]. [Álbum de fotos]. 38 p.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Livro de compromisso para o Curso Primário anexo ao I.E.E.N. Fernando Costa**. Presidente Prudente, 20 set. 1953. 53 p.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Livro de correspondência***:* curso primário anexo ao I.E. Fernando Costa: funcionários e alunos do Instituto de Educação. Presidente Prudente, 2 mar. 1953-1969. 100 p.[53].

---

[51]Apesar de ter localizado 39 exames, ressalta-se que se referem ao mesmo modelo de avaliação, sendo alterados somente os nomes dos alunos que realizaram os exames.

[52]Nessa fonte, há elementos dos espaços internos do Instituto de Educação "Fernando Costa" e os "bens móveis" de cada espaço, incluindo o estado desses bens (todos os materiais foram descritos como "bom" estado) a quantidade e o valor. Apesar de ter localizado mais dois inventários, selecionou-se esse, por estar registrado os móveis de cada espaço interno do instituto, ou seja, com esse inventário é possível reconstituir indícios da organização dos espaços do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "Fernando Costa".

[53]Há o resumo das correspondências emitidas pelos funcionários do instituto em questão, seguido da data. Têm-se também correspondências emitidas para o Secretário da Educação do período mencionado.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Registro de penalidades**. [Presidente Prudente], 1953-1976. 119 p.[54]

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "FERNANDO COSTA". **Têrmo de visita do inspetor estadual**. [Presidente Prudente], 14 mar. 1960-1983. 100 p.[55]

Números do jornal O Imparcial relacionados ao Instituto de Educação "Fernando Costa"

ANDRADE, Jayir. Ensino Secundário e Normal. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 15 jan. 1956. Coluna de Ensino, p. 3.

A REDISTRIBUIÇÃO da Rêde Física escolar gera os primeiros protestos em Presidente Prudente. Presidente Prudente. **O Imparcial,** Presidente Prudente, p. 1, 3 dez. 1975b.
A REDISTRIBUIÇÃO da rede física escolar segundo as autoridades. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3,19 dez. 1975c.

A REDISTRIBUIÇÃO da rêde física escolar, segundo o seu programa. Presidente Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 15, 27 nov.1975a.

BIBLIOTECA especializada do Clube de Quimica. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 1 out.1957.

CANDIDATA a rainha do algodão. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 17 jun.1956.

[54]Há registros de punições sofridas pelos alunos do INSTITUTO DE EDUCAÇÃO "Fernando Costa" que não cumpriram as normas da instituição, em seguida, os registros são assinados por esses alunos.
[55]Há registros de relatos da visita do Inspetor Escolar e recomendações efetuadas nessas visitas.

CARDOSO, Antônio Ruy. Das atribuições de classes. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 9, 24 jun.1956.

CARVALHO, Waldermir Bittencourt. Instituto de Educação "Fernando Costa". **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 23 abr.1954.

CLUBE de Quimica do Instituto de Educação Dr. Fernando Costa. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 14 set.1957.

CONCENTRAÇÃO de professores em Marilia. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 7, 19 set. 1975.

CONCLUSÃO do prédio da Escola Normal. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 27 ago.1953.

CONDIGNAMENTE comemorado o Dia do Professor- Instituida a 'Semana São Paulina'- A conferencia do Dr. José Geraldo Vieira – Inaugurações e solenidades importantes-Outros Fatos. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 19 out.1955.

CR$ 20.000,00 AO CLUBE de Quimica. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3 e 12, 1 jul.1957.

DADOS Historicos sobre a criação do Ginásio do Estado para Presidente Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 4, 14 set.1957.

EDUCAÇÃO. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 26 jun.1954.

EMPOLGA a cidade o concurso para a escolha da rainha do algodão. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 1 jul.1956.

ENTREGA de diplomas às quartas séries do Instituto de Educação "Dr. Fernando Costa". *O* **Imparcial,** Presidente Prudente, p. 1, 5 jan. 1954.

ESTADO redistribui a rêde escolar. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 20 jul. 1975.

EXPLICAÇÕES da diretoria do clube de sociologia sobre uma hipotética atitude condenavel. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 1 set. 1957.

EXPOSIÇÃO de Aeromodelismo no Instituto de Educação Fernando Costa". **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 7 out.1956.

FESTA de encerramento do ano letivo. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 5, 19 out.1956.

INSTITUTO de Educação "Fernando Costa" de Presidente Prudente: Resultados finais dos Exames de Admissão à 1ª Série Ginasial (1.a época-Dezembro de 1953). **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 28 jan.1954.

INSTITUTO de Educação Fernando Costa. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 7 dez.1956.

INSTITUTO de Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 27 ago.1953.

MARQUES, Lucio de Carvalho. Exame de admissão da noite: edital. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 26 jan.1956. Coluna de Ensino, p. 3.

NOVOS protestos contra a redistribuição da Rede Física escolar no Estado. Presidente Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 11 dez. 1975.

O COLEGIO. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 2, 13 set. 1953.

OLIVEIRA, Manoel Barbosa de. Função educativa da Escola Primária. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 25 jan.1955. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Aniversario o "Instituto de Educação". **O Imparcial**, Presidente Prudente, 23 abr. 1954c. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Bandeira do Instituto de Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 12 jun. 1956e. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Campanha Pró-Laboratório do Instituto de Educação 'Fernando Costa': livro de ouro". **O Imparcial**, Presidente Prudente, 7 dez. 1954d. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Clube de Química: grande excursão a Mogi das Cruzes. **O Imparcial,** Presidente Prudente, 8 abr.1954b. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Construção de calçada no prédio do Instituto de Educação'Fernando Costa'. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 24 maio 1956c. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Curso Clássico no Instituto de Educação 'Fernando Costa. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 21 jan. 1956a. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Eleição da nova diretoria do Clube de Química. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 2 abr.1954a. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Expontânea manifestação de apreço a professôra primária. **O Imparcial,** Presidente Prudente, 29 maio 1956d. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Instituto de Educação Fernando costa- Presidente Prudente- Edital: Ingresso ao Curso de Aperfeiçoamento. *O Imparcial*, Presidente Prudente, 22 jan. 1956b. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. O Orgão de Cooperação Escola do Instituto de Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 4 abr. 1957. Coluna de Ensino, p. 1.

PEIXOTO, Helena Lustri. Professorandos do Instituto de Educação "Fernando Costa. **O Imparcial,** Presidente Prudente, 23 dez. 1954e. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Questões para os exames ao ingresso nas escolas normais e Instituto de Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 18 jan. 1957. Coluna de Ensino, p. 3.

PEIXOTO, Helena Lustri. Transformação do Colégio do Estado em Instituto de Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 10 maio 1953. Coluna do Ensino, p. 6.

PROBLEMAS da Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p.5, 17 out. 1975.

PROFESSORES foram homenageados. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 6, 4 set.1973.

PROMOTORES das festividades juninas do Instituto de Educação visitam O Imparcial. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 17 jun.1956.

PRUDENTE recepcionará o Secretário da Educação. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1,17 set. 1975.

SÃO PAULO inicia a implantação da reforma do Ensino. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 7, 20 jul. 1975.

SECÇÃO Pedagogica. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 3, 8 abr. 1954.

SECRETÁRIO da Educação preside reunião esta manhã em Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 18 set. 1975.

SELECIONADOS os cartazes dos estudantes. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 11 set.1957.

SILVA, Alair. Classificação geral dos candidatos aprovados nos exames de admissão nos periodos diurno e noturno, no Instituto de Educação Fernando Costa desta cidade. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 14 dez.1955a. Coluna de Ensino, p. 2.

SILVA, Alair. Prof. Justa Homenagem. **O Imparcial**, Presidente Prudente, 14 dez.1955b. Coluna de Ensino, p. 3.

SOBRE os exames de admissão. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 6 out.1957.

SOLENIDADE da entrega de certificados às formandas do Curso de Aperfeiçoamento do Instituto de Educação 'Fernando Costa'. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 4 jan.1955.

UNIÃO dos professores primarios de Presidente Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 24 set.1957.
VISITA Oficial do Govêrno do Estado a Presidente Prudente. **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 11 set.1954.

VOTO de pesar pelo falecimento do jornalista Nestor Moreira –Críticas Severas à direção do Clube de Química –interrompidos os Trabalhos por falta de numero --Clube de. Instituto de Educação "Fernando Costa". **O Imparcial**, Presidente Prudente, p. 1, 8 jun.1954.

Legislação relacionada ao Instituto de Educação "Fernando Costa"

BRASIL. Lei n. 5692 de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e dá outras providências. *In*: RAMA, Leslie Maria José da Silva. **Legislação do ensino**: uma introdução ao seu estudo. São Paulo: EPU, 1987. p. 127-144.[56]

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 2.032 de 24 de dezembro de 1952. Dispõe sôbre aquisição de imóvel, por doação. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, n.293, 1952. Seção III, p. 2.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 2337, de 20 de outubro de 1953. **Transforma a escola normal "Fernando Costa" de Presidente Prudente, em Instituto de Educação "Fernando Costa"**. Imprensa Oficial do estado de São Paulo, 1953 (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).[57]

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 5.058, de 23 dezembro de 1958. **Dispõe sobre a matrícula no Curso de Administradores Escolares e dá outras providências**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1958. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

[56]Essa Lei acessada, estava com as alterações introduzidas a partir da Lei nº 7.044/82 (RAMA, 1987).
[57]Labegalini (2005) também reuniu essa legislação, a fim de não repetir a mesma referência, não apresentei a seguir.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 5.884, de 21 de abril de 1933. **Código da Educação do Estado de São Paulo**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1933. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 7.400, de 30 de dezembro de 1975. **Estabelece a estrutura da rede oficial de ensino do Estado e dá providências correlatas**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1975.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 17698, de 26 de novembro de 1947. **Aprova a Consolidação mandada elaborar pelo Decreto n. 17211, de 13 de maio de 1947**. São Paulo: LEX, 1947. (LEX – Coletânea de Legislação).

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 40.185, de 30 de maio de 1962. **Dispõe sôbre transformação de Ginásio Estadual em Ginásio de Aplicação**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1962a.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 40.517, de 1º de agôsto de 1962. **Dispõe sôbre denominação de estabelecimento de ensino e dá outras providências**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 1962b.

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 9865, de 9 de outubro de 1967. **Plano Estadual de Educação**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1967. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

SÃO PAULO (Estado). Lei n. 10038, de 5 de fevereiro de 1968. **Dispõe sobre a organização do Sistema de Ensino do Estado de São Paulo**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1968a. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

SÃO PAULO (Estado). Lei n.10125, de 4 de junho de 1968. **Institui o Código de Educação do Estado de São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1968b. (Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo).

INSTITUIÇÕES, ACERVOS, ARQUIVOS E BASES DE DADOS *ON-LINE* CONSULTADOS

INSTITUIÇÕES

Biblioteca Municipal de Garça/SP
Endereço: Avenida Doutor Rafael Paes de Barros 522, Centro, Garça/SP
Telefone: (14) 3471-1616

Câmara Municipal de Presidente Prudente/SP
Endereço: Avenida Coronel José Soares Marcondes 1200, Centro, Presidente Prudente/SP
Telefone: (18) 2104-4300

Centro Cultural Matarazzo
Endereço: Rua Quintino Bocaiúva 749, Vila Marcondes, Presidente Prudente/SP
Telefone: (18) 3226-3399

Escola Estadual "Fernando Costa", local em que funcionou o Instituto de Educação "Fernando Costa".
Endereço: Avenida Washington Luiz, número 672, Centro, Presidente Prudente/SP
Telefone: (18) 3221-2784

Escola Estadual "Monsenhor Bicudo", local em que funcionou o Instituto de Educação da cidade de Marília/SP
Endereço: Avenida Rio Branco 803, Sen. Salgado Filho, Marília/SP
Telefone: (14) 3413-0325

Museu e arquivo Histórico prefeito "Antônio Sandoval Netto"
Endereço: Rua João Gonçalves Foz, 2179, Jardim das Rosas, Presidente Prudente/SP
Telefone: (18) 3223-9404

Museu Histórico e Pedagógico de Garça
Endereço: Rua Júlio Prestes 322, Willians, Garça/SP
Telefone: (14) 3406-1971

Museu Histórico e Pedagógico "Embaixador Hélio Antônio Scarabôtollo".
Endereço: Avenida Rio Branco 1383, Sen. Salgado Filho, Marília/SP
Telefone: (14) 99112-2311 152

ACERVOS E ARQUIVOS FÍSICOS

Acervo da biblioteca da Escola Estadual "Fernando Costa", escola em que funcionou o Instituto de Educação "Fernando Costa".
Endereço: Avenida Washington Luiz, número 672, Centro, Presidente Prudente/SP
Telefone: (18) 3221-2784

Acervo da biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista- FFC- Unesp- Marília/SP
Endereço: Avenida Hygino Muzzi Filho Filho 377, Câmpus Universitário, Marília/SP
Telefone: (14) 3402-1300

Acervo da biblioteca Municipal Dr. "Abelardo de Cerqueira César", localizada no Centro Cultural Matarazzo
Endereço: Quintino Bocaiúva 749, Vila Marcondes, Presidente Prudente/SP
Telefone: (18) 3226-3399

Arquivo “Dr. Cerávolo”
Endereço: Rua João Gonçalves Foz, 2179, Jardim das Rosas, Presidente Prudente/SP
Telefone: (18) 3223-9404

Arquivo permanente da Escola Estadual “Fernando Costa”, escola em que funcionou o Instituto de Educação “Fernando Costa”.
Endereço: Avenida Washington Luiz, número 672, Centro, Presidente Prudente/SP
Telefone: (18) 3221-2784

BASES DE DADOS DISPONÍVEIS *ON-LINE*:

Acervo da Biblioteca da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) Disponível em: http://www.bco.ufscar.br/. Acesso em ago. 2015.

Banco de dados Bibliográficos da Usp Disponível em: http://dedalus.usp.br/F/HI63E4CV8L7KHQVJAC2DYHAQF5Q2BUPH59MR9EVJPAXFRU3XS4-16190?RN=366070091&pds_handle=GUEST. Acesso em ago. 2015.

Base de dados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) Disponível em: http://www.al.sp.gov.br/.Acesso em ago. 2015.

Base de dados da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - catálogo Athena. Disponível em: http://www.athena.biblioteca.unesp.br/F?RN=336081732153. Acesso em ago. 2015.

Base de dados da Biblioteca Pública Municipal “João Mesquita Valença” – Disponível em: http://www1.marilia.sp.gov.br:3600/. Acesso em ago. 2015.

Base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/. Acesso em ago. 2015.

Base de dados do Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Disponível em: http://www.sbu.unicamp.br. Acesso em ago. 2015.

Biblioteca digital da Universidade Estadual de Campinas
Disponível em: http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/. Acesso em ago. 2015.

Base de dados *Scientifc Eletronic Library* (Scielo)
Disponível em: http://www.scielo.br. Acesso em ago. 2015.

Embora tendo consultado essas instituições, acervos e base de dados, destaco que nem sempre foi possível localizar informações relevantes para a pesquisa.

SOBRE A AUTORA

Aline de Novaes Conceição é doutoranda e mestra em Educação; Especialista em Formação de Professores em Educação Especial e Inclusiva e pedagoga pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) "Júlio de Mesquita Filho", *campus* de Marília/SP. Psicopedagoga Institucional e Clínica pela Faculdade Iguaçu, Instituto de Ensino, Capacitação e Pós-Graduação (Indep).

Professora, organizadora e autora de capítulos de livros, artigos, trabalhos completos, resumos expandidos e simples, publicados em anais de eventos científicos nacionais e internacionais da área de educação. Tem experiência na área educacional, com ênfase na História da Educação, atuando principalmente com os seguintes temas: formação de professores, Educação Infantil e inclusão.

Pareceristas

Este livro foi submetido ao Edital 01/2020 do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, câmpus de Marília e financiado pelo auxílio nº 0798/2018, Processo Nº 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES. Contamos com o apoio dos seguintes pareceristas que avaliaram as propostas recomendando a publicação. Agradecemos a cada um pelo trabalho realizado:

Adriana Pastorello Buim Arena
Alessandra Arce Hai
Alexandre Filordi de Carvalho
Amanda Valiengo
Ana Crelia Dias
Ana Maria Esteves Bortolanza
Ana Maria Klein
Angélica Pall Oriani
Eliana Marques Zanata
Eliane Maria Vani Ortega
Fabiana de Cássia Rodrigues
Fernando Rodrigues de Oliveira
Francisco José Brabo Bezerra
Genivaldo de Souza Santos
Igor de Moraes Paim
Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho
José Deribaldo Gomes dos Santos
Jussara Cristina Barboza Tortella
Lenir Maristela Silva
Livia Maria Turra Bassetto
Luciana Aparecida Nogueira da Cruz
Márcia Lopes Reis
Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo
Marilene Proença Rebello de Souza
Mauro Castilho Gonçalves
Monica Abrantes Galindo
Nadja Hermann
Pedro Laudinor Goergen
Tânia Barbosa Martins
Tony Honorato

Comissão de Publicação de Livros do Edital 001/2020 do
Programa de Pós-Graduação em Educação
da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília
Graziela Zambão Abdian, Patricia Unger Raphael Bataglia,
Eduardo José Manzini e Rodrigo Pelloso Gelamo

SOBRE O LIVRO

Catalogação
André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211
Normalização
Lívia Mendes Pereira

Capa e diagramação
Mariana da Rocha Corrêa Silva
Assessoria Técnica
Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial
labeditorial.marilia@unesp.br

Formato
16X23cm
Tipologia
Adobe Garamond Pro

Papel
Polén soft 70g/m2 (miolo)
Cartão Supremo 250g/m2 (capa)
Acabamento
Grampeado e colado
Tiragem
100

Os Institutos de Educação eram instituições complexas, cujo eixo central era a formação de professores articulada com vários níveis de ensino que funcionavam nos próprios institutos. Neste livro, Aline de Novaes Conceição reconstitui elementos de uma história do Instituto de Educação "Fernando Costa", que funcionou de 1953 a 1975, enfocando a instalação, encerramento e as vivências dos sujeitos da instituição, ou seja, alunos, familiares, professores, diretores e supervisores.

A autora explica que a instituição pesquisada foi recebida positivamente pelos habitantes da cidade e o encerramento causou indignação e manifestações contrárias. O Instituto de Educação "Fernando Costa", funcionou buscando um diálogo com a localidade, tendo a formação dos professores sido realizada articulando com a prática vivenciada pelos sujeitos no Curso Primário Anexo, no Ensino Secundário e no Curso Colegial, sendo esse instituto um espaço privilegiado para a formação de professores, cujos cursos localizados nesse espaço, tinham conflitos que envolviam diretores, professores e alunos.

ISBN 978-658654677-4